PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

HOLAMBRA 2026 – 2036

Plano Municipal pela Primeira Infância de Holambra/ Coordenação Geral: Carlos Henrique Mazotti – Consultor técnico: Olivelton da Silva Lima. Elaboração: Comissão Intersetorial Municipal, nomeada pela Portaria Municipal nº 1.985/2025, de 13 de junho de 2025. Formatação e Diagramação: Washington Luiz Miano. Apoio: Governo Municipal, Poder Legislativo, Departamentos Municipais, Órgãos de Controle Social e Sociedade Civil.

216 páginas.

Inclui bibliografia

1. Plano Municipal. 2. Primeira Infância. 3. Direitos das crianças. 4. Formação e desenvolvimento Integral. 5. Intersetorialidade.

AUTORIDADES MUNICIPAIS

Fernando Henrique Capato
Prefeito Municipal

Yvonne Schouten Capato
Primeira-dama

Miguel Renato Esperança
Vice-prefeito

Aparecido Lopes da Silva
Presidente da Câmara

Eduardo da Silva
Fabiano Soares Lima
Hermindo Felix
Janderson Adriano Ribeiro
José Marcos de Souza
José Zan da Silva
Joseane de Menezes Moreton Esperança
Mauro Sergio de Oliveira
Vereadores

Carlos Henrique Mazotti
Departamento Municipal de Educação

Valmir Marcelo Iglecias
Departamento Municipal de Saúde

Mario Luiz Sitta
Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Pedro Paoliello Machado de Souza
Departamento Municipal de Esporte e Lazer

Viviane Filomena Furgeri
Departamento Municipal de Promoção Social

Alessandra Caratti
Departamento Municipal de Turismo e Cultura

Yessika Eltink Cahen
Departamento Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano e Rural

Theodoro Vermeulen
Departamento Municipal de Serviços Públicos

Daniela Alves
Presidente do CMDCA

Graziela Aparecida Bertosse
Presidente do CMAS

Valmir Marcelo Iglecias
Presidente do CMS

Suzelaine Aparecida Tomazi Nijenhuis
Presidente do CME

André Antônio Filipini
Presidente do CAE

Suzana Maria dos Santos Acencio
Presidente do CACS FUNDEB

FICHA TÉCNICA

Decreto Municipal nº 1.985/2025 de 13 de junho de 2025

Institui a Comissão Municipal que atuará no processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Holambra e será composta pelos seguintes membros:

Poder Executivo
Reinaldo Eid Pavão
Sergio Henrique Celegatti

Poder Legislativo
Aparecido Lopes da Silva Lima
Fabiano Soares Lima

Departamento Municipal de Educação
Carlos Henrique Mazotti
Michele Borelli Albuquerque Vieira

Departamento Municipal de Saúde:
Erica Roberta Escotom de Souza Frade Zabel
Vanessa Pordoti

Departamento Municipal de Assistência Social:
Viviane Filomena Furgeri
Taísa Aline Poletini

Departamento Municipal de Meio Ambiente
Maria Vitória de Lima Silva
Rogério Fabricio

Departamento Municipal de Esportes
Maria Vilma Lucia Bueno da Silva Farias
Luís Fernando Monteiro Antunes de Oliveira

Departamento Municipal de Agricultura e Abastecimento
Maria Vitória de Lima Silva
Rogério Fabricio

Conselho Tutelar
Rosana Aparecida Pereira
Bruna Tais Aparecido Antônio

Conselho Municipal de Educação (CME):
Katia Otaviani Carvalho
Fernanda Vitta Gobbo

Conselho Municipal da Alimentação Escolar (CAE):
Rosangela Titara de Alcantara
Liliana Jordão

Conselho Municipal do FUNDEB (CACS FUNDEB):
Thais Rodrigues Geraldi
Natalia Bassani

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)
Nair Marques da Silva Gomes
Nadir Marques da Silva

Conselho Municipal da Saúde (CMS):
Érica Roberta Escotom de Souza Frade Zabel
Vanessa Pordoti

Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS)
Nair Marques da Silva Gomes
Nadir Marques da Silva

Representante dos Pais e/ou responsáveis.
Silvia Andressa de Mattos dos Santos
Priscila Samora Godoy

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AE - Atendimento de Enfermagem
ACS - Agentes Comunitários da Saúde
AD - Atenção Domiciliar
ADA - Associação Douglas Andreani
AEE - Atendimento Educacional Especializado
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APS - Atenção Primária à Saúde
AVAQ - Atividade de Vacinação de Alta Qualidade
BCG - Bacilo de Calmette e Guérin
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CADMEC - Cadastro de Matrículas da Educação
CAE - Conselho Nacional Escolar
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMS - Conselho Municipal de Saúde
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CRN - Conselho Regional de Nutricionistas
DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ESF - Estratégia Saúde da Família
FIC - Formação Inicial Continuada
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GOV - Governo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
NACATEA - Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Transtorno do Espectro Autista
NAEE - Núcleo de Atendimento Educacional Especializado
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PMPI - Plano Municipal Pela Primeira Infância
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNI - Calendário Básico de Vacinação
PNPI - Plano Nacional pela Primeira Infância
PPA - Plano Plurianual
PS - Pronto Socorro
PSF - Programa de Saúde da Família
PTN - Partido Trabalhista Nacional
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
SAD - Serviço de Atendimento Domiciliar
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
SEDUC - Secretaria da Educação
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SGD - Sistema de Garantia de Direitos
SNDCA - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
SP - São Paulo
SUS - Sistema Único de Saúde
SVSA - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
TDI- Transtorno Desintegrativo da Infância
UBS - Unidade Básica de Saúde
VET - Valor Energético Total

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: População por idade e sexo (2022)
GRÁFICO 2: População por grupo de idade (2010 - 2022)
GRÁFICO 3: Valor de Transformação Industrial por setor de atividade-2021
GRÁFICO 4 : Produção agropecuária-2023 e rebanho (2023)
GRÁFICO 5: Matrículas por Rede de Ensino (2023)
GRÁFICO 6: Cobertura da Atenção Primária à Saúde (2021 – 2024)
GRÁFICO 7: Cobertura vacinal infantil (2023)
GRÁFICO 8: Percentual de gestantes com 7 ou mais consulta de pré-natal
GRÁFICO 9: Percentual de mães adolescentes (2010 - 2023)
GRÁFICO 10: Parto de mães adolescentes por raça/cor (2023)
GRÁFICO 11: Taxa Mortalidade Infantil para até 1 ano de Idade (2010 – 2023)
GRÁFICO 12: Percentual de mortalidade infantil (até 1 ano) por Causas Evitáveis (2011– 2023)
GRÁFICO 13: Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para Idade - 0 a 5 anos (2023)
GRÁFICO 14: Percentual de Peso Elevado para Idade – 0 a 5 anos (2023)
GRÁFICO 15: Total das crianças entre 0 e 6 anos na localidade, inscritas no Cadastros Único e beneficiárias do Bolsa Família (2024)
GRÁFICO 16: Percentual de atendimento em creches - 0 a 3 anos (2022-2024)
GRÁFICO 17: Percentual de atendimento em pré-escola - 4 a 5 anos (2022-2024)

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População por cor ou raça
TABELA 2: Taxas de rendimento (2023)
TABELA 3: Número de estabelecimentos de saúde (2023)
TABELA 4: Médicos por especialidade (2023)
TABELA 5: Número de crianças nas seguintes faixas etária (2023 e 2024)
TABELA 6: Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) – 2024
TABELA 7: Ações realizadas pelo Conselho Tutelar (2024 e 2025)
TABELA 8: Matrículas na Educação Infantil 2013– 2024
TABELA 9: Número de matrículas na Educação Infantil – 2024
TABELA 10: Matrícula na Creche por dependência administrativa 2013 - 2024
TABELA 11: Matrícula na pré-escola (2013 - 2024)
TABELA 12: Número Total de alunos por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns (inclusos) e classes exclusivas 2013-2024
TABELA 13: Número de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (2024)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2: Salário Médio dos trabalhadores formais (2022)
QUADRO 3: Pessoal Ocupado (2022)
QUADRO 4: Distribuição dos salários por grau de escolaridade (2022)
QUADRO 5: Evolução do IDEB (Estado - Município) Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 2019 a 2023
QUADRO 6: Evolução do IDEB (Estado - Município) Anos Finais do Ensino Fundamental - 2019 a 2023
QUADRO 7: Evolução do IDEB (Estado - Município) Ensino Médio - 2019 a 2023
QUADRO 8: Número de crianças de 0 a 6 anos de idade (2022)
QUADRO 9: Registros de nascimento somente em nome de mãe (2022)

MENSAGEM DE ABERTURA

Cuidar da primeira infância é investir nas bases estruturantes do desenvolvimento humano e, portanto, no futuro de nossa cidade. É nesse período, que compreende dos 0 aos 6 anos de idade, que se consolidam os alicerces da saúde física e emocional, das competências cognitivas e sociais, da formação dos vínculos afetivos e dos valores que sustentam a vida em sociedade.

Compreendendo a relevância dessa etapa, Holambra reafirma seu compromisso público e ético com as crianças pequenas, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria trajetória de desenvolvimento.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Holambra (PMPI) constitui-se como um instrumento de planejamento estratégico de caráter decenal, orientado pela legislação nacional e internacional que assegura os direitos da criança, em especial a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) e o Plano Nacional pela Primeira Infância.

Elaborado a partir de processos participativos e escutas intersetoriais, o Plano reflete o diálogo entre diferentes áreas educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e demais setores que compõem a rede de garantia de direitos e de proteção integral à infância.

Seu propósito é fortalecer o trabalho intersetorial, promovendo a articulação entre políticas públicas e ações comunitárias, de modo a garantir às crianças condições adequadas para crescer, aprender, conviver e se desenvolver plenamente em contextos seguros, saudáveis e inclusivos.

Mais do que um documento orientador, o PMPI representa um compromisso coletivo e contínuo: o de assegurar que cada decisão tomada no presente seja guiada pela responsabilidade de garantir às crianças de Holambra um futuro de dignidade, equidade e oportunidades.

Assim, este documento torna-se uma referência para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas à primeira infância, tratando-se de um instrumento técnico, político e social, destinado a consolidar uma cidade que reconhece na criança não um símbolo do porvir, mas um sujeito pleno de direitos no aqui e agora.

MENSAGEM DO PREFEITO

É com alegria e profundo senso de responsabilidade que apresento o Plano Municipal pela Primeira Infância de Holambra, resultado de um trabalho construído com diálogo, sensibilidade e compromisso coletivo com o cuidado e o respeito às nossas crianças.

Holambra é uma cidade que acolhe, floresce e inspira. E é nesse mesmo espírito que olhamos para nossas crianças. Não apenas como o futuro, mas como parte viva e presente da nossa cidade, cidadãs e cidadãos que já têm voz, sonhos e um papel ativo na construção de uma comunidade mais justa e humana.

A primeira infância é o tempo em que tudo começa: os vínculos, as descobertas, a confiança e o desejo de aprender. Por isso, garantir que cada criança holambrense cresça cercada de amor, segurança e oportunidades é um compromisso que deve estar no centro de todas as nossas políticas públicas.

Este Plano reflete o esforço conjunto das áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e meio ambiente, que se unem para assegurar que nossas meninas e meninos tenham uma infância plena, participativa e feliz.

Agradeço de coração a todos os profissionais, conselhos, servidores, famílias e parceiros que contribuíram para a elaboração deste documento. Mais do que um plano, ele é uma expressão de cuidado, escuta e compromisso com cada pequeno holambrense.

Que possamos continuar ouvindo nossas crianças; suas vozes, suas perguntas e seus sonhos, pois é nelas que encontramos o caminho para uma cidade cada vez mais humana, acolhedora e cheia de vida.

Com carinho e compromisso,

Fernando Henrique Capato
Prefeito Municipal de Holambra/SP

Um plano tecido a muitas mãos

Nós, membros da Comissão Municipal responsável pela elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Holambra, apresentamos este documento como fruto de um trabalho coletivo, construído com dedicação, diálogo e compromisso com as crianças de nossa cidade. Este plano é resultado de um processo cooperativo e participativo, que envolveu diferentes setores da administração pública e os conselhos municipais, em um esforço conjunto para compreender a realidade dos serviços, programas e projetos voltados à primeira infância e, a partir desse olhar, estabelecer um conjunto de metas a serem alcançadas ao longo dos próximos dez anos.

A elaboração deste plano reflete a convicção de que cuidar da primeira infância é investir no presente e no futuro de Holambra. Cada diretriz aqui traçada expressa o empenho de uma rede que acredita na força da intersetorialidade e na importância de garantir às crianças o direito de crescer em ambientes seguros, saudáveis, afetivos e estimulantes.

Nossa expectativa é que a implementação deste plano fortaleça os vínculos entre os diferentes setores, ampliando o alcance e a qualidade das ações voltadas à primeira infância, de modo que todas as crianças, desde a concepção até os seis anos de idade, possam viver plenamente sua infância, cercadas de oportunidades, proteção e amor.

Comissão Municipal
Novembro de 2025

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Holambra (PMPI) nasce da união de esforços de diferentes atores comprometidos com a promoção e a garantia dos direitos das crianças pequenas. Sua elaboração representa o resultado de um trabalho colaborativo entre os diversos setores da administração pública, os conselhos municipais e representantes da sociedade civil organizada, reunidos em torno de um mesmo propósito: construir um instrumento capaz de orientar políticas públicas integradas voltadas à primeira infância.

O processo de elaboração do Plano teve início com a publicação de Decreto Municipal nº 1.985, de 13 junho de 2025 que instituiu formalmente o processo de construção do documento. Em seguida, por meio de Portaria específica, sob o nº 1993/2025 foi nomeada uma Comissão Intersetorial, responsável pela coordenação e sistematização das etapas de elaboração.

A partir daí, uma série de reuniões, estudos e momentos de escuta e reflexão foram realizados entre os membros da comissão e demais colaboradores. Nessas ocasiões, discutiu-se a realidade da primeira infância no município, procedendo-se ao levantamento de dados, informações e indicadores sociais que possibilitaram a construção de um diagnóstico abrangente sobre as condições de vida das crianças de 0 a 6 anos em Holambra.

Com base nesse diagnóstico, foram sistematizados os princípios, diretrizes e objetivos que orientam o Plano, sustentados em referências legais e teóricas que compõem o Marco Legal da Primeira Infância e demais dispositivos normativos nacionais e internacionais voltados à proteção integral da criança.

O resultado desse processo é um documento que apresenta um conjunto de metas e estratégias a serem perseguidas ao longo dos próximos 10 anos, com vistas ao fortalecimento da rede intersetorial de atendimento e à efetivação dos direitos fundamentais da criança, considerando as áreas da saúde, da educação, da convivência familiar e comunitária, a proteção, cultura, lazer e a participação social.

O PMPI expressa o compromisso ético e político de Holambra com a infância, reconhecendo que investir nos primeiros anos de vida é assegurar o desenvolvimento humano integral e sustentável de toda a comunidade. Cada ação planejada, cada política implementada e cada serviço ofertado refletem a compreensão de que o cuidado e a atenção destinados às crianças hoje definirão a qualidade de vida de toda a cidade amanhã.

O Plano Municipal pela Primeira Infância é, portanto, um convite permanente à corresponsabilidade, em que poder público, famílias e sociedade civil sigam, juntos, na construção de um município que respeite, proteja e promova a infância em todas as suas dimensões.

SUMÁRIO

1. Introdução.....17
2. Breve histórico de Holambra..... 18
2.1. Caracterização do município.....21
3. Princípios e diretrizes 31
3.1. Princípios.....32
3.1.1. Criança como sujeito único e de direitos.....32
3.1.2. Diversidade e inclusão.....32
3.1.3. Integralidade e prioridade absoluta da criança.....33
3.1.4. Integração e sinergia das ações.....34
3.1.5. Participação e controle social.....35
3.1.6. A criança e as vulnerabilidades.....35
3.1.7. Deveres da família, do Estado e da Sociedade.....36
3.2. Diretrizes.....37
3.2,1. Diretrizes Políticas.....37
3.2.1. Diretrizes Técnicas.....38
4. Cenário da primeira infância em Holambra 40
4.1. Indicadores de Saúde.....44
4.2. Indicadores de Nutrição Adequada.....67
4.3. Indicadores de Segurança e Proteção.....78
4.4. Indicadores de Educação Infantil.....95
4.5. Indicadores de Agricultura e Meio Ambiente 116
4.6. Indicadores de Lazer, cultura e Turismo 129
5. Processo de Escuta das Crianças.....136
6. Eixos Temáticos, metas e estratégias..... 142
6.1. Eixo temático I: Educação Infantil.....143
6.2. Eixo temático II: A criança e a saúde.....156
6.3. Eixo temático III: Segurança e proteção à criança.....162
6.4. Eixo temático IV: A criança e o direito do brincar.....174
6.5. Eixo temático V: A criança e o consumismo.....181
6.6. Eixo temático VI: A criança e o espaço.....188
6.7. Eixo temático VII: A criança, a diversidade e a inclusão.....195
7. Monitoramento e avaliação do PMPI.....205
8. Referências..... 204
9. Anexos.....207

Introdução

Nasce, entre flores e afetos, o Plano Municipal pela Primeira Infância de Holambra, um compromisso tecido a muitas mãos, corações e escutas. Um pacto que reconhece, com a delicadeza que a infância exige, que os primeiros anos de vida não são apenas um início: são a base, o alicerce, a origem de tudo o que virá a ser. Este não é apenas um documento técnico ou burocrático. É uma carta de amor e responsabilidade escrita com a tinta da escuta, do diálogo e da sensibilidade social.

Cada linha deste plano carrega o olhar atento de quem compreende que investir na primeira infância é cultivar um presente mais justo e um futuro mais luminoso. É cuidar das raízes para que o amanhã floresça. Em suas páginas ecoa a certeza de que o bem viver começa nos primeiros passos, nas primeiras palavras, nas primeiras experiências de afeto e cuidado.

Fruto de um processo profundamente participativo e intersetorial, este plano foi gestado no calor das trocas humanas e nas margens da escuta ativa. Participaram dele gestoras e gestores públicos, profissionais das áreas da saúde, da educação, da assistência social, da cultura, do esporte, do urbanismo, conselhos municipais, representantes da sociedade civil e, acima de tudo, as próprias crianças. Sim, elas, com seus desenhos coloridos, suas palavras espontâneas e seus gestos cheios de verdade, foram presença viva, inspiração e guia. Este plano é, antes de tudo, delas. E para elas.

A construção do diagnóstico foi o primeiro grande passo dessa travessia. Um exercício de escuta e olhar amoroso sobre Holambra e sua infância: suas belezas e seus desafios, suas lacunas e suas potências. A comissão responsável por essa etapa mergulhou nos dados, mas também nas histórias e nas vozes. Identificou realidades, recolheu sonhos, mapeou territórios de cuidado. Assim, teceu um retrato sensível e profundo da cidade e de suas crianças, base sólida sobre a qual se ergueram metas e ações concretas.

A partir desse retrato coletivo e singular, traçaram-se caminhos para os próximos dez anos, metas e estratégias que não pretendem ser atalhos, mas sim trilhas construídas com constância, presença e responsabilidade compartilhada. Cada ação proposta tem como horizonte uma infância digna: protegida, amada, respeitada em sua inteireza. Uma infância em que seja possível brincar, aprender, sonhar e crescer com liberdade e ternura.

Este plano é, portanto, muito mais do que uma política pública: é um gesto de afeto institucional. Uma convocação para que todos e todas, famílias, profissionais, gestores, cidadãos, assumam o compromisso de zelar pelas infâncias de Holambra como se fossem suas. Que ele inspire gestos concretos, decisões corajosas, práticas sensíveis e uma escuta constante às vozes pequenas que nos dizem, com sua pureza, o que é essencial.

Com este documento, Holambra sela um pacto de esperança. Esperança que tem cheiro de terra molhada e de jardim em flor. Esperança que corre descalça, que canta alto, que faz perguntas curiosas e que merece, desde o berço, o direito de ser feliz. Que este plano floresça, como floresce a vida quando é bem cuidada.

Breve Histórico de Holambra

Holambra, situada no interior do estado de São Paulo, é um município de história única, que entrelaça tradição, imigração e florescimento. Seu nome é uma junção de *Holanda*, *América* e *Brasil*, revelando desde o início sua origem híbrida e o legado da imigração neerlandesa. A cidade nasceu oficialmente a partir de uma colônia agrícola fundada por imigrantes holandeses que chegaram ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, em busca de reconstrução e novas oportunidades.

Esses imigrantes se instalaram na antiga Fazenda Ribeirão e, com planejamento, organização e forte espírito comunitário, desenvolveram uma agricultura voltada inicialmente à produção de leite e, posteriormente, à floricultura. Foi a aposta nas flores que transformou Holambra naquilo que é hoje: um dos maiores polos de produção e comercialização de flores e plantas ornamentais da América Latina.

A emancipação política do município ocorreu apenas em 1991, mas sua identidade cultural e econômica já estava consolidada bem antes. Holambra se destaca por sua arquitetura típica, festas tradicionais como a Expoflora, maior evento de flores da América Latina, e uma forte presença da cultura holandesa, que se expressa na gastronomia, no idioma, nas danças e no modo de vida local.

Origens (1948)

Após a Segunda Guerra, cerca de 500 imigrantes neerlandeses chegaram à antiga Fazenda Ribeirão (região de Campinas) e fundaram a colônia Holambra I e a Cooperativa Agropecuária Holambra, em 14 de julho de 1948. Inicialmente voltada à bovinocultura de leite, a colônia precisou se adaptar às condições locais.

Da pecuária à floricultura (anos 1950–1970)

Com a chegada de novos grupos (a partir de 1951), começaram os cultivos de flores — primeiros gladíolos, depois outras espécies. Em 1972, a cooperativa criou um departamento de floricultura e, em 1989, iniciou o leilão eletrônico de flores (veiling), que inspirou o atual modelo de comercialização.

Expoflora e projeção nacional (desde 1981)

A Expoflora, realizada anualmente, tornou-se a maior exposição de flores e plantas ornamentais da América Latina, trazendo centenas de milhares de visitantes e consolidando a cidade como a “Capital Nacional das Flores”.

Emancipação Municipal (1991)

Em plebiscito, 98% da população votou pela autonomia: Holambra tornou-se município em 27 de outubro de 1991, e em 1998 recebeu o título oficial de Estância Turística.

Símbolo contemporâneo: o Moinho Povos Unidos (2008)

Inaugurado em 12 de julho de 2008, o moinho tem 38,5 m e é um dos cartões-postais da cidade, celebrando a herança neerlandesa.

Colonos na Fazenda Ribeirão (década de 1950) - registro do cotidiano dos primeiros imigrantes holandeses e famílias brasileiras na formação da colônia.

Celebração comunitária diante de casa de pau-a-pique (anos 1950) - a vida social e religiosa na jovem colônia.

Fluxo de mercadorias, aspectos da logística e rotina econômica da Holambra colonial.

Portal da cidade: arquitetura de boas-vindas típica, inspirada no estilo neerlandês que imprime caráter único à entrada de Holambra.

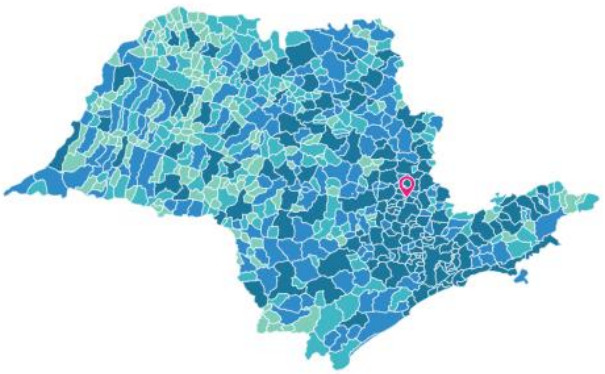
Moinho Povos Unidos, Holambra (atualidade): ícone urbano e cultural, inspirado nos tradicionais moinhos neerlandeses.

Expoflora: a exposição que projetou Holambra nacionalmente como capital das flores.

Hoje, Holambra é símbolo de integração cultural bem-sucedida e referência em qualidade de vida, sustentabilidade e cuidado com o espaço urbano. É também reconhecida nacionalmente como a "Cidade das Flores", sendo exemplo de como a união entre tradição e inovação pode fazer florescer um território.

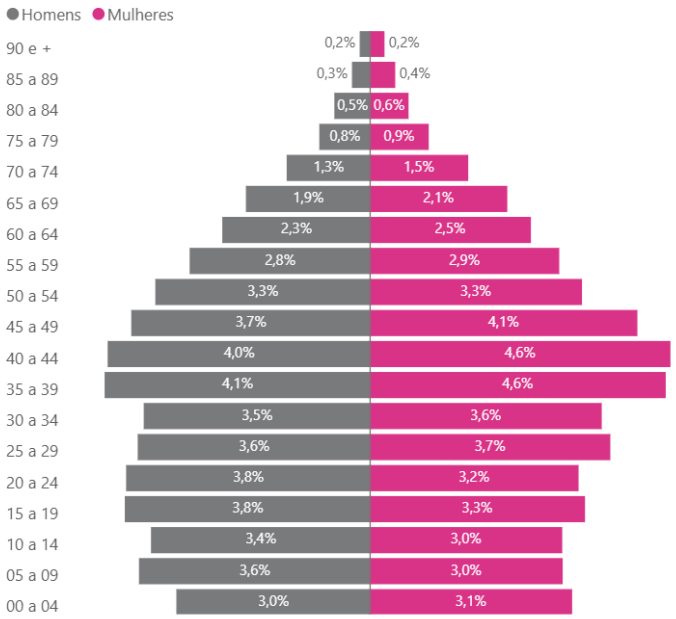
Caracterização do Município

População



Em 2022, a população era de 15.094 habitantes e a densidade demográfica era de 230,17 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 300 e 101 de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2194 e 340 de 5570

GRÁFICO 1: População por idade e sexo (2022)



Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://censo2022.seade.gov.br/populacao-por-idade-e-sexo/ *Acesso: 13/6/25*

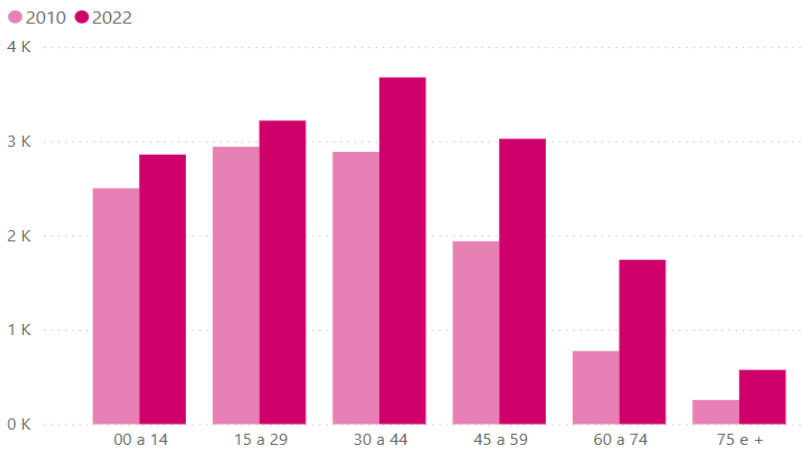
O gráfico em pirâmide etária apresenta a estrutura populacional de Holambra no ano de 2022, separando homens (em cinza) e mulheres (em rosa). Observa-se que a base

da pirâmide, que representa as faixas etárias mais jovens (0 a 14 anos), é relativamente estreita, com percentuais entre 3,0% e 3,4%, indicando baixa taxa de natalidade e redução no número de crianças e adolescentes.

Nas faixas intermediárias, especialmente entre 30 e 49 anos, há uma maior concentração populacional, com destaque para o grupo de 40 a 44 anos (4,6% mulheres e 4,1% homens), configurando um perfil de população economicamente ativa predominante. Isso sugere uma cidade com forte presença de adultos em idade produtiva, o que pode estar relacionado à vocação econômica de Holambra (agricultura, floricultura e turismo).

A partir dos 60 anos, nota-se um afunilamento gradual da pirâmide, reflexo do processo de envelhecimento populacional. Ainda assim, as mulheres mantêm uma maior representatividade nas faixas etárias mais elevadas, evidenciando maior longevidade feminina, especialmente a partir dos 70 anos, quando a diferença entre os sexos se acentua. Em termos gerais, o gráfico revela que Holambra apresenta uma estrutura etária madura, com predominância de adultos e idosos, e uma redução gradual da população jovem

GRÁFICO 2: População por grupo de idade (2010 - 2022)



Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em https://censo2022.seade.gov.br/populacao-por-idade-e-sexo/ Acesso: 13/6/25*

TABELA 1: População por cor ou raça

Município	Preta	Parda	Branca	Amarela	Indígena	Total
Holambra	581	5.298	9.150	61	4	15.094

Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://censo2022.seade.gov.br/populacao-por-cor-ou-raca/ *Acesso: 13/6/25*

Observa-se que a população Holambrense é predominantemente branca (9.150 habitantes), seguida da população parda (5.298 habitantes) e, no outro extremo,

apresentava, em 2022, 4 indígenas. Vale destacar que se definiu como indígena a pessoa residente em localidades indígenas que se declarou indígena pelo quesito de cor ou raça ou pelo que se considera indígena.

Trabalho e rendimento

QUADRO 2: Salário Médio dos trabalhadores formais (2022)

Fonte: *IBGE Cidades*

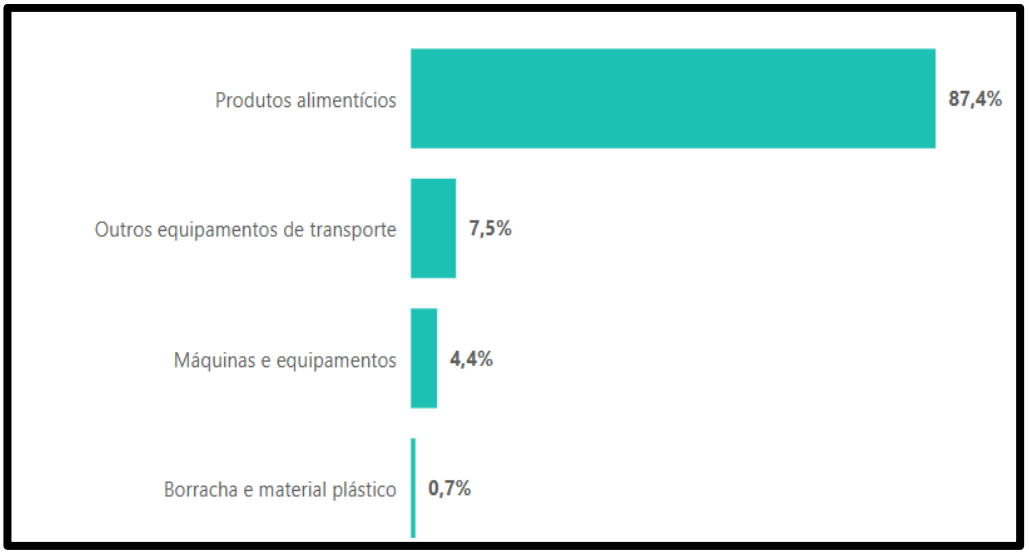
No contexto nacional, ocupa a 568ª posição entre 5.671 municípios, indicando desempenho mediano em relação ao país. Dentro do estado, a colocação 162ª entre 645 demonstra um rendimento relativamente mais favorável, sugerindo melhores condições salariais quando comparadas à média estadual. Já na região geográfica imediata, o município figura na 15ª posição entre 18 localidades, o que sinaliza desigualdade regional e menor competitividade salarial local. Esses resultados evidenciam que, embora o rendimento médio seja superior ao piso nacional, ainda há desafios quanto à valorização do trabalho formal e à redução das disparidades salariais entre regiões.

QUADRO 3: Pessoal Ocupado (2022)

Fonte: *IBGE Cidades.*

Sob outra perspectiva, a análise do quadro referente ao pessoal ocupado em 2022 evidencia que o município contava com 12.495 pessoas empregadas formalmente, o que o posiciona de forma intermediária no cenário comparativo. No âmbito nacional, ocupa a 635ª colocação entre 5.571 municípios, enquanto no contexto estadual figura na 168ª posição entre 645. Já em relação à região geográfica imediata, o município situa-se em 16º lugar entre 18 localidades, demonstrando um nível de ocupação inferior aos municípios vizinhos. Esses dados sugerem que, embora o mercado de trabalho local apresenta certo dinamismo, ainda há desafios relacionados à ampliação das oportunidades de emprego e à consolidação de uma base produtiva mais diversificada e sustentável.

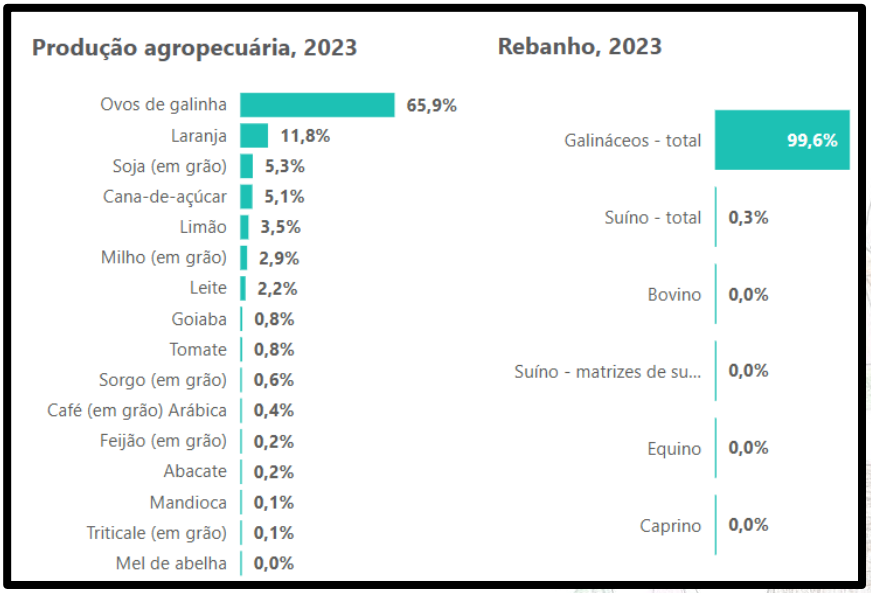
GRÁFICO 3: Valor de Transformação Industrial por setor de atividade-2021



Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em https://municipios.seade.gov.br/economia/ Acesso: 13/5/25*

O gráfico que apresenta o Valor de Transformação Industrial por setor de atividade (2021) revela uma forte concentração produtiva no segmento de produtos alimentícios, responsável por expressivos 87,4% do total. Tal predominância indica que a estrutura industrial do município está fortemente vinculada ao setor alimentício, configurando uma base econômica dependente desse ramo específico. Em contraste, os setores de outros equipamentos de transporte (7,5%) e máquinas e equipamentos (4,4%) têm participação bem menor, embora representem nichos de diversificação produtiva. Já o setor de borracha e material plástico, com apenas 0,7%, evidencia baixa expressividade industrial.

GRÁFICO 4 : Produção agropecuária-2023 e rebanho (2023)

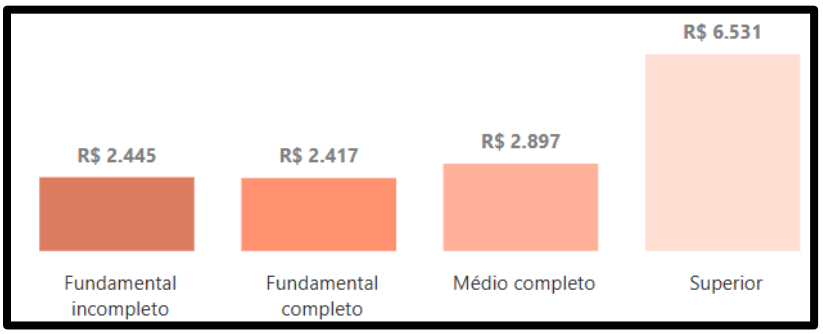


Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/economia/ *Acesso: 13/6/25*

Analisando o quadro, nota-se uma expressiva concentração na produção de ovos de galinha, que representa 65,9% da atividade agropecuária do município. Esse destaque reflete a centralidade da avicultura como principal eixo produtivo local. Outros cultivos relevantes, embora em proporções bem menores, incluem laranja (11,8%), soja (5,3%) e cana-de-açúcar (5,1%), o que evidencia certa diversificação agrícola, ainda que limitada. Produtos como limão, milho e leite também aparecem, mas com participação inferior a 3%.

No que se refere ao rebanho, o domínio absoluto dos galináceos (99,6%) reforça a especialização do município na avicultura, enquanto outras criações, como suínos, bovinos, equinos e caprinos, apresentam índices residuais. Esse panorama indica uma estrutura produtiva fortemente dependente da produção avícola, tanto na esfera agrícola quanto pecuária, o que pode representar vantagens competitivas.

QUADRO 4: Distribuição dos salários por grau de escolaridade (2022)



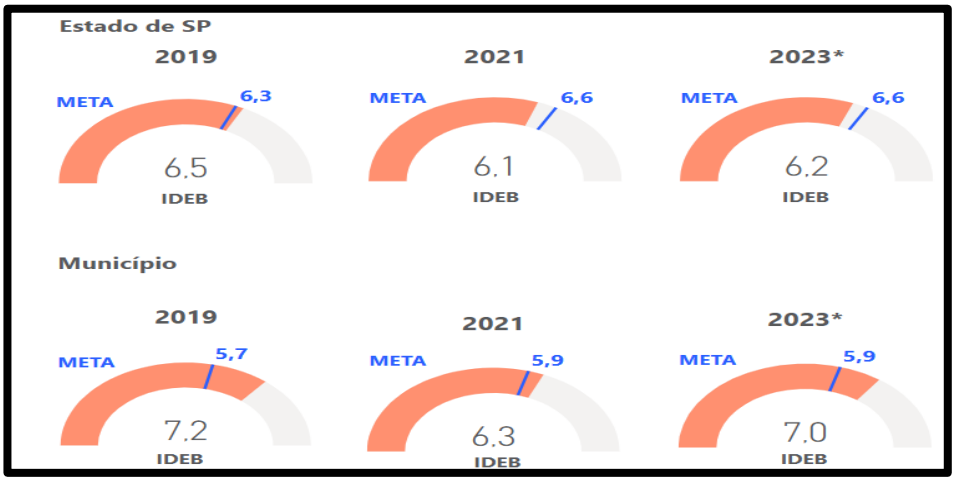
Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/emprego/ *Acesso: 7/4/2024*

A leitura do quadro referente à distribuição dos salários por grau de escolaridade evidencia uma correlação direta entre o nível educacional e o rendimento médio dos trabalhadores formais. Os dados mostram que profissionais com ensino superior completo recebem, em média, R$6.531,00 valor significativamente superior aos demais grupos, evidenciando o impacto da qualificação na remuneração. Em seguida, trabalhadores com ensino médio completo apresentam rendimento médio de R$2.897,00 enquanto aqueles com fundamental completo e fundamental incompleto registram salários semelhantes, de R$2.417,00 e R$2.445,00 respectivamente. Essa diferença expressiva entre os níveis médio e superior reforça a importância da formação educacional para a valorização profissional e o acesso a melhores posições no mercado de trabalho.

Educação

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,8%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 138 de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 834 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 7 e para os anos finais, de (não há dados). Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 85 e (não há dados) de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 418 e (não há dados) de 5570.

QUADRO 5: Evolução do IDEB (Estado - Município) Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 2019 a 2023

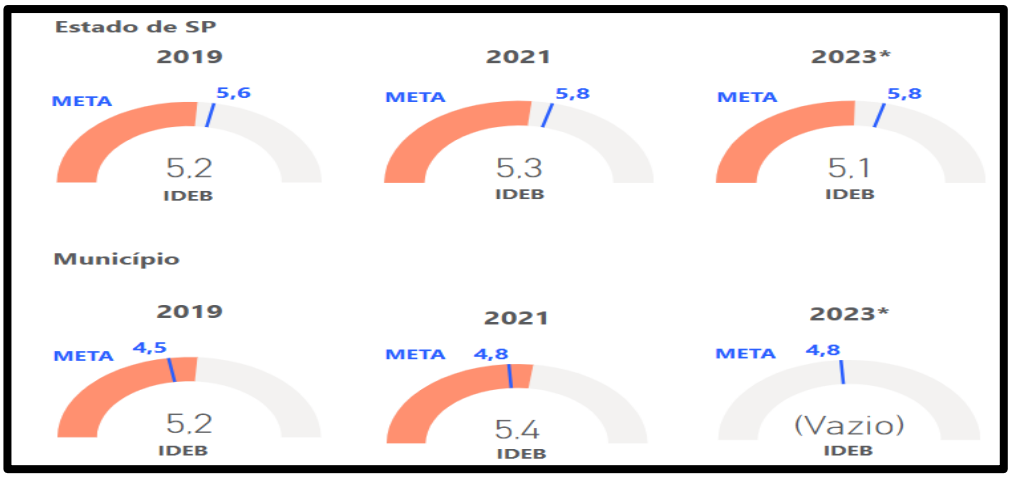


Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/educacao/ *Acesso: 13/6/25*

A análise do quadro sobre a evolução do IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2019 a 2023) evidencia um desempenho positivo do município em relação às metas estabelecidas e aos resultados estaduais. Enquanto o Estado de São Paulo apresentou índices próximos às metas 6,5 (2019), 6,1 (2021) e 6,2 (2023), o município destacou-se por superar consistentemente as expectativas, registrando 7,2 em 2019, 6,3 em 2021 e 7,0 em 2023.

Essa trajetória demonstra avanços significativos na qualidade da educação básica local, refletindo esforços de gestão pedagógica e comprometimento das redes escolares. Ainda que se observe uma leve oscilação em 2021, possivelmente associada aos impactos do período pandêmico, a retomada dos resultados em 2023 indica recuperação e fortalecimento das práticas educativas.

QUADRO 6: Evolução do IDEB (Estado - Município) Anos Finais do Ensino Fundamental - 2019 a 2023

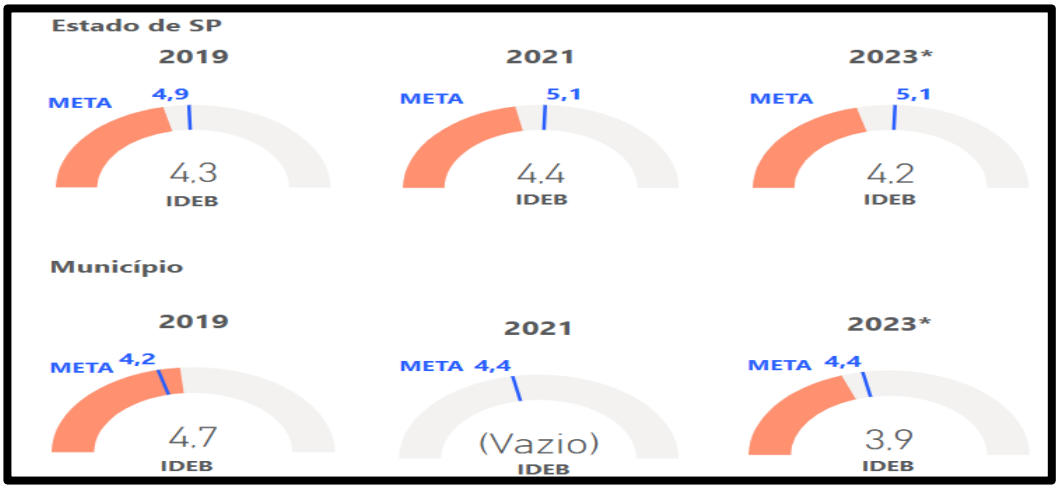


Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/educacao/ *Acesso: 13/6/25*

Ao observar a evolução do IDEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2019 a 2023), percebe-se um comportamento mais instável em comparação aos anos iniciais. O Estado de São Paulo apresentou resultados próximos às metas estabelecidas, com 5,2 em 2019, 5,3 em 2021 e 5,1 em 2023, revelando uma leve tendência de estagnação. No caso do município, os índices foram de 5,2 em 2019 e 5,4 em 2021, ambos superiores às metas previstas (4,5 e 4,8, respectivamente), mas o dado de 2023 não foi disponibilizado, impossibilitando uma análise conclusiva do período mais recente.

Ainda assim, o desempenho municipal até 2021 demonstra avanço contínuo, evidenciando práticas educacionais consistentes e alinhadas à melhoria da aprendizagem. A ausência do indicador mais atual, entretanto, aponta para a importância do monitoramento permanente do IDEB, especialmente para avaliar os impactos pós-pandemia e sustentar políticas públicas voltadas à equidade e à qualidade nos anos finais do ensino fundamental.

QUADRO 7: Evolução do IDEB (Estado - Município) Ensino Médio - 2019 a 2023



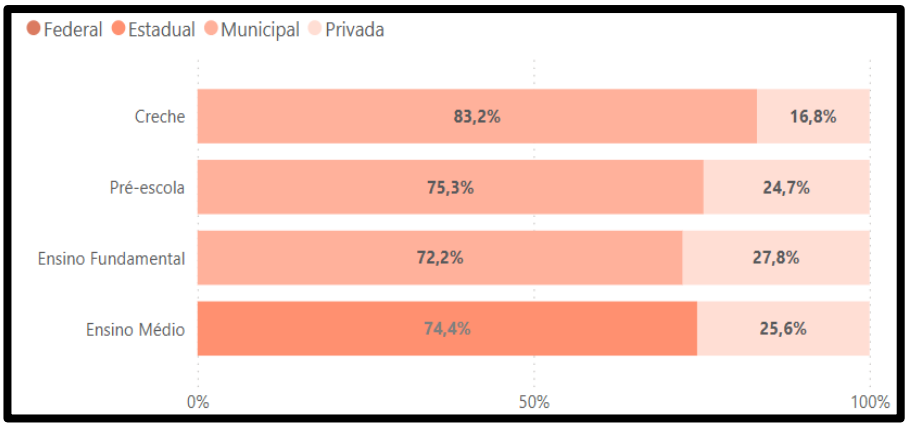
Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/educacao/ *Acesso: 13/6/25*

A leitura do quadro referente à evolução do IDEB no Ensino Médio (2019 a 2023) revela um quadro de oscilação tanto no âmbito estadual quanto municipal. No Estado de São Paulo, os resultados mantiveram-se relativamente estáveis, sendo 4,3 em 2019, 4,4 em 2021 e 4,2 em 2023, com pequenas variações que indicam certo estancamento nos índices de aprendizagem e fluxo escolar.

No caso do município, observa-se um desempenho satisfatório em 2019, com 4,7, superando a meta de 4,2. Entretanto, não há registro do resultado para 2021, e em 2023 o índice apresenta redução para 3,9, abaixo da meta projetada de 4,4. Essa queda sinaliza desafios significativos na qualidade do ensino médio local, associados a fatores como evasão, transição entre etapas e desigualdades pós-pandemia.

O cenário reforça a necessidade de estratégias pedagógicas e políticas públicas voltadas à permanência e ao aprendizado efetivo dos estudantes, com foco no fortalecimento do ensino médio como etapa fundamental para a formação integral e para o acesso ao ensino superior.

GRÁFICO 5: Matrículas por Rede de Ensino (2023)



Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/educacao/ *Acesso: 13/6/25*

As creches apresentam o maior percentual sob responsabilidade municipal (83,2%), seguidas da pré-escola, com 75,3%, o que reflete a responsabilização do poder público local com a garantia do direito à educação desde a primeira infância.

Nos níveis seguintes, a participação da rede municipal diminui, enquanto cresce a presença da iniciativa privada. No Ensino Fundamental, as matrículas estão distribuídas entre 72,2% na rede pública e 27,8% na privada, e no Ensino Médio, a oferta pública representa 74,4%, contrastando com 25,6% da rede privada.

TABELA 2: Taxas de rendimento (2023)

Nível e rede de ensino	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
Fundamental			
Municipal	99,3	0,7	0,0
Privada	99,8	0,2	0,0
Pública	99,3	0,7	0,0
Total	99,4	0,6	0,0
Médio			
Estadual	87,4	7,8	4,8
Privada	99,4	0,6	0,0
Pública	87,4	7,8	4,8
Total	90,5	6,0	3,5

Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/educacao/ *Acesso: 13/6/25*

No Ensino Fundamental, os indicadores são amplamente positivos, com taxas de aprovação superiores a 99% tanto nas redes municipal quanto privada, e praticamente inexistência de abandono escolar (0,0%). A reprovação mantém-se residual, variando entre 0,2% e 0,7%, o que denota elevada eficiência no fluxo escolar dessa etapa.

Em contrapartida, o Ensino Médio apresenta um cenário mais desafiador. A taxa total de aprovação é de 90,5%, acompanhada de 6,0% de reprovação e 3,5% de abandono. Observa-se que a rede estadual, responsável pela maior parte das matrículas, concentra os índices mais críticos, com 87,4% de aprovação e 4,8% de abandono, contrastando com os resultados superiores da rede privada (99,4% de aprovação e 0,0% de abandono).

Saúde

TABELA 3: Número de estabelecimentos de saúde (2023)

Tipos	Municipal	Estadual	Federal	Particular	Total
Consultório Isolado				27	27
Clínica	1			3	4
Unidade Básica de Saúde	4				4
Outros	2			1	3
Diagnose e Terapia				1	1
Unidade de Saúde Mental	1				1
Total	**8**			**32**	**40**

Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/saude/ *Acesso: 13/6/25*

A tabela apresenta o número de estabelecimentos de saúde no ano de 2023, evidenciando a predominância do setor particular, responsável por 32 das 40 unidades existentes. Observa-se que os consultórios isolados representam a maior parcela, concentrando 27 estabelecimentos, todos pertencentes à iniciativa privada. No âmbito público, destacam-se as Unidades Básicas de Saúde (UBS), com quatro unidades municipais, demonstrando o papel central desse tipo de serviço na atenção primária à saúde.

TABELA 4: Médicos por especialidade (2023)

Especialidade	SUS	Não SUS	Total
Clínico	2	2	4
Do trabalho		2	2
Pediatria	2	0	2
Cardiologia	1	0	1
Gastroenterologia	1	0	1
Generalista Alopata		1	1
Ginecologia Obstetra	1	0	1
Radiologia e diagnóstico por imagem		1	1
Sanitarista	1	0	1
Saúde da Família	1	0	1
Total	**9**	**6**	**15**

Fonte: *Fundação SEADE. Disponível em* https://municipios.seade.gov.br/saude/ *Acesso: 13/6/25*

A tabela referente ao número de médicos por especialidade em 2023 revela uma distribuição concentrada em poucas áreas, totalizando 15 profissionais, dos quais 9 atuam vinculados ao SUS. Observa-se maior presença de médicos clínicos gerais, com quatro registros, seguidos pelas especialidades de pediatria e medicina do trabalho, com dois profissionais cada. As demais especialidades, como cardiologia, ginecologia obstetrícia, radiologia e saúde da família, contam com apenas um médico cada, indicando uma estrutura assistencial limitada em diversidade de especializações.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

PRINCÍPIOS

A criança como sujeito único e de direitos

A criança é reconhecida, no campo jurídico e social, como sujeito de direitos, dotada de especificidades decorrentes de sua condição peculiar de desenvolvimento e vulnerabilidade. Esse reconhecimento está amparado por diversos instrumentos normativos internacionais e nacionais que asseguram a proteção integral da infância e o pleno exercício de seus direitos fundamentais.

No plano internacional, a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU em 1989, constitui o principal marco na defesa dos direitos infantojuvenis. O documento reconhece a criança como ser humano pleno de direitos, independentemente de raça, origem, gênero ou crença, garantindo-lhe o direito à vida, ao desenvolvimento integral, à saúde, à educação, ao lazer e à proteção contra toda forma de violência, exploração e discriminação, além de assegurar o direito à participação e à livre expressão de opiniões.

No Brasil, esses princípios são incorporados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que regulamenta mecanismos de garantia e responsabilização em casos de violação de direitos e orienta a formulação de políticas públicas voltadas à infância.

Assim, a Comissão Municipal advoga que a criança não é objeto de tutela, mas protagonista e sujeito de direitos plenos, cuja dignidade deve ser respeitada e cujas condições de desenvolvimento integral precisam ser asseguradas em todas as esferas da vida social.

Diversidade e inclusão

A diversidade e a inclusão são conceitos fundamentais quando se trata da infância. Reconhecer e valorizar a diversidade nas experiências, identidades e características das crianças é essencial para promover um ambiente inclusivo e respeitoso.

A diversidade na infância abrange diversos aspectos, como a origem étnica, a cultura, a religião, a linguagem, a orientação sexual, a condição socioeconômica, a deficiência, entre outros. Cada criança é única e traz consigo uma combinação desses elementos, que influenciam sua identidade e perspectiva de mundo.

Promover a inclusão na infância significa criar espaços e oportunidades para que todas as crianças se sintam acolhidas, respeitadas e valorizadas em suas diferenças. Isso envolve eliminar barreiras e preconceitos, garantindo que todas as crianças tenham acesso igualitário à educação, saúde, lazer, participação social e proteção.

A educação desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade e da inclusão na infância. As escolas e os educadores têm a responsabilidade de criar ambientes inclusivos, nos quais as crianças aprendam sobre as diferenças de forma positiva e respeitosa, desenvolvendo empatia, tolerância e valorização da diversidade. Além disso, é importante que os adultos, como pais, cuidadores e profissionais da área da saúde, estejam conscientes da importância da diversidade e da inclusão, promovendo um ambiente familiar e social que respeite e valorize as diferenças.

A diversidade e a inclusão na infância não apenas contribuem para o desenvolvimento saudável e pleno de cada criança, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa, na qual todas as pessoas possam viver e conviver de forma harmoniosa, independentemente de suas diferenças

Integralidade e prioridade absoluta da criança

A integralidade e a prioridade absoluta da criança configuram-se como pilares éticos, jurídicos e políticos na consolidação de uma sociedade que reconhece a infância como uma fase essencial do desenvolvimento humano e como sujeito pleno de direitos. Esses princípios, consagrados na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 227, e regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), delineiam a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade na promoção e proteção dos direitos das crianças em todas as suas dimensões.

O princípio da integralidade compreende a criança em sua totalidade biopsicossocial, ultrapassando a visão fragmentada que restringe as ações a aspectos isolados, como saúde ou educação. Ele propõe uma abordagem intersetorial, na qual as políticas públicas devem dialogar e articular-se de forma coerente e contínua, garantindo o atendimento pleno das necessidades infantis. Assim, a integralidade implica reconhecer que o desenvolvimento infantil saudável depende da conjunção de múltiplos fatores, sejam eles afetivos, cognitivos, nutricionais, sociais e/ou culturais, que se entrelaçam no processo de formação da identidade e da cidadania.

A prioridade absoluta, por sua vez, estabelece que a criança deve ocupar o centro das decisões políticas, orçamentárias e sociais, recebendo tratamento preferencial em todas as esferas da vida pública e privada. Esse princípio traduz-se na primazia de proteção contra qualquer forma de violência, negligência ou discriminação, bem como

na destinação privilegiada de recursos públicos voltados à efetivação de seus direitos fundamentais. A prioridade absoluta não se limita, portanto, ao discurso normativo, mas demanda ações concretas e políticas efetivas que assegurem condições dignas de vida e oportunidades equitativas de desenvolvimento.

A conjugação desses dois princípios reflete um compromisso coletivo com a construção de um projeto de sociedade pautado na justiça social e na valorização da infância. Reconhecer a criança como sujeito de direitos é compreender que investir em seu bem-estar e em seu desenvolvimento integral é investir no futuro da própria nação. Dessa forma, a efetivação desses princípios não se restringe ao cumprimento de dispositivos legais, mas representa um imperativo ético e civilizatório que orienta o presente e molda as bases de uma convivência social mais humana, solidária e igualitária.

Integração e sinergia das ações

A integração e a sinergia das ações no âmbito das políticas públicas constituem elementos essenciais para a promoção de resultados mais eficazes, sustentáveis e abrangentes. Estes princípios implicam a articulação coordenada entre diferentes programas, setores e instâncias governamentais, com o objetivo de potencializar recursos, evitar a duplicação de esforços e gerar impactos positivos de forma mais ampla e consistente na vida da população.

A integração, nesse contexto, refere-se ao trabalho conjunto entre as diversas áreas de atuação do Estado no planejamento e execução de políticas públicas. Tal articulação possibilita a construção de respostas mais completas aos desafios sociais, ao passo que rompe com a lógica fragmentada e setorial que frequentemente limita a eficácia das ações públicas. Por meio da integração, informações, responsabilidades e recursos são compartilhados, promovendo a complementaridade e a coerência na oferta de serviços, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

A sinergia, por sua vez, representa o fortalecimento mútuo entre diferentes iniciativas, fundamentando-se na colaboração entre atores e instituições que, ao unirem suas competências, experiências e estratégias, conseguem alcançar resultados superiores àqueles que seriam possíveis de forma isolada. Essa complementaridade não apenas amplia o alcance das ações, como também assegura maior profundidade e qualidade nas intervenções, favorecendo a construção de soluções mais inovadoras e duradouras.

Participação e controle social

A participação e o controle social são elementos essenciais para o fortalecimento da democracia e para a construção de políticas públicas mais justas e alinhadas às necessidades da população, especialmente das crianças. A participação cidadã deve ser entendida como um direito fundamental e uma oportunidade de influenciar decisões coletivas, envolvendo famílias, crianças e diferentes atores sociais em todas as etapas das políticas públicas, considerando desde o momento de sua formulação até o seu monitoramento. Essa atuação se concretiza por meio de instrumentos como conselhos, audiências, fóruns e consultas públicas, que garantem o diálogo e a escuta ativa da sociedade.

Já o controle social representa o exercício da cidadania em sua dimensão fiscalizadora, assegurando transparência, ética e responsabilização na gestão pública. No campo das políticas voltadas à infância, esses princípios adquirem importância ainda maior, pois as decisões governamentais afetam diretamente o desenvolvimento e o bem-estar das crianças.

Este princípio sugere ser indispensável criar espaços de escuta e participação infantil, bem como fortalecer o papel da sociedade civil como guardião dos direitos da infância, garantindo que as políticas públicas sejam efetivas, inclusivas e pautadas pelo interesse superior da criança.

A criança e as vulnerabilidades

As crianças estão particularmente suscetíveis a vulnerabilidades sociais devido à sua dependência e imaturidade. Inúmeros fatores contribuem para essa condição, sendo a pobreza uma das principais causas, pois a escassez de recursos financeiros compromete o acesso a necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde e educação. Além disso, as crianças são vulneráveis a diversas formas de violência e abuso, como violência doméstica, abuso sexual, *bullying* e negligência, cujas consequências no desenvolvimento físico, emocional e psicológico são duradouras.

O abandono e a negligência por parte dos cuidadores também acarretam dificuldades significativas, pois a ausência de atenção, cuidado e apoio emocional pode levar a problemas de saúde, atrasos no desenvolvimento e dificuldades de

aprendizagem. A falta de acesso à educação de qualidade igualmente aumenta a vulnerabilidade, uma vez que a educação é crucial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional e para as oportunidades futuras. Por fim, discriminação e marginalização podem afetar crianças de grupos minoritários étnicos, religiosos ou culturais, limitando suas oportunidades e impactando sua autoestima e identidade.

Diante desse cenário, é fundamental que as políticas públicas e a sociedade se mobilizem para proteger e apoiar as crianças em risco, por meio de programas de combate à pobreza, fortalecimento dos sistemas de proteção, promoção de ambientes seguros e saudáveis, acesso equitativo a serviços básicos e educação sobre os direitos infantis.

Deveres da família, do Estado e da Sociedade

A Constituição Federal do Brasil estabelece que a proteção e o desenvolvimento das crianças são responsabilidades compartilhadas entre a família, a sociedade e o Estado. Ela define princípios fundamentais que orientam as ações voltadas à infância, reforçando o compromisso coletivo com a garantia de seus direitos.

O artigo 227 destaca a família como o núcleo central de cuidado, atribuindo a ela, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, direitos como vida, saúde, educação, lazer, convivência familiar e proteção contra qualquer forma de violência ou negligência.

A sociedade é chamada a colaborar ativamente, apoiando políticas públicas, fortalecendo redes de proteção e promovendo o respeito à infância. Seu papel é vigiar, cobrar e participar da garantia desses direitos.

Já o Estado deve implementar e manter políticas eficazes nas áreas da educação, saúde, assistência social e proteção, assegurando recursos e serviços que favoreçam o pleno desenvolvimento infantil.

DIRETRIZES

Diretrizes Políticas

- **Prioridade absoluta na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA**

A determinação constitucional e a opção política de situar a criança (como também o adolescente) no topo das prioridades do Estado acarretam a obrigação de incluir e manter, na LDO e no PPA, as determinações para que os orçamentos anuais assegurem os meios financeiros para que essa prioridade seja efetivada na prática. As crianças estão nos nossos corações, nas leis, nos discursos e até nas políticas sociais, mas se não estiverem nos orçamentos, suas vozes ecoarão no vazio e os esforços dos gestores, dos profissionais e de quem mais se engaja no atendimento das crianças serão

- **Articulação e complementação com o Plano Nacional**

Cada esfera elabora seu Plano adequado à sua realidade local, tendo o nacional como fonte e referência. Dessa maneira, todos estarão articulados e se complementando no mapa do País. (Brasil, PNPI, p. 30, 2020)

- **Perspectiva de ações ao longo dos anos**

É preciso persistir por vários anos nos objetivos e nas metas para garantir condições dignas de vida e promotoras do desenvolvimento pleno a todas as crianças brasileiras. São muitas as crianças, são muitos os problemas e só a continuidade por vários anos, em busca dos objetivos, poderá mudar o quadro de agruras em que grande parte das crianças está mergulhada. A soma deste PNPI, iniciado em 2010, com os planos estaduais, o plano distrital e os planos municipais, com vigor até 2030, certamente porá a primeira infância brasileira num patamar de vida e de desenvolvimento condizente com a condição que lhe é devida, de promoção integral de seus direitos. (Brasil, PNPI, p. 30, 2020)

- **Elaboração com a participação da sociedade e das crianças**

Esse princípio é a aplicação do que determina o art. 227, § 7º, combinado com o art. 204, inciso II, da Constituição Federal e os artigos 4º, 7º e 12 da Lei nº 13.257, de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância). Daí advém sua qualidade técnica e sua legitimidade social. (Brasil, PNPI, p. 31, 2020)

- **Participação do Sistema de garantia dos Direitos da Criança e do adolescente**

Os órgãos que compõem esse sistema vêm exercendo um papel relevante, mais que isso, imprescindível na defesa e na garantia dos direitos de cada criança e da infância como faixa etária específica. Na medida em que cresce a articulação entre os setores do Poder Executivo com o Judiciário e com os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, aumentam a eficiência e a eficácia das ações. (Brasil, PNPI, p. 31, 2020)

Diretrizes Técnicas

- **Integralidade do PMPI**

Esta diretriz reafirma o compromisso de gestar um Plano que abranja todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional. As crianças não são fragmentadas e, portanto, é fundamental garantir a inteireza do Plano que sinaliza a disposição de diferentes representatividades da comunidade em garantir o seu atendimento integralmente e de forma bem articulada.

- **Multissetorialidade das ações de modo integrado**

Corresponde ao cuidado para que os projetos, programas e ações definidos no conjunto de Metas e aquelas que, no decorrer dos próximos dez anos, venham a ser inseridas no rol de necessidades e demandas, sejam realizadas de forma integrada entre os diferentes setores, órgãos colegiados, sociedade civil organizada, administração pública e parceiros da primeira infância.

- **Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, proteção e de promoção da criança**

O município estabelece essa diretriz com o claro desejo de romper com a cultura da institucionalização de crianças e ao fortalecimento do paradigma da proteção integral e a garantia dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, no processo de implementação das políticas orientadas por este Plano não se deve perder de vista a importância das ações transversais e intersetoriais dentro do poder público e da articulação com a sociedade.

- **Valorização e qualificação dos profissionais**

O lema posto é zelar por aqueles que cuidam, educam e buscam continuamente a promoção dos direitos das crianças. Portanto, a valorização profissional, o reconhecimento social e a formação continuada de todos aqueles que atuam diretamente no cotidiano das crianças, é de suma relevância para a consecução das Metas estabelecidas neste Plano. Holambra acredita que não há como garantir a máxima qualidade de vida das crianças sem a garantia de condições adequadas para aqueles profissionais que estão engajados com os pequenos.

- **Valor atribuído à forma como se olha, escuta e atende a criança**

A forma como profissionais, familiares, adultos escutam a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso com o seu desenvolvimento saudável e integral. Por meio dessa escuta sempre ativa é possível encorajá-la a compreender melhor o mundo que a cerca, atribuir sentidos e significado ao que faz e é, estimular o desenvolvimento das suas múltiplas linguagens, as interações sociais e o acesso ao patrimônio cultural da humanidade. Importante destacar que as crianças captam todas as mensagens transmitidas pelos sentimentos e valores expressos pelos adultos durante as relações interpessoais.

- **Elaboração de políticas públicas com a participação da sociedade e das crianças**

As cidades que desejam ver suas crianças protagonistas nos processos de decisões por meio de uma escuta responsiva pelos adultos do seu convívio, dão voz e vez às suas ideias e opiniões. Esta diretriz eleva a criança à condição de partícipe de uma cidade em construção. Da mesma forma, as governanças que consideram a atuação dos órgãos colegiados e representativos dos direitos das crianças ganham em qualidade e assertividade no planejamento de suas políticas públicas.

- **Foco nos resultados**

Manter foco nos resultados almejados em cada uma das metas apresentadas exige planejamento, articulação, investimento e engajamento. Desta forma, a insistência e persistência dos diferentes atores envolvidos serão fundamentais na execução e êxito do Plano.

- **Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no monitoramento e na avaliação do PMPI**

Este documento prevê o processo de monitoramento e avaliação do conjunto de metas e estratégias, dentro de períodos específicos. Os dados, informações, notas técnicas, dificuldades e novas necessidades que surgirem no passar dos anos servirão de indicadores para o controle social da execução do Plano. Divulgar os avanços que vão sendo obtidos contribuirá para o Plano ser visto como instrumento de transformação das condições de vida e de desenvolvimento das crianças do município e para que a sociedade mantenha o interesse por ele, acompanhando a sua execução e contribuindo para aprimorar a sua implementação.

CENÁRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA EM HOLAMBRA

A construção deste Plano, que se propõe a traçar um caminho para os próximos dez anos, nasceu de um movimento coletivo, atento e comprometido com o presente e o futuro da primeira infância em Holambra. Mais do que reunir metas e estratégias, trata-se de um exercício de escuta e leitura cuidadosa da realidade, um retrato que, para ser verdadeiro, precisa abarcar não apenas as fragilidades que ainda persistem, mas também as potencialidades que florescem no cotidiano da cidade.

Somente ao lançar um olhar honesto e sensível sobre as condições de vida das crianças de zero a seis anos é que se torna possível planejar ações concretas, fundamentadas e coerentes com o que se vive na prática. Assim, este Plano se ancora em dados oficiais, reunidos pelos Departamentos Municipais e órgãos colegiados vinculados à Primeira Infância, organizados em gráficos, tabelas, imagens e descrição de ações que revelam as iniciativas, programas e serviços disponibilizados à população.

Esses indicadores funcionam como bússolas. Eles orientam o planejamento e ampliam a visão sobre os desafios enfrentados em diferentes setores da administração pública. Ao articular essa leitura abrangente, o Plano propõe metas e estratégias pensadas para os tempos de agora, de amanhã e dos anos que virão, uma construção que respeita o tempo das crianças, mas também a urgência de as proteger com qualidade e afeto.

Nesta etapa, o documento apresenta as ações em curso no território de Holambra, com atenção especial às áreas de saúde, nutrição, segurança, proteção, educação, esportes, meio ambiente, infraestrutura e serviços públicos. Cada programa e projeto mapeado, identificado junto aos departamentos municipais e aos conselhos, vem acompanhado de informações e dados que enriquecem a análise e tornam o diagnóstico mais preciso e significativo.

Ainda que os temas estejam organizados separadamente, para facilitar a leitura e a compreensão, este Plano convida à construção de olhares cruzados, interligados, porque o cuidado com a infância exige muito mais do que ações isoladas. Ele exige articulação, escuta mútua, compromissos compartilhados entre os diversos setores do poder público, a iniciativa privada, os entes federados, a sociedade civil e os órgãos de controle social.

QUADRO 8: Número de crianças de 0 a 6 anos de idade (2022)

Fonte: *IBGE – Censo demográfico (2022) / Organizado por Datapedia.info*

Com base no quadro anexo, que detalha o número de crianças de 0 a 6 anos de idade no município em 2022, é possível realizar uma análise demográfica relevante. O quadro demonstra que 8,86% da população total do município está na faixa etária da primeira infância, o que corresponde a 1.337 crianças em um total de 15.094 habitantes.

Ao comparar o percentual municipal com os contextos estadual e nacional, observa-se que os 8,86% do município estão acima da média do estado de São Paulo, que é de 8,01%, e muito próximos da média nacional, que é de 8,92%, indicando que a proporção de crianças na primeira infância no município segue de perto o padrão demográfico do país.

Essa identificação precisa do contingente populacional da primeira infância (0 a 6 anos) é de extrema importância e crucial para a formulação de políticas públicas eficazes e direcionadas. Por exemplo, ela permite o dimensionamento de serviços essenciais como Saúde e Educação. Na área da Educação, o número de 1.337 crianças em idade de creche e pré-escola é o dado que permite planejar o número necessário de vagas, a expansão da infraestrutura e a alocação adequada de recursos humanos como professores e auxiliares. Na Saúde, o dado ajuda a dimensionar a demanda por programas de atenção primária, imunização, acompanhamento pré-natal, puericultura e equipes de saúde da família especializadas no cuidado materno-infantil.

Além disso, conhecer o tamanho exato desse grupo é fundamental para a alocação orçamentária eficiente, possibilitando que os recursos sejam distribuídos de forma mais precisa, evitando-se o desperdício ou a insuficiência de verbas para programas vitais. A informação também é essencial para a priorização de ações e vulnerabilidades, visto que a primeira infância é um período crítico para o desenvolvimento humano; ao identificar o contingente, o gestor público é compelido a priorizar políticas de proteção social, combate à pobreza infantil, segurança alimentar e prevenção à violência, maximizando o impacto positivo no futuro dessas crianças e, consequentemente, da sociedade.

TABELA 5: Número de crianças nas seguintes faixas etária (2023 e 2024)

Idade	2023	2024
0 a 11 meses e 29 dias	195	190
1 ano a 1 ano 11 meses e 29 dias	193	189
2 anos a 2 anos 11 meses e 29 dias	194	189
3 anos a 3 anos 11 meses e 29 dias	202	195
4 anos a 4 anos 11 meses e 29 dias	209	205
5 anos a 5 anos 11 meses e 29 dias	212	214
TOTAL	1.205	1.182

Fonte: *TABNET.DATASUS*

A tabela evidencia a variação no número de crianças por faixa etária entre os anos de 2023 e 2024, apontando uma discreta redução no total geral, que passou de 1.205 para 1.182 crianças. Essa diminuição é observada na maioria das faixas etárias, especialmente entre 0 e 3 anos, explicada pela queda na taxa de natalidade e deslocamento populacional nessa faixa. Por outro lado, o grupo de 5 anos apresentou ligeiro aumento, passando de 212 para 214 crianças, sugerindo estabilização ou manutenção do contingente nessa idade. Esses dados são relevantes para o planejamento de políticas públicas, sobretudo nas áreas de educação infantil e saúde, uma vez que permitem estimar a demanda por creches, pré-escolas e serviços voltados à primeira infância.

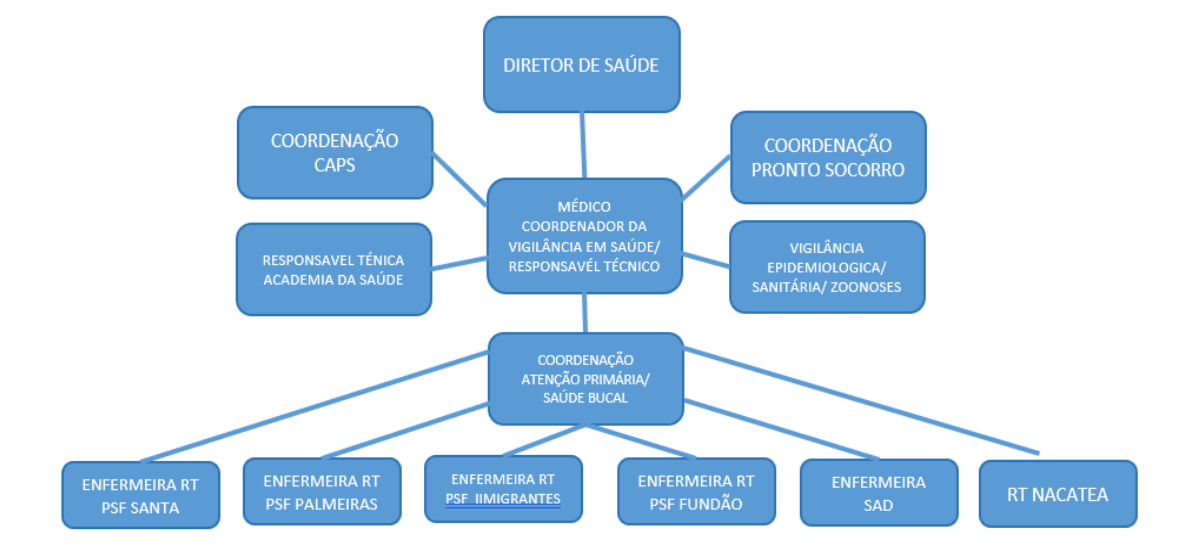
INDICADORES DE SAÚDE

Indicadores de Saúde

O Departamento Municipal de Saúde dispõe de autonomia para organizar e conduzir o atendimento às demandas da população, bem como para gerenciar os processos de trabalho das unidades de saúde. Esse papel é desempenhado em articulação com a equipe gestora, formada pelos responsáveis indicados nas instâncias competentes. Entre suas atribuições centrais, destaca-se o planejamento das ações em saúde, sempre em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), valendo-se dos instrumentos oficiais de gestão e buscando integrar suas ações com outros setores da administração municipal.

Compete também ao Departamento de Saúde colaborar ativamente na formulação de políticas públicas, programas, planos, projetos e metas voltados à área da saúde, conforme as orientações da gestão municipal. Além dessas responsabilidades, cabe à Secretaria executar outras atividades relacionadas à saúde pública que lhe forem designadas pelo Chefe do Poder Executivo.

ORGANOGRAMA



PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA DMS

SETOR	PROFISSIONAIS
DIRETORIA DE SAÚDE	6
FARMÁCIAS	11
SALA DE VACINA	5
TRANSPORTE	21
ALMOXARIFADO	4

PSF SANTA MARGARIDA	33
PSF PALMEIRAS	19
PSF FUNDÃO	15
SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE	3
FISIOTERAPIA	9
ESPECIALIDADES	16

PSF IMIGRANTES

PSF PALMEIRAS

PSF SANTA MARGARIDA

PSF Fundão

A Rede de saúde de Holambra conta com 4 Unidades do Programa de Saúde da Família (PSF): PSF Santa Margarida, PSF Palmeiras, PSF Imigrantes e PSF Fundão, que são porta de entrada para o sistema de saúde e oferecem atendimento primário à população. Além disso, a rede também engloba o Centro de Atenção Psicossocial, o Serviços de Assistência Domiciliar, a Policlínica Municipal e o Pronto Socorro Municipal para atendimentos de urgência e emergência.

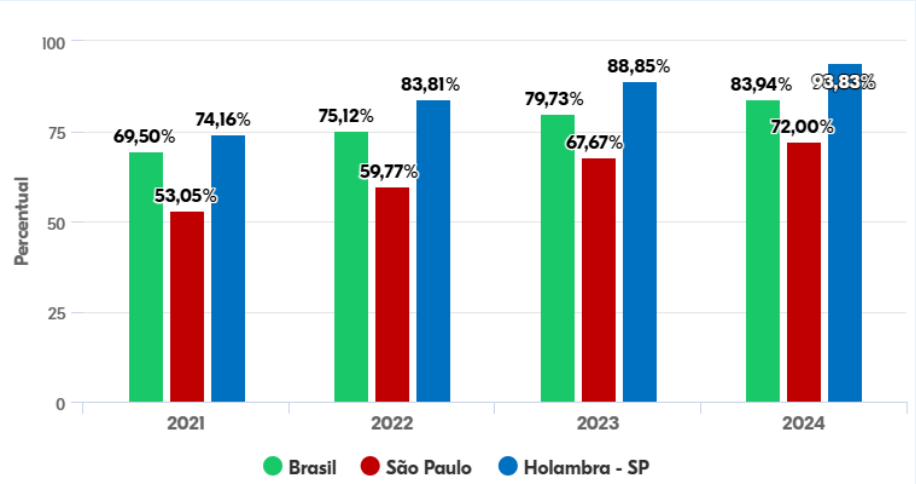
Outras unidades de saúde complementares também fazem parte dessa rede, como a Academia da Saúde e NACATEA (Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Transtorno do Espectro Autista).

Esses serviços visam atender às diferentes necessidades de saúde da população, oferecendo desde cuidados básicos até tratamentos especializados e acompanhamento de casos complexos.

Em conjunto, essa ampla rede de saúde busca garantir o acesso universal e integral à saúde para todos os cidadãos de Holambra, promovendo a prevenção de doenças, o tratamento adequado e a melhoria da qualidade de vida da população.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

GRÁFICO 6: Cobertura da Atenção Primária à Saúde (2021 – 2024)



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/ Acesso: 16/6/25*

O gráfico evidencia a evolução da cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS) em Holambra entre os anos de 2021 e 2024, em comparação aos índices do Brasil e do estado de São Paulo. Observa-se que o município apresentou um crescimento contínuo e expressivo nesse período: passou de 59,77% em 2022 para 79,73% em 2023, atingindo 93,83% em 2024.

Esses resultados revelam um fortalecimento das ações de saúde no território, aproximando Holambra das metas nacionais e demonstrando avanços significativos na ampliação do acesso da população aos serviços da atenção básica. O aumento da cobertura indica que mais famílias e crianças estão sendo acompanhadas por equipes multiprofissionais, com maior alcance das ações de prevenção, promoção e cuidado integral à saúde.

Entre os principais serviços oferecidos pela APS, no município, estão:

- acompanhamento de gestantes, bebês e crianças;
- vacinação e vigilância nutricional;
- consultas médicas, odontológicas e de enfermagem;
- ações de promoção da saúde e prevenção de doenças;
- acompanhamento de condições crônicas e encaminhamento, quando necessário, para níveis de atenção especializados.

No contexto da primeira infância, a APS desempenha papel fundamental ao garantir o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, o monitoramento das condições de saúde, a orientação às famílias sobre alimentação, higiene, segurança e vacinação, além da identificação precoce de agravos que possam comprometer o desenvolvimento da criança.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

Programa Saúde da Família, é um modelo de atendimento assistencial, reorientando o sistema de saúde a partir da atenção primária, criando e mantendo equipes de saúde com vários profissionais que tem como base de trabalho as unidades de saúde, estas equipes atendem as famílias de uma área delimitada, elas são cadastradas e acompanhadas por profissionais desta unidade, incluindo o atendimento no próprio domicílio, assim aproximam-se da comunidade.

A equipe é composta por vários profissionais de saúde, sendo principalmente por médicos, enfermeiro, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde, dentista, ACD, nutricionista, farmacêuticos, auxiliares de farmácia, recepcionistas, motoristas e colaboradores da limpeza. Os atendimentos na unidade são realizados das seguintes formas:

a. Agendado/programado
b. Demanda Espontânea
c. Acesso avançado

As unidades de PSF urbanas funcionam das 7h às 17 horas de segunda a quinta-feira e das 7h às 16h de sexta-feira. As unidades rurais funcionam no horário das 7h às 16h, de segunda a sexta-feira.

As unidades de saúde da família do município de Holambra oferecem aos seus usuários os seguintes serviços em relação à promoção, recuperação, educação e tratamento em saúde.

Acesso e acolhimento - O acolhimento é a principal forma de acesso ao atendimento, é a partir dele que os profissionais podem conhecer, inicialmente, as demandas do usuário e a partir disso poder buscar as melhores formas de orientações e intervenções junto ao usuário

Cadastramento das Famílias - Os Agentes Comunitários de Saúde, através das visitas domiciliares, fazem o cadastramento das famílias, identificam a situação de saneamento e moradia e fazem o acompanhamento mensal da situação de saúde das famílias.

Atendimento por equipe multiprofissional - Todas as unidades oferecem atendimentos com equipe multidisciplinar composta por médico geral, pediatra, ginecologista, enfermeiro, auxiliar e técnicos de enfermagem, dentista, nutricionista e agente comunitário de saúde, o trabalho do PSF é essencialmente multiprofissional.

Cada membro contribui com seu saber específico, compartilhando a responsabilidade pelo cuidado da população adscrita. Essa integração supera a fragmentação do cuidado, focando na pessoa em seu contexto. O acolhimento, por exemplo, é uma responsabilidade de toda a equipe, dentro de seus escopos de atuação. **Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes** - Para que a criança cresça e se desenvolva bem, é fundamental comparecer à unidade de saúde para fazer o acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento. Seguimos o esquema recomendado pelo Ministério da Saúde para marcação das consultas de rotina:

1ª semana ➔ 1º mês ➔ 2º mês ➔ 4º mês ➔ 6º mês ➔ 9º mês ➔ 12º mês ➔ 18º mês ➔ 24º mês ➔ 36º mês

A partir dos 2 anos de idade, as consultas de rotina devem, no mínimo, ser anuais, próximas ao mês de aniversário. Lembre-se de levar a Caderneta da Criança a todas as consultas. Algumas crianças necessitam de maior atenção e devem ser vistas com maior frequência. Em todas as consultas de rotina, os profissionais de saúde devem avaliar e orientar sobre:

- Alimentação da criança;
- Peso, comprimento ou altura e perímetro cefálico (este último até os 2 anos);
- Vacinas; Calendário Básico de Vacinação (PNI)
- Desenvolvimento;
- Prevenção de acidentes;
- Identificação de problemas ou riscos para a saúde;
- Outros cuidados para uma boa saúde.

Assistência à pessoa com doença terminal (cuidados paliativos)

Garantimos que os pacientes tenham acesso a um tratamento humanizado, respeitando suas preferências e valores. Isso inclui não apenas aliviar a dor, outros sintomas da doença e os efeitos colaterais do tratamento, mas melhorar o conforto, o bem-estar do paciente e a qualidade de vida, e aliviar o sofrimento, desenvolver estratégias de enfrentamento da doença, afirmar a vida, considerando a morte como um processo natural, fornecer acompanhamento humanizado e cuidados até o fim da vida e manter a continuidade dos cuidados à pessoa, seus familiares e cuidadores. Atividades educativas de Prevenção e de Promoção da Saúde - As Unidades em diversas datas comemorativas realizam ações como palestras, mutirões, campanhas, testes, individualmente ou em parceria com empresas ou outros departamentos.

Saúde do homem
Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: promove a abordagem às questões sobre a sexualidade masculina, nos campos psicológico, biológico e social. Busca respeitar o direito e a vontade do indivíduo de planejar, ou não, ter filhos; Paternidade e Cuidado: busca sensibilizar a sociedade em geral sobre os benefícios da participação ativa dos homens no exercício da paternidade em todas as fases da gestação e nas ações de cuidado com seus (suas) filhos (as), destacando como esta participação pode contribuir a saúde, bem-estar e fortalecimento de vínculos saudáveis entre crianças, homens e suas (seus) parceiras (os); Doenças prevalentes na população masculina: reforça a importância da atenção primária no cuidado à saúde dos homens, facilitando e garantindo o acesso e a qualidade dos cuidados necessários para lidar com fatores de risco de doenças e agravos à saúde mais prevalentes na população masculina; Prevenção de Violências e Acidentes: visa a conscientização sobre a relação significativa entre a população masculina e violências e acidentes.

Atendimento à criança e ao adolescente
Atenção à saúde da criança efetiva-se pelo acompanhamento periódico e sistemático do crescimento e desenvolvimento infantil, vacinação, orientações às mães/famílias sobre prevenção de acidentes, aleitamento materno, higiene individual e ambiental e, também, pela identificação precoce dos agravos, com vista à intervenção efetiva e apropriada. Para isto, pressupõe a atuação de toda equipe de saúde, de forma intercalada ou conjunta, possibilitando a ampliação na oferta dessa atenção. Realizamos a vigilância à saúde no desenvolvimento de adolescentes e jovens identificando fatores de risco e de proteção às doenças e agravos, identificando as desarmonias do crescimento, os distúrbios nutricionais e comportamentais, as incapacidades funcionais, as doenças crônicas e a cobertura vacinal, o uso abusivo de álcool e outras drogas e a exposição às violências e aos acidentes, encaminhando o adolescente, quando necessário, para os serviços de referência e para a rede de proteção social.

Saúde do idoso
Oferecemos atendimento adequado com uma equipe multiprofissional e atenção integral à saúde do Idoso; Atendendo as necessidades de saúde da pessoa idosa, proporcionando uma porta de entrada a unidade de saúde para uma avaliação funcional do Idoso, dividindo em categorias: frágil/ vulnerável e ativo/saudável, com intervenções e encaminhamentos necessários.

Saúde mental
Psf por estar inserido na comunidade permite que os profissionais acompanhem os usuários de forma mais próxima e constante, o que facilita a identificação precoce de sintomas como ansiedade, depressão, estresse crônico e outros agravos emocionais. Esse vínculo entre equipe de saúde e território é uma das maiores forças da Atenção Primária, tornando-a essencial para o cuidado em saúde mental.

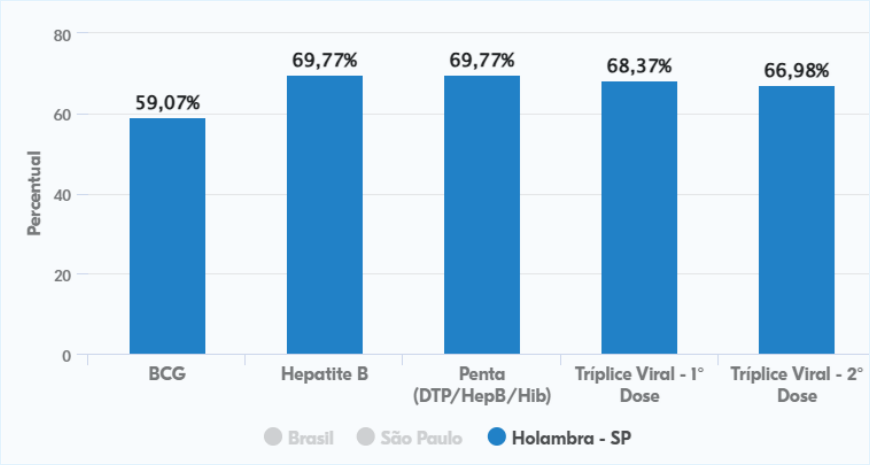
Atenção domiciliar por equipe multiprofissional pela equipe do PSF e do serviço de Assistência Domiciliar
A atenção à saúde oferecida na moradia do paciente e caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, realizada por equipe multiprofissional, com garantia da continuidade do cuidado e integrada à Rede de Atenção à Saúde.

Saúde bucal
As equipes de saúde bucal seguem os princípios do SUS: atender a todos (universalidade), tratar todos de forma justa e de acordo com sua necessidade (equidade) e cuidar de todos os aspectos da saúde (integralidade). Essas equipes trabalham com outros profissionais de saúde, criando laços com as famílias e as comunidades para oferecer um cuidado mais eficaz. Realizam os seguintes serviços: Ações coletivas para educação de higiene oral e próteses dentárias, aplicação de flúor e escovação supervisionada; Restaurações em dentes permanentes e decíduos (de leite); Profilaxia, raspagem e alisamento dental; Cirurgias para remoção de dentes, restos radiculares, excesso de gengiva e freio lingual; Procedimentos de urgência como acesso à polpa dental para alívio da dor, restaurações provisórias, sutura e remoção de pontos e drenagem de abscessos, radiografia simples e próteses dentarias.

COBERTURA VACINAL

A vacinação é uma das estratégias mais eficazes de saúde pública, sendo essencial para a prevenção de doenças infectocontagiosas e para o desenvolvimento saudável da infância. Além de proteger individualmente, a imunização contribui para a proteção coletiva, reduzindo a circulação de vírus e bactérias e prevenindo surtos de doenças erradicadas ou controladas.

GRÁFICO 7: Cobertura vacinal infantil (2023)



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em* https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/
Acesso: 16/6/25

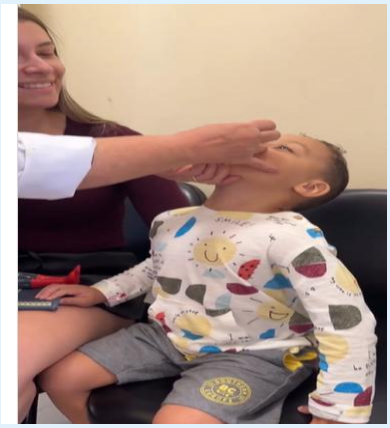
O gráfico apresenta os índices de cobertura vacinal infantil no município no ano de 2023, evidenciando que, embora as taxas estejam relativamente próximas entre os diferentes imunizantes, nenhuma alcançou a meta preconizada pelo Ministério da Saúde, que é de 95% de cobertura para todas as vacinas do calendário básico.

Os percentuais variam entre 59,07% para BCG e 69,77% para Hepatite B e Penta (DTP/HepB/Hib), enquanto as vacinas Tríplice Viral 1ª dose e 2ª dose apresentam coberturas de 68,37% e 66,98%, respectivamente. Esses números indicam a necessidade de fortalecer as ações de vigilância, mobilização e busca ativa, a fim de ampliar a adesão das famílias à imunização das crianças.

Vacinação nas escolas

Frente aos dados levantados e analisados, torna-se fundamental que o município reforce campanhas de conscientização, ações intersetoriais e acompanhamento das cadernetas de vacinação, assegurando que todas as crianças recebam as vacinas dentro do prazo recomendado. O alcance das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde (95%) é condição indispensável para garantir a saúde integral, o bem-estar e o pleno desenvolvimento infantil.

Imunização



Holambra atualmente possui salas de vacina em todas suas unidades de PSF, sendo as unidades PSF Santa Margarida e Imigrantes com funcionamento de segunda à sexta-feira, das 07h às 11:30h, e das 13h às 15:30h, e nas unidades rurais, PSF Palmeiras de segunda-feira, das 8h às 11:30h, e PSF Fundão de terça-feira, das 13h às 15h. Holambra ainda realiza vacinação nas escolas do município, Campanhas aos finais de semana e busca ativa aos faltosos.

Comitê de Vacinação de Alta Qualidade - AVAQ

Em outubro de 2023, o Departamento Municipal de Saúde de Holambra deu início essa às atividades do Comitê de Vacinação de Alta Qualidade, o AVAQ, com o objetivo de realizar o planejamento de ações voltadas à imunização contra diferentes tipos de doenças em toda a cidade. A criação atende a diretrizes

estabelecidas pelo Ministério da Saúde para eliminação e controle de endemias preveníveis por meio de vacina, como varíola, poliomielite, rubéola, sarampo, entre outras. O comitê, na cidade, é composto pelo diretor da pasta, Valmir Marcelo Iglecias, pelo médico coordenador da Vigilância em Saúde, Marcelo Bisson, pela equipe técnica do Departamento e por integrantes do Conselho Tutelar, da Promoção Social, da Câmara Municipal, de pastorais e da sociedade civil.

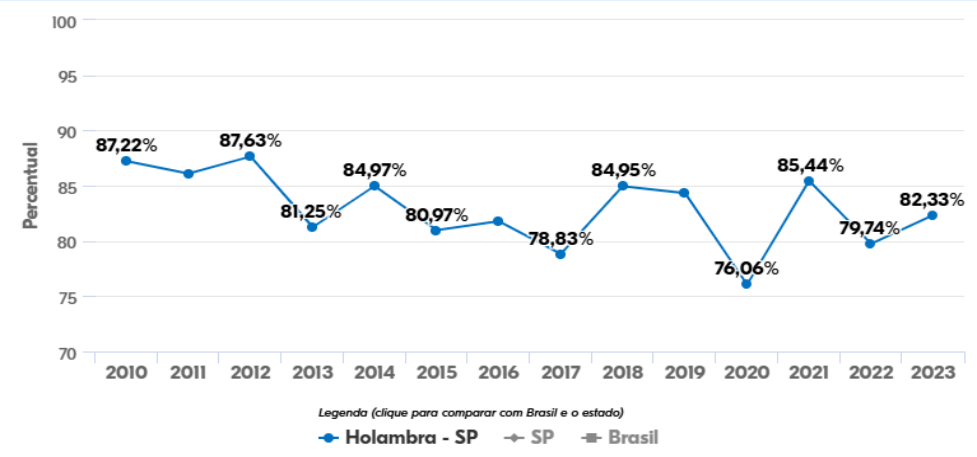
ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL

O pré-natal representa uma das etapas mais importantes do cuidado com a gestante e o bebê, constituindo-se como um instrumento essencial de promoção da saúde materna e infantil. Trata-se de um acompanhamento sistemático que visa assegurar o desenvolvimento saudável da gestação, prevenir complicações e reduzir riscos tanto para a mãe quanto para o recém-nascido. Durante as consultas, são realizadas avaliações clínicas, exames laboratoriais, orientações nutricionais e acompanhamento emocional, permitindo a detecção precoce de intercorrências e a intervenção oportuna diante de possíveis agravos.

Além do aspecto médico, o pré-natal tem uma dimensão educativa e social, pois oferece à gestante informações fundamentais sobre o parto, o aleitamento materno, os cuidados com o bebê e os direitos assegurados no período gestacional. Ele também favorece o fortalecimento do vínculo entre a gestante e a equipe de saúde, promovendo uma relação de confiança que contribui para a adesão ao acompanhamento e para a construção de uma maternidade mais segura e acolhedora.

Sob a perspectiva das políticas públicas, o pré-natal é uma estratégia prioritária do Sistema Único de Saúde (SUS), inserida no conjunto de ações de atenção básica, com o objetivo de garantir o direito à vida e à saúde desde o início da gestação. A ampliação do acesso e a qualidade desse acompanhamento refletem diretamente na redução da mortalidade materna e neonatal, indicadores fundamentais de desenvolvimento social.

GRÁFICO 8: Percentual de gestantes com 7 ou mais consulta de pré-natal



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/*
Acesso: 16 /6/25

O gráfico mostra que entre os anos de 2010 e 2023, revelando oscilações significativas ao longo do período. Observa-se que, embora o município tenha alcançado índices elevados em determinados anos, como 87,63% em 2012 e 85,44% em 2019, houve períodos de queda expressiva, destacando-se 2020, com o menor percentual registrado (76,06%), possivelmente influenciado pelos impactos da pandemia de COVID-19.

Nos anos mais recentes, verifica-se uma leve recuperação, atingindo 82,33% em 2023, embora ainda abaixo dos melhores desempenhos anteriores.

A oscilação nos percentuais ao longo dos anos pode estar relacionada a diversos fatores, como:

- Acesso das gestantes aos serviços de saúde, principalmente em áreas rurais;
- Qualificação das equipes da atenção básica;
- Ações de busca ativa por parte da Estratégia Saúde da Família (ESF);
- Campanhas educativas sobre a importância do acompanhamento pré-natal.

O expressivo aumento em 2023 aponta para ações efetivas adotadas pelo município, como melhoria na cobertura da atenção básica, sensibilização das gestantes, e fortalecimento dos serviços de saúde. Esse resultado deve ser valorizado e mantido, garantindo que nenhuma gestante fique sem o devido acompanhamento.

É fundamental que o município continue investindo em:

- Formação contínua de profissionais da saúde;
- Acessibilidade aos serviços (inclusive transporte em áreas distantes);
- Integração das ações de saúde com políticas públicas voltadas à mulher e à primeira infância.

Centro de Atenção Psicossocial (Caps I)

O serviço de saúde, de caráter aberto e comunitário, voltado aos atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas, que se encontram em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial.

A equipe multiprofissional é composta por enfermeira, técnica de enfermagem, médicos psiquiatras, profissional administrativo, e outras categorias profissionais como

psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, arteterapeuta, que devem integrar a equipe conforme projeto técnico institucional do serviço, em conformidade com as singularidades epidemiológicas e socioeconômicas de cada região.

Esses serviços são especializados em saúde mental e têm caráter de base comunitária, que funcionam de “porta aberta” e atendem tanto a demandas referenciadas pela atenção básica e demais serviços intra e intersetoriais, quanto demanda espontânea, destinam-se prioritariamente à assistência de pessoas com transtornos mentais mais graves e persistentes, efetuando ações de reabilitação em regime mais intensivo. São estratégicos na articulação da RAPS, seja na atenção multiprofissional direta, visando à promoção da saúde mental dos pacientes e de suas famílias, da vida comunitária e da autonomia dos usuários, quanto na ordenação do cuidado, trabalhando em conjunto com as Equipes de Saúde da Família, articulando e ativando os recursos existentes na própria RAPS e em outras redes, assim como nas comunidades.

O horário de atendimento é das 7h às 17 horas de segunda a sexta-feira. Os serviços oferecidos pelo CAPS são: acolhimento, consulta de enfermagem, consulta médica com especialistas, atendimento psicológico, atendimento domiciliar multiprofissional, grupos terapêuticos, encaminhamentos para internação clínica, terapêutica e para reabilitação.

Serviço de Atenção Domiciliar (SAD)

A atenção à saúde oferecida na moradia do paciente e caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Com abordagens diferenciadas, esse tipo de serviço está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) e é oferecido de acordo com a necessidade do paciente, a partir do atendimento de diferentes equipes.

A AD proporciona ao paciente um cuidado ligado diretamente aos aspectos referentes à estrutura familiar, à infraestrutura do domicílio e à estrutura oferecida pelos serviços para esse tipo de assistência. Dessa forma, evita-se hospitalizações desnecessárias e diminui o risco de infecções.

Além disso, melhora a gestão dos leitos hospitalares e o uso dos recursos, bem como diminui a superlotação de serviços de urgência e emergência. Os pacientes que

precisam de equipamentos e outros recursos de saúde e demandam maior frequência de cuidado, com acompanhamento contínuo, também são assistidos.

O serviço é composto por médico, enfermeiro, técnicos de enfermagem, nutricionista, psicóloga, fonoaudióloga e motorista, que realizam atendimento no domicílio das pessoas que necessitam de cuidados de saúde.

Os pacientes são encaminhados ao SAD pelas equipes de Saúde da Família/Atenção Básica, pela Policlínica Municipal, PS municipal ou pelos hospitais em que o usuário estiver internado.

Os serviços realizados pela equipe são: consulta médica, consulta da enfermagem, atendimento com nutricionista, fonoaudióloga e psicóloga, é realizado os procedimentos de enfermagem como sinais vitais, administração de medicação, sondagem, curativo, é ofertado cama hospitalar, cadeira de rodas e banho, andador, colchão pneumático, aspirador de secreção e materiais para curativo.

O serviço funciona de segunda à quinta-feira, das 7 às 17h, e às sextas-feiras, das 7 às 16h.

Policlínica Municipal

Uma unidade de saúde pública que oferece uma gama de serviços médicos e especializados, com o objetivo de atender a população de forma integral e humanizada. Contamos com diversos especialistas que atendem em áreas como cardiologia, oftalmologia, ortopedia, gastroenterologia e cirurgião vascular.

Pronto-Socorro (PS)

O nome sugere, é para casos mais graves e complexos, reservado para atender pessoas com ou sem risco de vida e que precisam de atendimento imediato, nas ocasiões em que o estado de saúde geral tende a declinar de maneira rápida.

POLICLÍNICA/PRONTO SOCORRO

O pronto-socorro funciona 24 horas por dia e possui apenas leitos de observação, se houver a necessidade de um tratamento prolongado, o paciente é transferido para um hospital.

No pronto-socorro, são recebidos casos graves e inesperados como:

- hemorragia (sangramento excessivo);
- casos de acidentes de trânsito ou qualquer outro;
- fratura;

- picadas de animais peçonhentos, como cobra, aranha ou escorpião;
- agressões por arma de fogo ou arma branca;
- dificuldade respiratória;
- convulsão;
- desmaios e tonturas;
- dor súbita ou intensa, entre outros.

A equipe que realiza os atendimentos é basicamente composta por médicos (clínico geral e pediatra), enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, técnicos de radiografia e gesso.

Academia da Saúde

O principal objetivo desta modalidade de atendimento à população é oferecer e prestar atendimento de qualidade aos seus usuários, com fundamentação técnica-científica e ética, por meio de diversas modalidades de atendimento fisioterapêutico visando o desenvolvimento de propostas de promoção, prevenção e reabilitação da saúde dos pacientes junto à comunidade.

Na academia são oferecidos atendimentos em crianças, adolescentes, adultos e idosos, vinculadas às diversas áreas de Fisioterapia com as seguintes modalidades de reabilitação: ortopédicas, neurológicas, cardiovasculares, respiratórias e desportivas. A equipe é exclusivamente formada por fisioterapeutas. O serviço funciona de segunda a quinta das 7 às 21h e sexta feira das 7h às 17h.

Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Transtorno do Espectro Autista (NACATEA)

O NACATEA tem como objetivo garantir os direitos das pessoas com autismo e suas famílias, promovendo mudanças na organização do trabalho, práticas sociais e nas relações entre famílias e profissionais, bem como estabelecer uma sociedade mais inclusiva.

Atuando de forma multidisciplinar, promovendo ações de promoção e reabilitação para melhorar a qualidade de vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, esta equipe desempenha um importante avanço em direção a autonomia e desenvolvimento infantil das crianças atendidas.

Os atendimentos são realizados de forma colaborativa, permitindo discussões de casos e ações compartilhadas entre diferentes profissionais e setores. O foco é sempre na integralidade, qualidade, eficiência e no bem-estar da pessoa com autismo. Oferece serviço especializado para crianças e adolescentes autistas conhecido como Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Transtorno Espectro Autista (NACATEA).

A equipe multidisciplinar é composta por profissionais de fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, fisioterapia, neuropsicologia, arteterapeuta, terapia ocupacional e médicos clínico com especialização em neurologia e psiquiatra.

SAÚDE BUCAL

O Departamento Municipal de Saúde compreende que o cuidado com os dentes de leite é fundamental, pois eles não são meramente provisórios; são essenciais para a mastigação, nutrição, desenvolvimento da fala e para reservar o espaço adequado aos futuros dentes permanentes. Sem uma atenção bucal adequada desde cedo, a cárie dentária, uma doença crônica comum, pode comprometer o desenvolvimento integral da criança. É nesse cenário que a prevenção, controle e tratamento de cáries se tornam prioridade máxima.

Assim, a equipe considera urgência e trabalha de forma contínua para assegurar uma assistência odontológica abrangente, que se estende muito além do consultório. Através de iniciativas como o Projeto Boquinha Saudável, realizado em parceria com o Departamento de Educação, profissionais de odontologia levam orientações sobre saúde bucal diretamente às unidades de ensino, ensinando as crianças e seus cuidadores sobre a escovação correta, o uso do fio dental e os hábitos alimentares saudáveis.

Contudo, a assistência não se restringe à educação e à prevenção nas escolas. O cuidado integral ofertado pelo Departamento Municipal de Saúde abrange um leque de serviços clínicos e emergenciais para a população, incluindo a faixa etária infantil e os demais munícipes.

Nos postos de saúde, são realizados procedimentos preventivos como a limpeza e curativos, além de intervenções de recuperação, como a restauração de dentes afetados por cáries. A complexidade do atendimento se estende a procedimentos cirúrgicos simples, como extração de dentes irrecuperáveis, realização de suturas e incisão e drenagem de abscessos dentários simples. Para garantir um diagnóstico preciso, a equipe de saúde bucal conta com a solicitação de radiografia, e o tratamento eficaz é complementado pela prescrição medicamentosa quando necessário.

Além disso, demonstrando um compromisso com a totalidade dos munícipes, a rede de atendimento odontológico também se dedica à atenção à saúde bucal de pacientes acamados, garantindo que mesmo aqueles com mobilidade reduzida recebam os cuidados essenciais.

Com essas ações, Holambra desencadeia um modelo de atenção que une a educação preventiva na primeira infância com um cuidado clínico resolutivo e humanizado para toda a população.

Projeto Boquinha Saudável

A ação é promovida em uma parceria dos departamentos de Saúde e Educação e consiste na ida de profissionais da área de odontologia às unidades de ensino para realizar trabalho de orientação sobre a saúde bucal infantil.

Programa Primeiros Olhares

O Programa Primeiros Olhares figura uma importante ação intersetorial de promoção da saúde e educação, sendo uma iniciativa que reconhece a vital conexão entre a capacidade de enxergar e o desenvolvimento integral da criança. Promovido pelo Fundo Social de Solidariedade em uma essencial parceria com os departamentos de Saúde, Educação e Promoção Social, o programa atua como uma robusta rede de proteção visual para os estudantes da rede municipal. O cerne da ação reside na realização de testes de acuidade visual diretamente no ambiente escolar

para verificar se a criança apresenta alguma dificuldade para enxergar, uma triagem que se mostra crucial visto que muitos problemas de visão em tenra idade não são manifestados verbalmente pelas crianças e, se não detectados, podem ser erroneamente interpretados como problemas de aprendizagem ou TDAH.

Cabe destacar que uma dificuldade visual não corrigida, como miopia, hipermetropia ou astigmatismo, pode gerar frustração, desinteresse pelos estudos, dores de cabeça frequentes, cansaço visual e, consequentemente, levar a um mau rendimento escolar e até a evasão. O desenvolvimento da leitura, escrita e das habilidades motoras finas depende diretamente de uma visão nítida. Ao identificar esses problemas precocemente, o programa garante que as crianças tenham a oportunidade de corrigir deficiências que comprometem seu potencial de aprendizado.

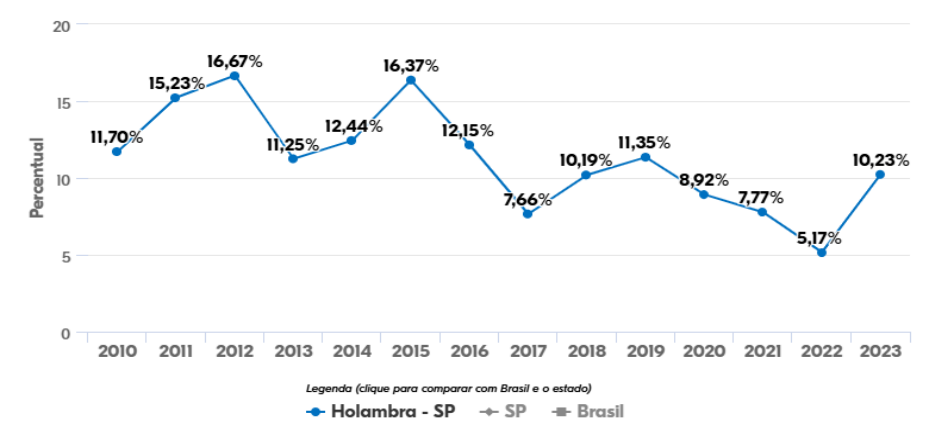
Após a triagem inicial, o programa estabelece um fluxo de cuidado completo: em casos de alteração no teste, a criança é prontamente encaminhada para médico especialista para uma avaliação oftalmológica detalhada. E, rompendo as barreiras socioeconômicas que muitas vezes impedem o acesso ao tratamento, o Programa Primeiros Olhares assegura a disponibilização gratuita de armação e lentes corretivas para todos os estudantes que delas necessitem.

Essa entrega de óculos de grau não apenas restaura a capacidade visual, mas transforma a experiência escolar e social da criança, garantindo que elas possam acompanhar as aulas, participar de atividades e interagir com o mundo de forma plena e clara, investindo de forma efetiva no sucesso educacional e na qualidade de vida de toda a comunidade escolar.

GRAVIDEZ PRECOCE

A gravidez na adolescência, especialmente quando ocorre na ausência de planejamento familiar, é um desafio social complexo que exige ações contundentes de prevenção e inibição. A precocidade da gestação não apenas interrompe a trajetória de vida dos jovens, mas acarreta profundas implicações tanto para os pais adolescentes quanto para a criança que nasce

GRÁFICO 9: Percentual de mães adolescentes (2010 - 2023)



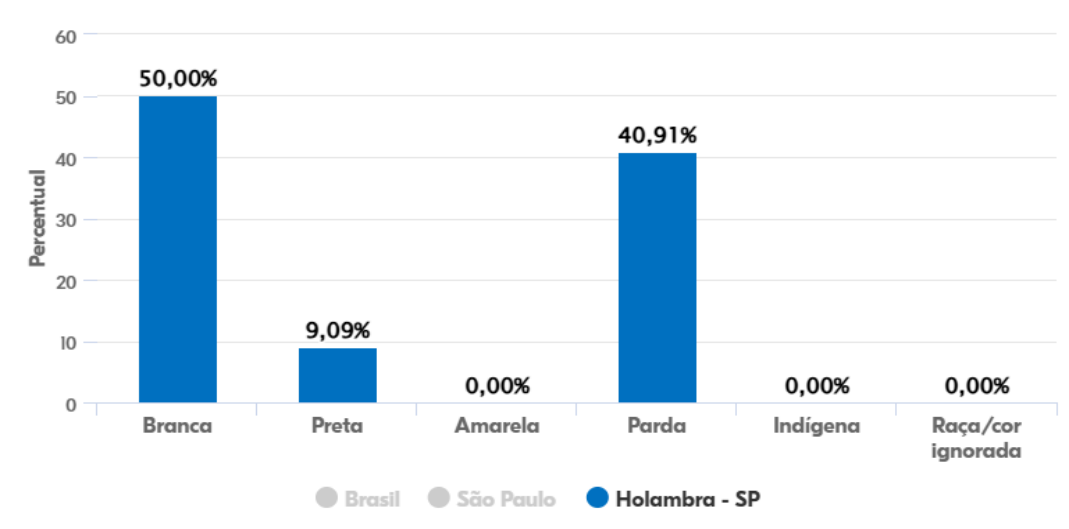
Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em* https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/
Acesso: 16/6/25

Analisando o gráfico, verifica-se que nos primeiros anos, observa-se um índice relativamente elevado, com pico de 16,67% em 2012 e 16,37% em 2015, seguido por uma trajetória de redução gradual, atingindo o menor valor em 2022 (5,17%). Em 2023, contudo, nota-se um leve aumento para 10,23%, o que pode sinalizar uma reversão pontual da tendência de queda.

Um aspecto importante a ser destacado é o impacto da gravidez precoce tanto na vida dos pais adolescentes quanto da criança. Para os pais adolescentes, o impacto é frequentemente devastador em termos de desenvolvimento pessoal e socioeconômico. A gravidez precoce eleva o risco de evasão escolar, dificultando a conclusão dos estudos e o acesso a melhores oportunidades de emprego, perpetuando o ciclo da pobreza. Além das barreiras educacionais e profissionais, os jovens pais enfrentam um amadurecimento acelerado e forçado, precisando conciliar as responsabilidades da parentalidade com os desafios típicos da adolescência, o que gera estresse emocional, instabilidade nos relacionamentos e isolamento social, sobrecarregando-os física e psicologicamente.

Para a criança, o cenário também apresenta vulnerabilidades. Filhos de pais adolescentes, especialmente aqueles sem uma estrutura familiar e financeira planejada, estão mais suscetíveis a nascerem prematuros ou com baixo peso, o que demanda cuidados neonatais mais intensivos. A falta de maturidade emocional, planejamento e recursos dos pais pode resultar em um cuidado parental menos estruturado e, em alguns casos, em maior risco de negligência ou violência, comprometendo o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional da criança a longo prazo.

GRÁFICO 10: Parto de mães adolescentes por raça/cor (2023)

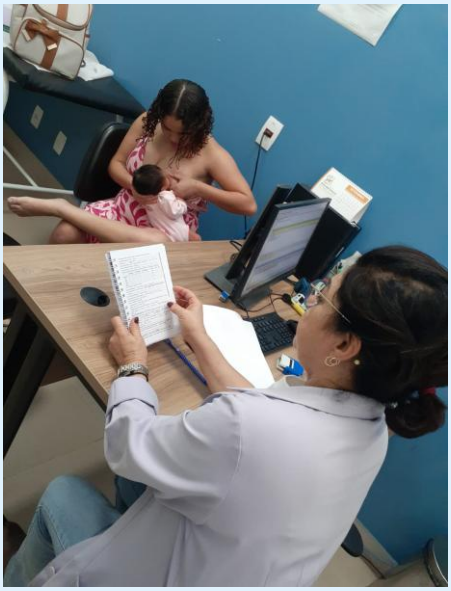


Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em* https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/
Acesso: 16/6/25

ia em Holambra.

O gráfico evidencia uma concentração considerável da gravidez precoce em dois grupos raciais, o que sugere a presença de disparidades sociais no município. A raça Branca lidera a incidência, sendo responsável por exatamente 50,00% dos partos de mães adolescentes. Em seguida, as adolescentes que se declararam parda representam uma proporção muito alta, totalizando 40,91% dos casos. Juntos, esses dois grupos somam mais de 90% dos registros, enquanto o grupo Preta aparece com uma parcela menor, de 9,09%.

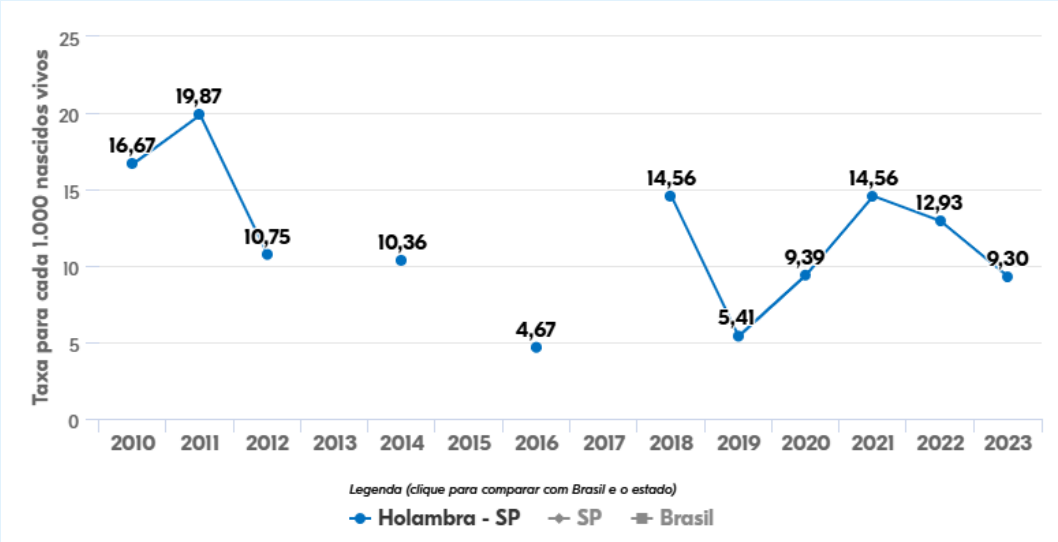
MORTALIDADE INFANTIL



A mortalidade infantil é um dos indicadores mais sensíveis e cruciais para medir o nível de desenvolvimento social, econômico e a qualidade da saúde pública de uma nação. A persistência de altas taxas de mortalidade infantil reflete desigualdades sociais, barreiras de acesso a serviços de saúde essenciais e falhas na atenção básica.

A seguir, apresentamos o comportamento do município no período que compreendeu 2010 a 2023, seguido das principais ações realizadas pelo Departamento de Saúde, em articulação com os demais setores, para combater esse fenômeno no município de Holambra.

GRÁFICO 11: Taxa Mortalidade Infantil para até 1 ano de Idade (2010 – 2023)



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em* https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/
Acesso: 16/6/25

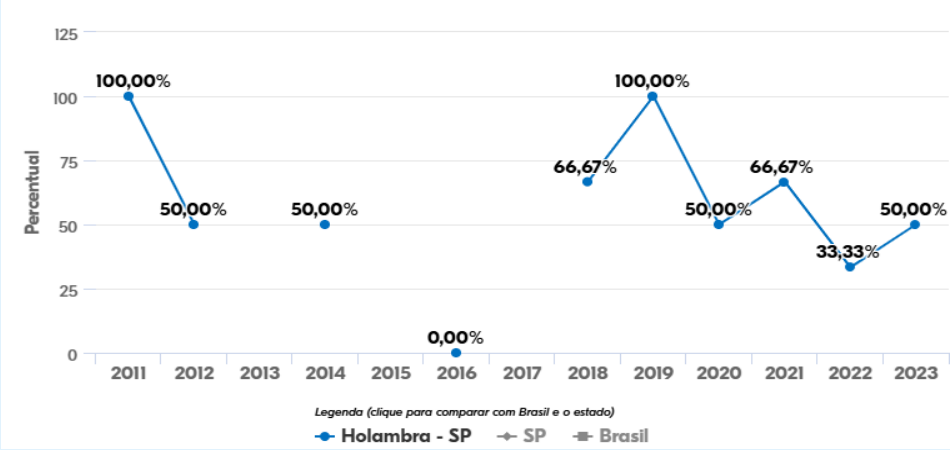
A equipe de saúde e colaboradores em geral consideram de fundamental importância que sejam realizadas ações coordenadas de combate a essa problemática social. Para tanto, os profissionais promovem intervenções abrangentes, começando pelo fortalecimento do pré-natal de qualidade, garantindo que a gestante receba acompanhamento adequado para prevenir complicações no parto e no desenvolvimento fetal. No período pós-parto, o foco se desloca para o incentivo ao aleitamento materno exclusivo, que é essencial para a imunidade e nutrição do bebê, e a garantia de um calendário vacinal completo e acessível, protegendo a criança contra doenças graves e evitáveis.

Além disso, o combate eficaz exige investimentos em saneamento básico, melhoria das condições de moradia e educação das famílias sobre higiene e cuidados com o bebê. A atuação da Atenção Primária à Saúde (APS), com visitas domiciliares e vigilância contínua do crescimento e desenvolvimento infantil, tem exercido papel crucial na detecção precoce de riscos.

Complementarmente, destacamos que o município realiza ações efetivas na direção de impedir ocorrências dessa natureza, como:

- Consulta de pré-natal;
- Busca Ativa de vacinas;
- Teste do pezinho;
- Puericultura/Atendimento de enfermagem (A.E) em menores de 2 anos;
- Acompanhamento de menores de 2 anos *(Visita do ACS*).

GRÁFICO 12: Percentual de mortalidade infantil (até 1 ano) por Causas Evitáveis (2011–2023)



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em* https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/
Acesso: 16/6/25

No período de 2011 a 2023. Observa-se uma grande oscilação nos índices, variando de 0% a 100% ao longo dos anos. Em diversos períodos, como 2011, 2015 e 2019, todas as mortes infantis registradas foram consideradas evitáveis (100%), enquanto em 2016 não houve registro de óbitos. Nos demais anos, os percentuais ficaram entre 33,33% e 66,67%, indicando flutuações expressivas.

Essa variação pode estar associada ao pequeno número absoluto de casos, o que faz com que cada ocorrência impacte fortemente o percentual.

Conselho Municipal de Saúde

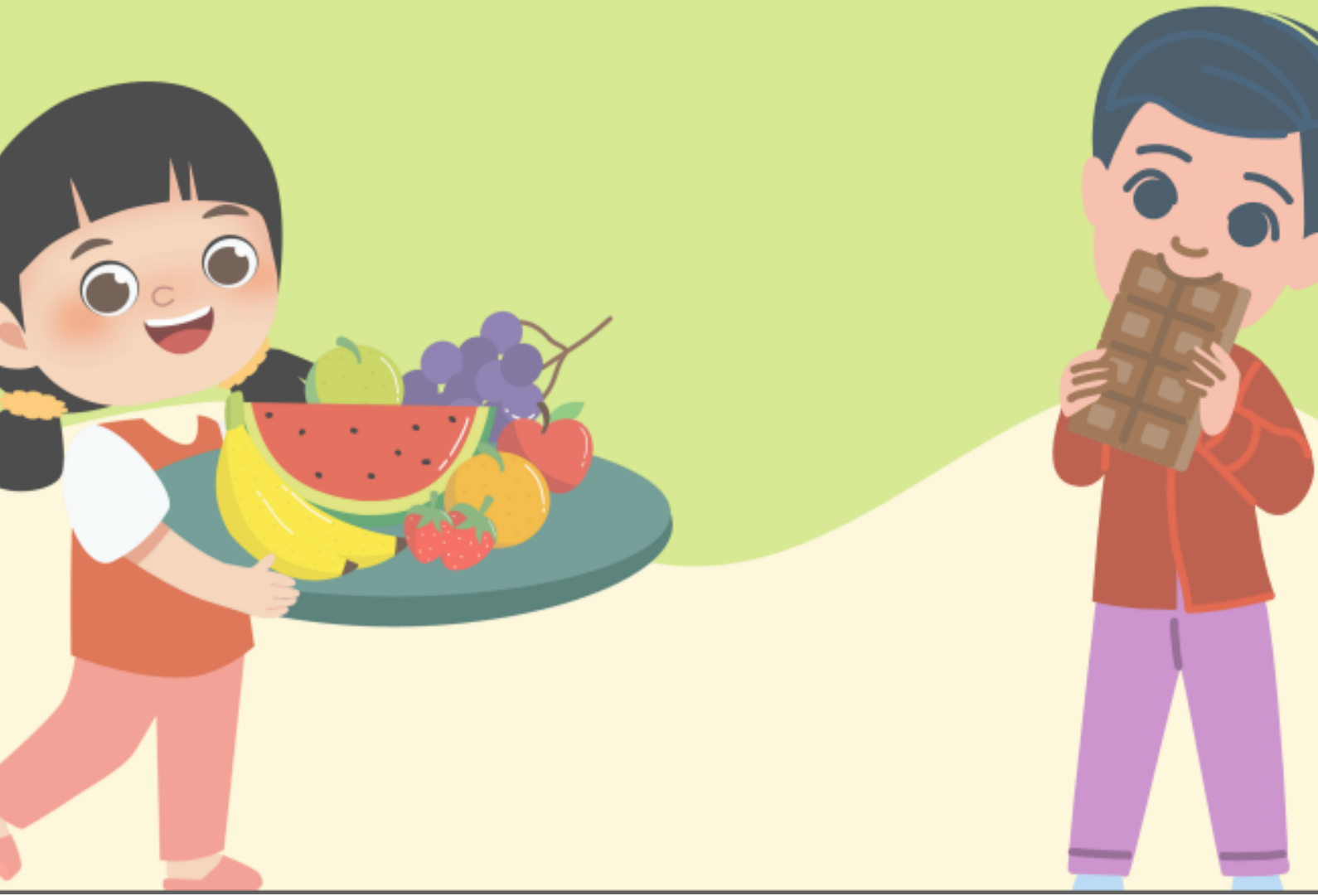
O Conselho Municipal de Saúde - CMS, instituído pela Lei nº 132, de 23 de novembro de 1993, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 252, 14 de setembro de 2000, respeitada a legislação federal e estadual que lhe for aplicável, notadamente a Lei nº 8142 /90. Trata-se de um órgão colegiado de caráter deliberativo e permanente, responsável pelo exercício do controle social das políticas públicas de saúde. Entre suas atribuições estão fiscalizar, deliberar, normatizar e atuar como instância consultiva, contribuindo para a transparência e a legitimidade das decisões no âmbito da saúde pública.

De acordo com a Lei Municipal nº 1.985, de 2009, o conselho é composto por 50% de representantes dos usuários, 25% de representantes dos trabalhadores da saúde e os outros 25% distribuídos entre representantes do Poder Público e dos prestadores de

serviços. Essa composição busca garantir a participação democrática e plural de diferentes segmentos da sociedade, assegurando que o direito à saúde seja defendido de forma eficaz e equitativa.

As reuniões ocorrem mensalmente e o mandato dos conselheiros tem duração de dois anos, sendo permitida uma recondução por igual período, conforme estabelecido na legislação vigente.

INDICADORES DE NUTRIÇÃO ADEQUADA



A Alimentação Escolar na primeiríssima infância tem como objetivo principal fornecer uma alimentação nutritiva e balanceada, com aporte energético e nutricional adequados, contribuindo para o desenvolvimento neuropsicomotor e o crescimento saudável. Além disso, o ambiente escolar é um importante local de estímulo para a formação de hábitos alimentares saudáveis, incentivando práticas que melhoram a saúde a longo prazo.

Os cardápios são elaborados de acordo com as legislações vigentes, seguindo a normatização e notas técnicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos, do Ministério da Saúde. Eles são planejados tendo como base as necessidades nutricionais dos alunos, considerando a faixa etária e o tempo de permanência na escola, seja em período parcial ou integral. No caso das crianças em fase de introdução alimentar, é respeitada a consistência adequada dos alimentos, de acordo com cada etapa do desenvolvimento, garantindo segurança e melhor aceitação alimentar. O uso do sal é realizado com moderação, conforme as recomendações para cada faixa etária.

Nos cardápios destinados às creches, além do equilíbrio entre os macronutrientes, há atenção especial para a inclusão de alimentos fonte de ferro, cálcio, vitaminas A e C, que são essenciais para o crescimento saudável e a prevenção de deficiências comuns na primeira infância. Para atingir as recomendações desses micronutrientes de forma adequada, é preconizada a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, restringindo o uso de alimentos ultraprocessados. Além disso, é vedada a adição de açúcar, mel e adoçantes em preparações culinárias e bebidas para crianças de até três anos, conforme as diretrizes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Contemplando uma alimentação diversificada, saborosa, com boa aparência e de boa qualidade nutricional e higiênico-sanitária, os cardápios também consideram os hábitos alimentares e culturais locais, além de priorizarem o uso de

produtos da agricultura familiar. São ainda observadas as particularidades de cada aluno quanto às necessidades alimentares específicas, como nas alergias e intolerâncias alimentares, a fim de oferecer uma alimentação saudável e segura para todos.

CARDÁPIOS ESCOLARES

A equipe nutricional de Holambra, sobretudo a responsável pela elaboração dos cardápios escolares das creches e pré-escolas, assegurando que a alimentação oferecida atenda às necessidades nutricionais das crianças e esteja em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, do FNDE, que estabelece as diretrizes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse trabalho exige sensibilidade para considerar as particularidades culturais e alimentares do município, valorizando alimentos regionais e sazonais, produzidos preferencialmente pela agricultura familiar local.

A elaboração dos cardápios leva em conta as especificidades de cada faixa etária - bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas - respeitando o estágio de desenvolvimento, a capacidade mastigatória e as necessidades calóricas e nutricionais de cada grupo. Para garantir a qualidade e o prazer da alimentação, são realizados testes de aceitabilidade, que avaliam a adesão e a satisfação das crianças com os preparos

oferecidos, possibilitando ajustes que mantenham o equilíbrio entre valor nutricional e palatabilidade.

Além disso, a equipe promove projetos de educação alimentar e nutricional, que envolvem professores, famílias e alunos em atividades lúdicas e pedagógicas voltadas à construção de hábitos saudáveis desde a primeira infância. O acompanhamento do crescimento, por meio da medição e pesagem periódica das crianças, permite monitorar o estado nutricional e identificar precocemente situações de risco, fortalecendo a integração entre saúde e educação.

A seguir, são apresentados modelos de cardápios praticados nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE HOLAMBRA
Rua Solidagos, nº 48 - Jardim Morada das Flores
Holambra/São Paulo - CEP 13825-000
Telefone: (19) 3802-8013/8015 - email: diretoria.educacao@holambra.sp.gov.br

TIPO DE CARDÁPIO: D	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CARDÁPIO SEMANAL - PERÍODO INTEGRAL				TIPO DE ENSINO: BERÇÁRIO FAIXA ETÁRIA: 5 A 6 MESES PERÍODO: SET/2025
ABELHA RAINHA; ABELHINHA; COLMEIA; FAVO DE MEL, T. KORS					
REFEIÇÃO	SEGUNDA 01/09	TERÇA 02/09	QUARTA 03/09	QUINTA 04/09	SEXTA 05/09
DESJEJUM 7H	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL
COLAÇÃO 8:30H					
ALMOÇO 10H	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL
COLAÇÃO 13H -	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL
JANTAR 15H	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL

COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (Média semanal)	Energia (kcal)	CHO (g) 55 a 65% do VET	PTN (g) 10 a 15% do VET	LPD (g) 25 a 35% do VET	Vit. A (ug)	Vit. C (mg)	Ca (mg)	Fe (mg)

CONSIDERAÇÕES: CARDÁPIO SUJEITO A ALTERAÇÕES

NUTRICIONISTA: NAIARA R. HENDRIKX
CRN 2318

Modelo de cardápio para crianças que frequentam jornada integral

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE HOLAMBRA
Rua Solidagos, nº 48 - Jardim Morada das Flores
Holambra/São Paulo - CEP 13825-000
Telefone: (19) 3802-8013/8015 - email: diretoria.educacao@holambra.sp.gov.br

TIPO DE CARDÁPIO: D	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CARDÁPIO SEMANAL - PERÍODO PARCIAL				TIPO DE ENSINO: PRÉ ESCOLA FAIXA ETÁRIA: 4 A 5 ANOS PERÍODO: SET/2025
IRMÃ ANNETTE					
REFEIÇÃO	SEGUNDA 01/09	TERÇA 02/09	QUARTA 03/09	QUINTA 04/09	SEXTA 05/09
CAFÉ DA MANHÃ 7H	PÃO OU BOLACHA E LEITE COM CACAU	PÃO OU BOLACHA E LEITE COM CACAU	PÃO OU BOLACHA E LEITE COM CACAU	PÃO OU BOLACHA E LEITE COM CACAU	PÃO OU BOLACHA E LEITE COM CACAU
ALMOÇO 10:30H	OMELETE DE FORNO OU FRIGIDEIRA COM ALHO PORÓ E ESPINAFRE PICADINHO; SALADA DE REPOLHO COM TOMATE; ARROZ/FEIJÃO **LARANJA**	CARNE DE PANELA ACEBOLADA; PURÊ DE ABÓBORA CABOTIA; SALADA DE TOMATE E PEPINO; ARROZ/FEIJÃO; **MELÃO**	FILÉ DE SOBRECOXA ASSADA COM BATATA; SALADA DE ALFACE LISA COM CENOURA RALADA; ARROZ/FEIJÃO; **ABACAXI**	HAMBURGUINHO GRELHADO; SALADA DE ALFACE LISA COM TOMATE; ARROZ/FEIJÃO; **MANGA**	LOMBO SUÍNO EM CUBINHOS DOURADOS NA PANELA; FAROFINHA DE CEBOLA; SALADA DE COUVE PICADINHA; VINAGRETE; ARROZ/FEIJÃO PRETO; **LARANJA**
LANCHE DA TARDE 13H	MAÇÃ	MAÇÃ	BANANA	MAÇÃ	BANANA
JANTAR 15H	CARNE MOÍDA COM BATATA EM CUBINHOS; SALADA DE BETERRABA TEMPERADA COM LIMÃO; ARROZ/FEIJÃO; **MELANCIA**	CANJA DE FRANGO COM ARROZ INTEGRAL LEGUMES (ALHO PORÓ, MANDIOQUINHA, CENOURA, TOMATE E ABOBRINHA); **ABACAXI**	SOPA DE ERVILHA COM MÚSCULO EM CUBINHOS, INHAME, CENOURA, TOMATE E CHEIRO-VERDE; **MELÃO**	FILÉ DE SASSAMI GRELHADO; CREME DE MILHO; SALADA DE ALFACE ROXA; ARROZ COM CENOURA/FEIJÃO; **LARANJA**	MACARRÃO AO MOLHO BOLONHESA (CARNE MOÍDA); SALADA DE FOLHAS MISTAS; **SALADA DE FRUTAS**
CONSIDERAÇÕES: CARDÁPIO SUJEITO A ALTERAÇÕES				**NUTRICIONISTA: NAIARA R. HENDRIKX** **CRN 2318**	

Modelo de cardápio para crianças que frequentam jornada integral

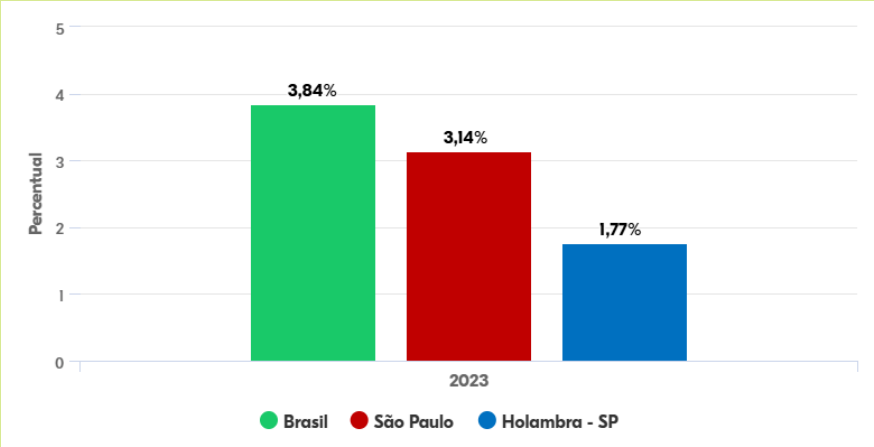
O que a municipalidade considera fundamental no processo

O Departamento Municipal de Saúde desenvolve um conjunto articulado de ações voltadas à promoção do crescimento saudável das crianças e à prevenção do baixo peso nos primeiros anos de vida. O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil é realizado por meio de consultas periódicas nas Unidades Básicas de Saúde, onde são avaliados peso, altura e demais indicadores nutricionais, com registros na Caderneta da Criança e no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Entre as estratégias mais importantes está o incentivo ao aleitamento materno, com a criação de salas de apoio, grupos de gestantes e campanhas educativas, além da atuação de profissionais capacitados para orientar e acolher mães e bebês. Paralelamente, são promovidas ações de educação alimentar e nutricional, que incluem orientações sobre a introdução alimentar adequada, oficinas culinárias e, quando necessário, a suplementação com ferro e vitamina A.

PESO BAIXO DE CRIANÇAS

GRÁFICO 13: Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para Idade - 0 a 5 anos (2023)



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em* https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/
Acesso: 16/6/25

Essas medidas se articulam a programas sociais, como o Bolsa Família/Auxílio Brasil, garantindo o monitoramento de condicionalidades de saúde e o encaminhamento de famílias em vulnerabilidade para a assistência social. A prevenção de doenças e a atualização do calendário vacinal também são prioridades, pois infecções e carências nutricionais comprometem o ganho de peso e o desenvolvimento infantil.

As visitas domiciliares realizadas por agentes comunitários de saúde e equipes multiprofissionais permitem um acompanhamento mais próximo das condições de vida das famílias, orientando cuidados e identificando situações de risco. Além disso, a Secretaria de Saúde atua de forma intersetorial, em parceria com as áreas de educação,

assistência social e saneamento, integrando programas como a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil e o Programa Saúde na Escola.

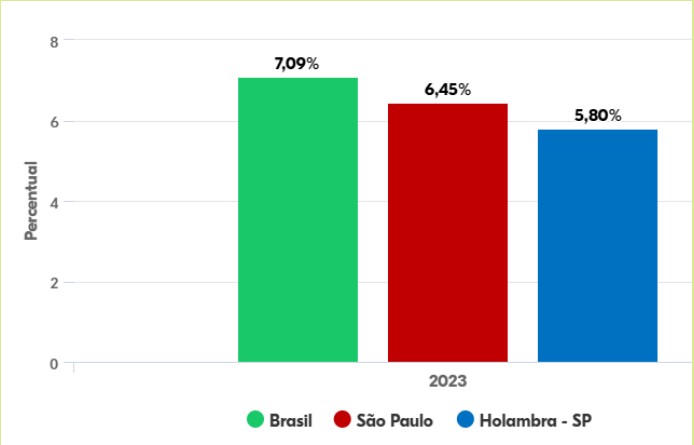
Por fim, o monitoramento constante dos indicadores nutricionais e a formação permanente das equipes permitem avaliar resultados e aperfeiçoar as políticas públicas, assegurando que cada criança tenha o direito de crescer com saúde, dignidade e pleno desenvolvimento.

PESO ELEVADO DE CRIANÇAS

O Departamento Municipal de Saúde de Holambra desenvolve ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento do sobrepeso e da obesidade infantil, articulando práticas de vigilância nutricional, educação alimentar e promoção da atividade física. O acompanhamento do peso, altura e índice de massa corporal das crianças é realizado nas Unidades Básicas de Saúde e nas instituições de ensino, permitindo identificar precocemente situações de risco e encaminhar os casos necessários para acompanhamento multiprofissional, com nutricionistas, pediatras e psicólogos.

A seguir, apresenta-se um gráfico extraído da plataforma Primeira Infância Primeiro, organizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, disponível em https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/.

GRÁFICO 14: Percentual de Peso Elevado para Idade – 0 a 5 anos (2023)



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/*
Acesso: 16/6/25

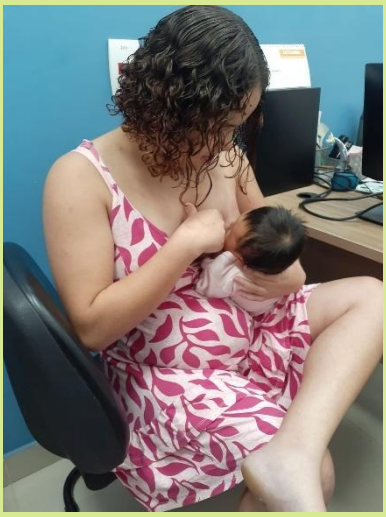
Observa-se que Holambra (5,8%) apresenta um percentual inferior ao do estado (6,45%) e ao média nacional (7,09%), indicando uma situação mais favorável no município em relação ao excesso de peso na primeira infância.

Vale destacar ainda em relação à temática, que o município inclui em suas iniciativas campanhas educativas para famílias e escolas sobre alimentação equilibrada e redução do consumo de alimentos ultraprocessados, além da realização de oficinas culinárias e implantação de hortas escolares e comunitárias, que aproximam as crianças

da produção e do consumo de alimentos saudáveis. A promoção da atividade física é outro eixo fundamental, com estímulo a brincadeiras ao ar livre, práticas esportivas e redução do tempo de exposição a telas, em parceria com as secretarias de Educação, Esportes e Assistência Social.

As escolas e espaços públicos são incentivados a se tornarem ambientes promotores de saúde, com cardápios mais nutritivos e restrição de alimentos industrializados. A secretaria também investe na capacitação dos profissionais da atenção básica para o diagnóstico e manejo do sobrepeso infantil, além de desenvolver campanhas de comunicação e materiais educativos dirigidos às famílias.

ALEITAMENTO MATERNO



O aleitamento materno é uma prática fundamental para o desenvolvimento integral da criança, pois oferece todos os nutrientes necessários nos primeiros meses de vida, fortalece o sistema imunológico, previne doenças e favorece o vínculo afetivo entre mãe e bebê. Além de promover o crescimento saudável, o leite materno contribui para o desenvolvimento cognitivo e emocional, sendo reconhecido como o primeiro e mais completo alimento da infância.

A promoção do aleitamento materno é uma responsabilidade compartilhada entre diferentes setores da sociedade. A área da saúde tem papel central ao orientar gestantes, apoiar mães no pós-parto e criar espaços adequados para a amamentação nas unidades de atendimento. A educação contribui ao incluir o tema em ações formativas e campanhas escolares, sensibilizando crianças e famílias sobre sua importância. Já a assistência social e as políticas públicas devem garantir condições de trabalho e proteção às mães, como licenças e horários flexíveis para amamentar.

Quando diferentes setores atuam integrando informação, acolhimento e apoio, fortalecem uma cultura de valorização do aleitamento materno e asseguram a todas as crianças o direito a um início de vida mais saudável, humano e pleno

Conselho Municipal da Alimentação Escolar

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) A lei nº 359 de 2 de setembro de 2000 institui o conselho de alimentação escolar revoga a lei n.191 de 29 de agosto de 1995 e outras providências. Sua natureza é deliberativa, fiscalizadora e de assessoramento do governo municipal na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e acompanhamento de práticas alimentares diretamente nas unidades escolares.

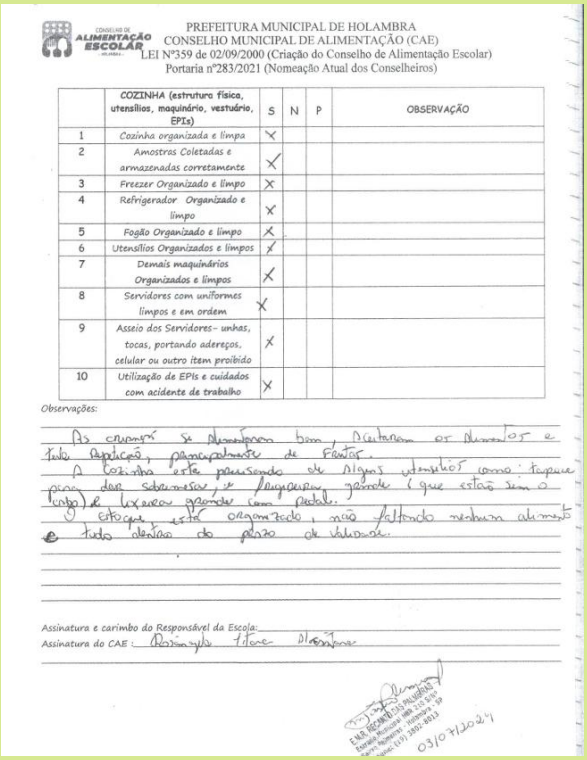
O colegiado é constituído por sete membros com a seguinte composição: um representante do poder executivo, indicado pelo chefe desse poder; um representante do legislativo, indicado pela mesa diretora desse poder; dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe; dois representantes de dois alunos, indicados pelos conselhos de classes escolares, assessorias de pais e mestres ou entidades similares; um representante de outro segmento da sociedade local.

O artigo 34, § 11 e 12, da Resolução n. 26/2013 FNDE, dispõe que a presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados pelas entidades de trabalhadores da educação e de discentes, pelos pais de alunos matriculados na rede de ensino ou por entidades civis organizadas, devendo ser eleitos dentre os membros titulares, por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez consecutiva.

Embora não haja normatização sobre o número de reuniões que o CAE deve realizar, a exceção daquela prevista no 35, VI, da Resolução n. 26/2013 FNDE, específica para apreciação da prestação de contas, os membros se reúnem periodicamente a fim de traçar seu plano de ação de trocar ideias e informações a fim de bem cumprir com as suas atribuições.

Ademais, para adequada fiscalização do Programa, mostra-se imprescindível a visitação às escolas.

Abaixo, segue um modelo de questionamento de visitas mensais nas creches e escolas no município



PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO (CAE)
LEI Nº359 de 02/09/2000 (Criação do Conselho de Alimentação Escolar)
Portaria nº283/2021 (Nomeação Atual dos Conselheiros)

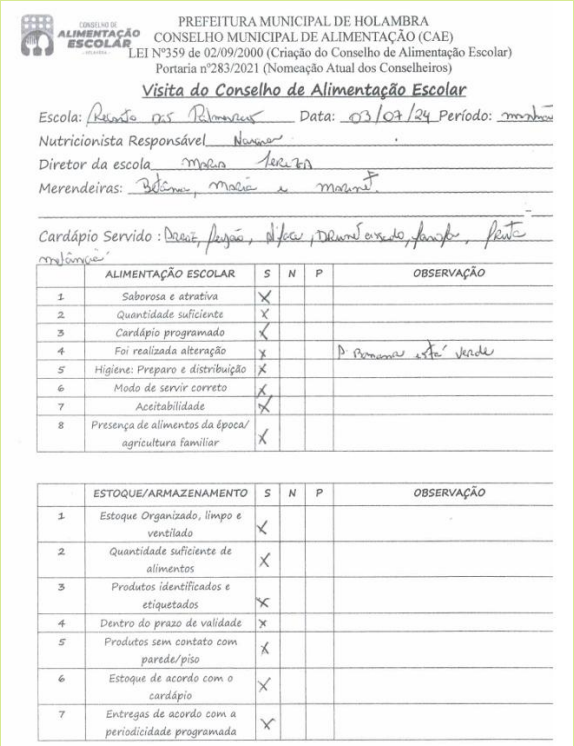
	COZINHA (estrutura física, utensílios, maquinário, vestuário, EPIs)	S	N	P	OBSERVAÇÃO
1	Cozinha organizada e limpa	X			
2	Amostras Coletadas e armazenadas corretamente	X			
3	Freezer Organizado e limpo	X			
4	Refrigerador Organizado e limpo	X			
5	Fogão Organizado e limpo	X			
6	Utensílios Organizados e limpos	X			
7	Demais maquinários Organizados e limpos	X			
8	Servidores com uniformes limpos e em ordem	X			
9	Asseio dos Servidores- unhas, tocas, portando adereços, celular ou outro item proibido	X			
10	Utilização de EPIs e cuidados com acidente de trabalho	X			

Observações:

As crianças se alimentaram bem, aceitaram os alimentos e tudo repetição, principalmente de frutas.
A cozinha esta precisando de alguns utensílios como tapuca para dar sobremesa, e frigideira grande (que estão sem o cabo) e lixeira grande com pedal.
O estoque está organizado, não faltando nenhum alimento e tudo dentro do prazo de validade.

Assinatura e carimbo do Responsável da Escola:
Assinatura do CAE: Rosângela Titane Alcântara

03/07/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO (CAE)
LEI Nº359 de 02/09/2000 (Criação do Conselho de Alimentação Escolar)
Portaria nº283/2021 (Nomeação Atual dos Conselheiros)

Visita do Conselho de Alimentação Escolar

Escola: Recanto dos Palmeiras Data: 03/07/24 Período: manhã
Nutricionista Responsável Nacional
Diretor da escola Maria Teresa
Merendeiras: Betânia, Maria e Marinet.

Cardápio Servido: Arroz, feijão, alface, Drumet assado, fangla, fruta melância

	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	S	N	P	OBSERVAÇÃO
1	Saborosa e atrativa	X			
2	Quantidade suficiente	X			
3	Cardápio programado	X			
4	Foi realizada alteração	X			A Banana está verde
5	Higiene: Preparo e distribuição	X			
6	Modo de servir correto	X			
7	Aceitabilidade	X			
8	Presença de alimentos da época/ agricultura familiar	X			

	ESTOQUE/ARMAZENAMENTO	S	N	P	OBSERVAÇÃO
1	Estoque Organizado, limpo e ventilado	X			
2	Quantidade suficiente de alimentos	X			
3	Produtos identificados e etiquetados	X			
4	Dentro do prazo de validade	X			
5	Produtos sem contato com parede/piso	X			
6	Estoque de acordo com o cardápio	X			
7	Entregas de acordo com a periodicidade programada	X			

Logo em seguida, seguem alguns registros de nossas crianças em visitas dos conselheiros. A alimentação na infância vai muito além de saciar a fome, uma vez que consiste em base fundamental para o crescimento saudável, o desenvolvimento cognitivo, a formação de hábitos e a prevenção de doenças ao longo da vida.

Nos primeiros anos, é essencial oferecer uma alimentação equilibrada, variada e rica em nutrientes. Frutas, legumes, verduras, grãos e proteínas fazem parte do nosso cardápio diário, respeitando sempre a faixa etária e as necessidades de cada criança.

Algo que destacou nas visitas também é o ANIVERSARIANTE DO MÊS, um momento em que todas as turmas se reúnem no refeitório das unidades escolares e todas as crianças que fazem aniversário naquele mês usam uma coroa simbólica e o espaço é decorado com painel e bexigas. O cardápio neste dia é adaptado para o lanche da tarde com bolo preparado com ingredientes naturais e sem açúcar.

Indicadores de Segurança e Proteção

De acordo com o Modelo de Atenção e Cuidado Integral, é essencial que todas as interdependentes e inseparáveis: acesso a serviços de saúde de qualidade, nutrição adequada, ambientes seguros e protetores, cuidados responsivos e oportunidades significativas de aprendizagem. Esses elementos compõem o conceito de cuidado integral, que se refere ao conjunto de condições promovidas por políticas públicas, programas e serviços voltados a fortalecer as famílias e comunidades na tarefa de garantir o bem-estar físico e nutricional das crianças, ao mesmo tempo em que as protegem de situações de violência, negligência ou outras ameaças ao seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o cuidado ultrapassa a simples satisfação das necessidades básicas, compreendendo também a oferta de contextos acolhedores e ricos em estímulos, onde as interações afetivas e responsivas contribuem para a construção de vínculos seguros e favorecem o processo de aprendizagem desde os primeiros anos de vida. Trata-se de uma abordagem integrada e humanizada, que reconhece a criança em sua totalidade, ou seja, como sujeito de direitos, e valoriza seu desenvolvimento de forma plena, envolvendo aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais de maneira articulada e harmônica.

Os cinco componentes do modelo do cuidado integral podem ser definidos e exemplificados da seguinte forma:

Domínios da atenção integral necessária para que as crianças alcancem o seu potencial de desenvolvimento

É amplamente reconhecido que o cotidiano vivenciado pelas crianças pequenas exerce papel fundamental em seu crescimento e desenvolvimento, contribuindo para que se tornem fisicamente saudáveis, emocionalmente seguras e reconhecidas como sujeitos sociais de direitos. No processo de desenvolvimento infantil, são indispensáveis as interações positivas e os cuidados adequados, prestados por indivíduos comprometidos com sua saúde física, emocional e bem-estar integral.

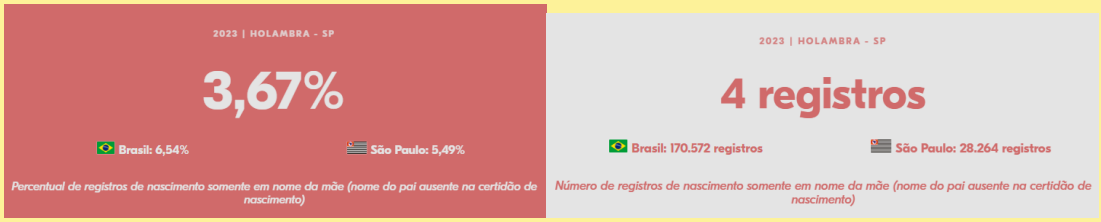
As experiências vividas nos primeiros anos de vida são decisivas para a formação do ser humano, sendo profundamente influenciadas pela qualidade das relações socioafetivas, especialmente aquelas estabelecidas com os cuidadores. Os principais responsáveis por esse cuidado, em geral, são os familiares e, em determinados contextos, também vizinhos ou amigos próximos da família. Esses indivíduos podem

exercer papel significativo na trajetória da criança, especialmente quando há envolvimento contínuo em sua educação e cuidado diário.

Neste texto, o termo “vínculos familiares” refere-se às relações afetivas construídas entre a criança e seus cuidadores no seio do ambiente familiar, as quais constituem a base segura e necessária para seu desenvolvimento integral. Já a expressão “parentalidade” é empregada para designar o conjunto de práticas desempenhadas pelos pais e responsáveis com o objetivo de proporcionar um ambiente afetivo, acolhedor e estimulante, favorecendo, assim, a construção progressiva da autonomia infantil.

A questão relacionada à parentalidade aqui abordada, trata-se do número de crianças que não possuem o nome do pai no registro de nascimento.

QUADRO 9: Registros de nascimento somente em nome de mãe (2022)



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em* https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/
Acesso: 16/6/25

Ações realizadas para que todas as crianças tenham em seu registro identidade paterna

- Orientação às famílias pelo CRAS durante os atendimentos do PAIF e em benefícios socioassistenciais, sobre a importância do registro civil e da filiação paterna;
- Encaminhamentos ao Cartório de Registro Civil para a regularização da documentação das crianças que não possuem o nome do pai em sua certidão de nascimento;
- Parceria com o Conselho Tutelar e Ministério Público, nos casos em que há necessidade de ingresso em procedimentos de reconhecimento de paternidade;
- Encaminhamentos ao Programa de Reconhecimento de Paternidade (realizado em âmbito estadual, em parceria com os Cartórios e o Poder Judiciário), quando cabível.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Departamento Municipal de Desenvolvimento Social tem como principal objetivo garantir a proteção social aos indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Por meio da articulação de programas, projetos e serviços socioassistenciais, a Secretaria busca:

- *Assegurar o acesso a direitos básicos, como alimentação, moradia, renda e convivência social;*
- *Oferecer apoio e acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);*
- *Desenvolver ações de prevenção e enfrentamento às situações de violência, negligência e violações de direitos, especialmente com crianças, adolescentes, mulheres e idosos;*
- *Promover a autonomia e a inclusão produtiva, por meio de cursos, oficinas e parcerias com instituições como o SENAR e o Fundo Social de Solidariedade;*
- *Fortalecer a proteção especial a indivíduos que tiveram seus direitos violados, por meio do Serviço de Acolhimento Institucional;*
- *Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária, respeitando a diversidade e promovendo a cidadania ativa.*

Esses objetivos são realizados em articulação com outras secretarias, conselhos municipais, instituições e a sociedade civil, visando um atendimento humanizado e integrado às demandas da população.

Benefícios Eventuais
Fornecimento de cestas básicas, que atende em média 80 famílias mensalmente, garantindo o direito à alimentação aos munícipes; auxílio aluguel para em média cerca de 16 famílias mensalmente, em situação de vulnerabilidade social, garantindo o direito à moradia e evitando o agravamento de situações de risco; auxílio funeral para famílias enlutadas que não possuem condições de arcar com as despesas do sepultamento de seus entes. (02 no ano de 2025). Benefícios esses que garantem condições mínimas de proteção às famílias, em especial, com crianças pequenas.

Campanhas de Mobilização Social
Participação em campanhas educativas, como combate à violência contra crianças

Atendimento e Encaminhamentos pelo CRAS
Acolhida e orientações às famílias, com foco no fortalecimento da função protetiva e na prevenção de situações de negligência, maus-tratos e violação de direitos.

Cursos profissionalizantes
Consiste em capacitação profissional às famílias atendidas em situação de vulnerabilidade, em busca de fortalecer sua autonomia e função protetiva.

Formatura dos cursos do programa Caminho da Capacitação

Curso de Auxiliar de Cozinha e Gastronomia com Reaproveitamento de Alimento

Curso de preparo de sobremesa

Sala de aula móvel

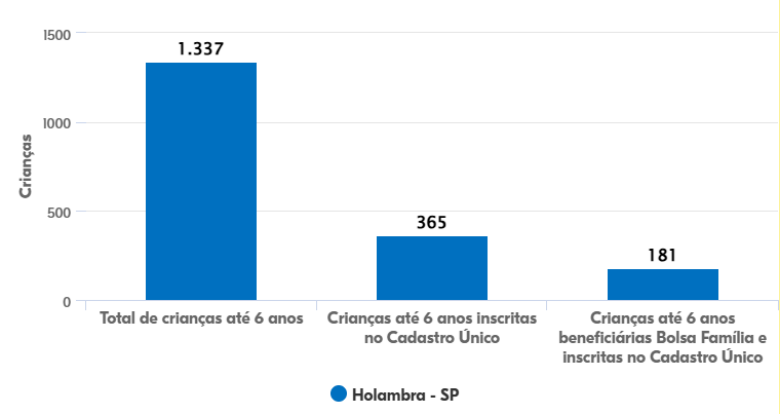
Promoção de Atividades Culturais e de Lazer
Incentivo à participação de crianças e famílias em eventos comunitários e atividades lúdicas, promovendo a integração social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Crianças com suas famílias participando Evento municipal em comemoração ao dia das crianças

População na Festa do trabalhador de Holambra

Famílias participando da Páscoa de Holambra

GRÁFICO 15: Total das crianças entre 0 e 6 anos na localidade, inscritas no Cadastros Único e beneficiárias do Bolsa Família (2024)



Fonte: *Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023). Disponível em* https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/
Acesso: 16/6/25

Cadastro CadÚnico

É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional. Ele permite que o governo conheça melhor a realidade dessa população ao registrar informações como:

Endereço, características do domicílio, composição familiar, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, deficiência, entre outras.

O Cadastro Único constitui-se em importante ferramenta de apoio à formulação e à implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, na medida em que reúne um conjunto de dados que permite aos gestores o conhecimento dos riscos e das vulnerabilidades as quais a população de baixa renda está inserida.

Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é uma política de transferência direta de renda destinada a famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza, com o objetivo de garantir o direito à alimentação, promover a segurança de renda e favorecer o acesso a serviços básicos de saúde, educação e assistência social.

O acesso ao benefício está condicionado ao cumprimento de condicionalidades, que visam fortalecer o desenvolvimento das crianças e adolescentes:

Educação: matrícula e frequência escolar mínima de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos;

Saúde: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, calendário nacional de vacinação em dia e acompanhamento pré-natal para gestantes.

No município de Holambra, a gestão do programa é realizada pelo Departamento de Desenvolvimento Social, por meio do Cadastro Único no CRAS.

O município é responsável pelo atendimento às famílias, atualização cadastral, orientação sobre direitos e deveres, acompanhamento do cumprimento das condicionalidades e articulação com as áreas da saúde e educação para assegurar a efetividade do programa

TABELA 6: Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) – 2024

IDADE	2023	2024	2025
0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos	162	189	166

.

ESCUTA ESPECIALIZADA

Fluxo de atendimento – Escuta especializada Lei 13.431/2017

REDE PROTETIVA

A Rede Protetiva do município de Holambra compreende o conjunto de normativas e ações que estruturam a Rede de Proteção Social local, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em nível nacional. Seu funcionamento é orientado por um marco legal que assegura a padronização, a articulação intersetorial e a efetividade das políticas públicas voltadas à proteção e ao bem-estar social.

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) constitui a principal regulamentação nacional, definindo as competências dos municípios e orientando a organização dos serviços de assistência social em todo o país. No campo da proteção à infância e à adolescência, a Lei nº 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece as diretrizes para a aplicação de medidas protetivas e o funcionamento dos serviços destinados à garantia de direitos. Complementarmente, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), define os padrões, os recursos humanos, materiais e estruturais necessários à execução dos serviços de proteção social, como o acolhimento institucional e a abordagem social.

Em Holambra, a Rede Protetiva é composta por setores que atuam de forma integrada Departamento de Promoção Social, Saúde, Educação e Conselho Tutelar, formando um sistema articulado de prevenção, atendimento e acompanhamento de situações de vulnerabilidade e violação de direitos, garantindo a proteção integral e a promoção da dignidade humana.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Assegurar o acesso de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social a serviços de orientação, acompanhamento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos programas e serviços nele ofertados.

Programa Bolsa Família: 248 beneficiários (ref:. outubro)

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MEDIA COMPLEXIDADE

A Proteção Social Especial de Média Complexidade no município, tem como objetivo oferecer atendimento e encaminhamento qualificado a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, atuando de forma articulada com o Conselho Tutelar, o Sistema de Justiça e demais órgãos da rede socioassistencial e intersetorial, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

No contexto local, não se observa grande recorrência de casos, porém as situações acompanhadas envolvem, predominantemente pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situação de desproteção social, caracterizadas pela ausência de proteção adequada e vínculos familiares fragilizados. Tais situações demandam intervenções especializadas, voltadas à superação das vulnerabilidades e à promoção da proteção integral.

O acompanhamento é realizado por uma equipe técnica multiprofissional, composta por assistente social e psicóloga, que realiza escuta qualificada, análise da situação apresentada e pactuação conjunta de estratégias com a família e a rede

socioassistencial, visando à reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, bem como à prevenção de agravamentos das situações de risco social e pessoal.

As ações desenvolvidas pela equipe priorizam o acolhimento, orientação, o fortalecimento da autonomia dos usuários e a articulação com os serviços da rede de proteção social, assegurando respostas integradas e efetivas frente às demandas apresentadas.

ARTICULAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Estimular a participação e o controle social por meio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), fortalecer parcerias com organizações da sociedade civil e promover a integração intersetorial para ampliar o alcance e a efetividade das políticas públicas de assistência social.

O município busca estimular a participação e o controle social por meio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), espaço de deliberação e acompanhamento das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CMAS atua de forma paritária, com representantes do poder público e da sociedade civil, contribuindo para o monitoramento da execução dos serviços e para o fortalecimento da gestão participativa.

No campo da articulação e integração intersetorial, o município tem investido no fortalecimento das parcerias com organizações da sociedade civil e demais políticas públicas, com o objetivo de ampliar o alcance e a efetividade das ações de proteção social.

Entre as principais parcerias, destacam-se:

CRAS
Centro de Referência de Assistência Social é a principal porta de entrada da política de assistência social no território, responsável por realizar o acolhimento, acompanhamento e encaminhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, em articulação com as demais políticas públicas e serviços disponíveis. O CRAS também promove o fortalecimento da participação social, incentivando a presença de usuários e famílias nas instâncias de controle social e nos espaços de convivência e escuta coletiva.

Promoção Social
Serviço de Média Complexidade: cooperação técnica para atendimento de situações de média complexidade, envolvendo violações de direitos e necessidade de acompanhamento especializado de indivíduos e famílias.

Conselho Tutelar
Atuação em casos de violação de direitos de crianças e adolescentes, com encaminhamentos e definição de medidas protetivas.

Secretaria Municipal de Saúde
Integração com equipes da Atenção Primária (PSF), CAPS, NACATEA para acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade referenciadas, atenção à saúde mental e fortalecimento de cuidados dos usuários que demandam esses serviços.

Secretaria Municipal de Educação
Articulação voltada a identificação de casos de violação de direitos, com compartilhamentos de informações e ações de acompanhamento conjunto.

Naott
É uma instituição que oferece assistência multidisciplinar para pessoas com deficiência a partir de 14 anos no município. O núcleo, oficialmente chamado Núcleo de Atenção e Orientação Terapêutica ao Trabalho tem como objetivo transformar a vida de seus usuários com atividades pedagógicas, terapêuticas e culturais, incluindo acompanhamento psicológico e odontológico. Dentre as atividades, inclui a produção de uma horta com verduras, temperos e legumes, que são consumidos no próprio núcleo. A instituição conta com apoio da comunidade local, incluindo voluntários, empresas, produtores rurais e o poder público.

Sistema de Justiça e Ministério Público
Interlocução permanente para encaminhamentos, cumprimento de medidas protetivas e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e violação de direitos.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)

Este serviço é realizado por meio de acompanhamento socioassistencial de famílias em situação de vulnerabilidade social, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dentre as ações, destacamos as orientações e encaminhamentos realizados para serviços das políticas de saúde, educação, cultura e esporte, e o apoio às famílias com crianças pequenas, promovendo a prevenção de situações de negligência, violência e violações de direitos.

PROGRAMA VIVA LEITE

Distribuição de leite enriquecido com ferro e vitaminas para famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo apoio nutricional a crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses. O principal objetivo deste programa é contribuir para a segurança alimentar e nutricional, prevenindo deficiências nutricionais e fortalecendo a saúde das crianças.

Hoje temos 57 crianças atendidas no Programa Viva leite, 825 litros entregues mensalmente, sendo 15 litros mensais por criança, distribuídos as quintas feiras, entregue pela equipe CRAS.

O Programa Viva Leite distribui 15 litros de leite pasteurizado e enriquecido com ferro, vitaminas A e D por mês para crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses de idade, priorizando famílias com renda familiar per capita de até 1/4 do salário-mínimo. Para participar, a família deve ter o Cadastro Único (CadÚnico)

Entregas de presentes em datas comemorativas as mães dos beneficiários do Programa Vivaleite.

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E ENCAMINHAMENTOS

A gestão municipal em Holambra reconhece a intersetorialidade como um pilar estratégico para a garantia dos direitos, o cuidado integral e a formação plena de suas crianças. Essa política não se restringe a um único Departamento, mas sim promove a articulação contínua entre as diversas áreas do governo e representações da sociedade civil (conselhos municipais), resultando em ações coesas e mais eficazes.

A importância dessa abordagem reside justamente em romper com a fragmentação dos serviços, assegurando que o desenvolvimento infantil seja visto de maneira holística. Isso se traduz, na prática, em encaminhamentos eficientes para os serviços de saúde, garantindo que as necessidades médicas, nutricionais e de desenvolvimento sejam atendidas de forma coordenada.

Simultaneamente, há uma forte articulação com a educação infantil, que visa não apenas o acesso, mas a permanência e a qualidade nas vagas de creche e pré-escola para todas as crianças do município, reforçando o papel da escola como espaço de

cuidado e aprendizado. Além disso, a política intersetorial estabelece fluxos claros e parcerias robustas com o Conselho Tutelar e demais órgãos da rede de proteção. Essa colaboração se torna vital em casos de suspeita ou confirmação de violações de direitos, permitindo que a resposta do poder público seja rápida e integrada, mobilizando a assistência social, a saúde e a justiça para proteger a criança e sua família.

Dessa forma, a intersetorialidade municipal atua como um mecanismo essencial que potencializa recursos e conhecimentos, garantindo que cada criança seja acompanhada em todas as suas dimensões, desde o cuidado básico até a plena garantia de seus direitos.

COMBATE A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS DE HOLAMBRA

O combate efetivo a todas as formas de violência, violação de direitos, *bullying*, racismo e preconceito contra crianças é uma missão que exige o engajamento de toda a sociedade. Trata-se de uma ação complexa que vai além da simples punição, exigindo estratégias abrangentes focadas na prevenção, proteção e promoção de uma cultura de respeito.

Para tanto, o município de Holambra compreende a importância de ações construídas sob uma perspectiva intersetorial e colaborativa, mobilizando múltiplos atores. A família, como primeiro núcleo social, desempenha um papel insubstituível na educação para o respeito e na criação de um ambiente seguro e afetuoso. A escola, por sua vez, deve ser um ambiente proativo, implementando projetos pedagógicos que abordem de forma contínua a diversidade, a empatia e o combate ao *bullying* e ao racismo, capacitando professores para identificar sinais de violência e mediar conflitos.

O Poder Público tem a responsabilidade de estabelecer e fortalecer a rede de proteção, assegurando o funcionamento eficaz de serviços como Conselhos Tutelares, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Unidades de Saúde, que devem estar preparados para fazer encaminhamentos e acolher vítimas de violações de direitos. A Saúde é vital no acompanhamento psicossocial e na identificação de sequelas.

Projeto anti-bullying

A interação coordenada entre família, escola, serviços de saúde, assistência social, segurança pública e o sistema de justiça é a chave para o sucesso. Essa união de esforços não apenas garante a proteção imediata e a garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas também contribui para a formação integral de cidadãos. Somente através de uma rede de apoio sólida e atuante é possível erradicar as diversas manifestações de violência e construir uma sociedade verdadeiramente justa, equitativa e livre de preconceitos para as futuras gerações.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes.

Considerado o maior símbolo dessa nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Também reafirmou a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência.

Com caráter deliberativo e composição paritária, essas instâncias fazem o controle das políticas públicas e estão entre os principais atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). É nesse contexto que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) consideram o fortalecimento e a articulação entre esses órgãos colegiados como estratégias fundamentais para a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O Estatuto é fruto de uma construção coletiva, que envolveu parlamentares, governo, movimentos sociais, pesquisadores, instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, organismos internacionais, instituições e lideranças religiosas, entre outros atores.

Todo o conjunto de leis e normas jurídicas embasaram a construção de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, que contribuíram para diversos avanços, entre eles, ampliação do acesso à educação, reforço no combate ao trabalho infantil,

mais cuidados com a primeira infância e criação de novos instrumentos para atender as vítimas de violência.

Conselho Tutelar no Município

A lei ordinária nº 954 de 06 de junho de 2019 é a base para a eleição de conselheiros que irão atuar no Conselho Tutelar de Holambra.

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, criado pela Lei Federal nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), destinado a zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sua atuação é regida principalmente pelos artigos 131 a 137 do ECA, que estabelecem sua natureza, competências e garantias legais.

No município de Holambra, o Conselho Tutelar encontra amparo também em legislação municipal específica, aprovada pela Câmara e sancionada pelo Poder Executivo, que regulamenta sua composição, processo de escolha dos conselheiros, jornada de trabalho, remuneração, estrutura física e administrativa, bem como regras complementares de funcionamento. Essa lei municipal adequa as diretrizes do ECA às particularidades locais e assegura as condições para o pleno exercício da função.

Dentre as atribuições, destacam-se:

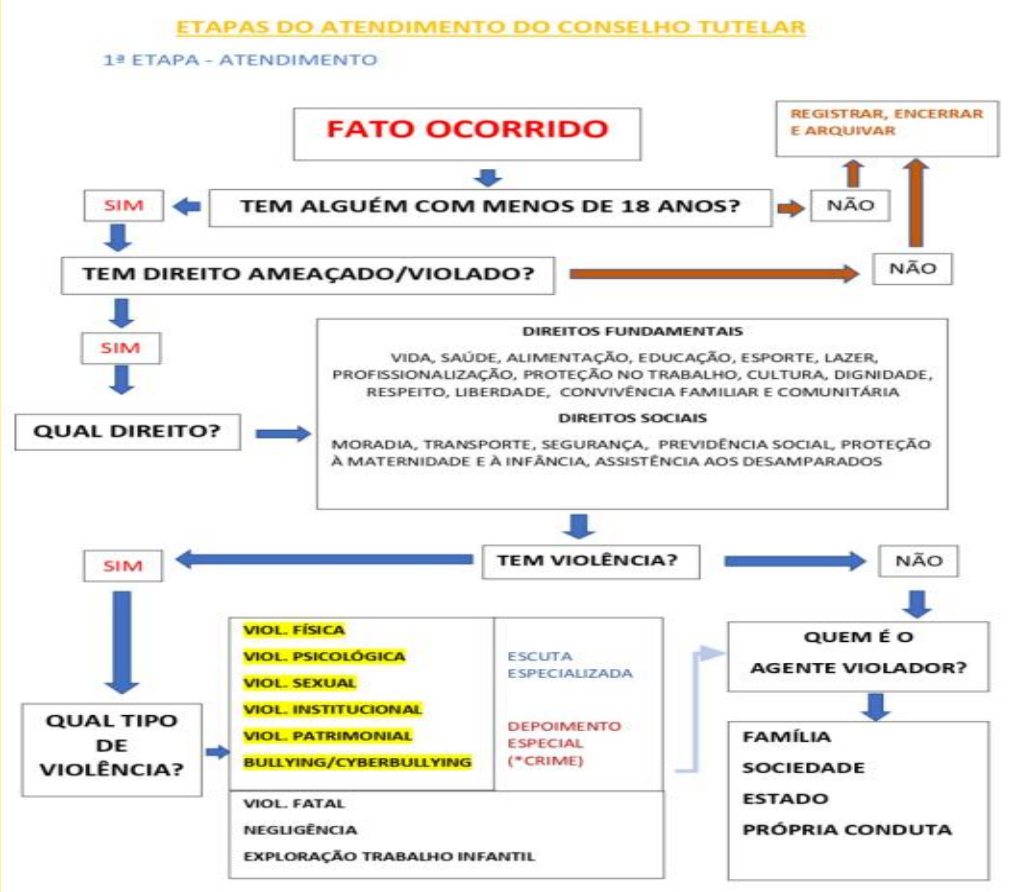
1. Atender crianças e adolescentes quando seus direitos forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade, do Estado, da família, dos responsáveis ou em razão de sua própria conduta;
2. Atender e orientar pais ou responsáveis, aplicando medidas adequadas diante de situações de risco;
3. Aplicar medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA, como encaminhamento a serviços públicos, inclusão em programas de apoio, orientação e acompanhamento familiar, acolhimento institucional em caráter excepcional e outras medidas cabíveis;
4. Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;
5. Encaminhar ao Ministério Público casos de infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;
6. Representar à autoridade judiciária para aplicação de medidas quando houver descumprimento de suas deliberações;
7. Fiscalizar entidades de atendimento e acompanhar programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto;
8. Registrar e organizar os atendimentos, garantindo a rastreabilidade das decisões e a possibilidade de revisão judicial.

De acordo com levantamento de registros do trabalho realizado pelos conselheiros, a tabela a seguir apresenta o número de denúncias, abandono, evasão e infrequência escolar, oferta de vagas, atendimento em redes especializadas, atos infracionais, convivência familiar e bullying, considerando os anos de 2024 e 2025, sendo este até dia 15 de outubro.

TABELA 7: Ações realizadas pelo Conselho Tutelar (2024 e 2025)

AÇÕES	2024	2025
Denúncias de violência	8	21
Denúncias de abandono	7	2
Denúncias de evasão escolar	35	17
Denúncias de infrequência escolar	159	71
Vagas em creche e ensino fundamental	25	39
Atendimento rede especializada Saúde	79	51
Ato Infracional	23	21
Convivência Familiar	26	118
Bullying	6	9

FLUXOGRAMA - Conselho Tutelar



Participação em projetos ou ações de outros setores

Atendimento às famílias em sede ou na residência a partir de denúncias ou reclamações trazidas pela própria família
Participação de reuniões nas unidades de ensino com a coordenação
Reuniões de rede convocadas por este conselho ou por outros setores em que atuamos em conjunto na saúde, educação e segurança.
O Conselho Tutelar, por meio do CMDCA, recebe orientação de uma equipe de capacitação que está disponível em tempo integral para nos auxiliares em atendimentos mais complexos e também realiza a capacitação presencial e on-line.
Os relatórios de ocorrências e atendimentos são fruto do preenchimento de todas as informações coletadas e, em seguida, identificando o direito violado. Então, as medidas que deverão ser aplicadas são discutidas entre os membros, dando direcionamento aos setores que atendem as necessidades apresentadas e o acompanhamento até que a demanda seja solucionada.
O acompanhamento e direcionamento aos setores da rede que atendem as violações são pautados em estratégias adotadas para saná-las, por meio do relato dos fatos ao Ministério Público que, por sua vez, direciona as ações dos conselheiros tutelares, assegurados pelo judiciário, juntamente com os setores acionados pelo MP.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é um órgão deliberativo, formulador e controlador das ações voltadas à implementação da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente em Holambra. Sua criação foi instituída pela Lei Municipal nº 274/1997 e reestruturada pela Lei nº 953/2019, de 6 de junho de 2019, em consonância com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990).

Vinculado administrativamente ao Departamento de Promoção Social, o CMDCA tem por finalidade assegurar o cumprimento e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, atuando de forma integrada com o poder público e com a sociedade civil organizada.

Entre suas principais atribuições estão:

- Elaborar normas e diretrizes da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente;
- Deliberar e gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), definindo critérios para utilização dos recursos e acompanhando sua aplicação;
- Registrar e fiscalizar entidades e programas que prestam atendimento a crianças e adolescentes no município;
- Acompanhar e avaliar as políticas públicas municipais voltadas à infância e à juventude;
- Estimular a participação social e o controle democrático das ações voltadas à proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho é composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo cinco representantes do poder público municipal e cinco representantes da sociedade civil organizada. Essa composição assegura a paridade de representação, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma participativa e democrática.

Os representantes do governo são indicados pelas Diretorias Municipais de Educação, Saúde, Promoção Social, Administração e Esportes. Já os representantes da sociedade civil são eleitos em fórum próprio, entre organizações previamente credenciadas, com atuação voltada à defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O CMDCA reúne-se ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente sempre que necessário. A Administração Pública é responsável por garantir os meios materiais, técnicos e financeiros necessários ao funcionamento do Conselho, incluindo despesas de transporte, alimentação, hospedagem e capacitação de seus membros.

Por sua natureza, o CMDCA constitui um instrumento fundamental de controle social e de promoção dos direitos humanos, atuando na formulação, deliberação e acompanhamento das políticas públicas que asseguram o desenvolvimento pleno e a proteção integral de crianças e adolescentes no município de Holambra.

Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social de Holambra (CMAS), instituído pela Lei nº 523, de 19 de maio de 2005, é um órgão deliberativo, normativo e consultivo, responsável por propor, acompanhar, fiscalizar e avaliar a política de assistência social no município. Sua atuação se fundamenta nos princípios da integração com as demais políticas públicas setoriais, buscando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o atendimento das contingências que afetam a população e a universalização dos direitos sociais.

O CMAS é presidido pelo Diretor do Departamento de Bem-Estar Social e composto por 12 membros titulares e 12 suplentes, assegurando a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. Do poder público, integram o conselho representantes dos Departamentos de Bem-Estar Social, Saúde, Educação, Finanças, Governo Municipal e Jurídico. Já a sociedade civil é representada por usuários e organizações de usuários, entidades e organizações de assistência social, além de trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob a fiscalização do Ministério Público, garantindo a transparência e a representatividade democrática do órgão.

O conselho elege, entre seus membros, um presidente para mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período, o que assegura continuidade às ações e estabilidade à gestão colegiada. As reuniões do CMAS são mensais, constituindo espaços de debate e decisão coletiva sobre as diretrizes, prioridades e aplicação dos recursos destinados à política de assistência social no município.

Por meio de sua atuação, o CMAS de Holambra fortalece o controle social e a participação cidadã, contribuindo para que as ações da assistência social sejam efetivas, integradas e voltadas à promoção da dignidade humana e da justiça social.

Indicadores de Educação Infantil

A importância da educação é amplamente reconhecida e reafirmada no *Plano Nacional pela Primeira Infância*, que a aponta como o mais poderoso instrumento de formação humana e um fator decisivo para o desenvolvimento social e econômico de um país. É por meio da educação que se viabilizam o avanço das ciências, a inovação tecnológica e a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e promissora. No entanto, sua contribuição vai além do progresso material: a educação é condição essencial para a realização plena do ser humano em sua integralidade.

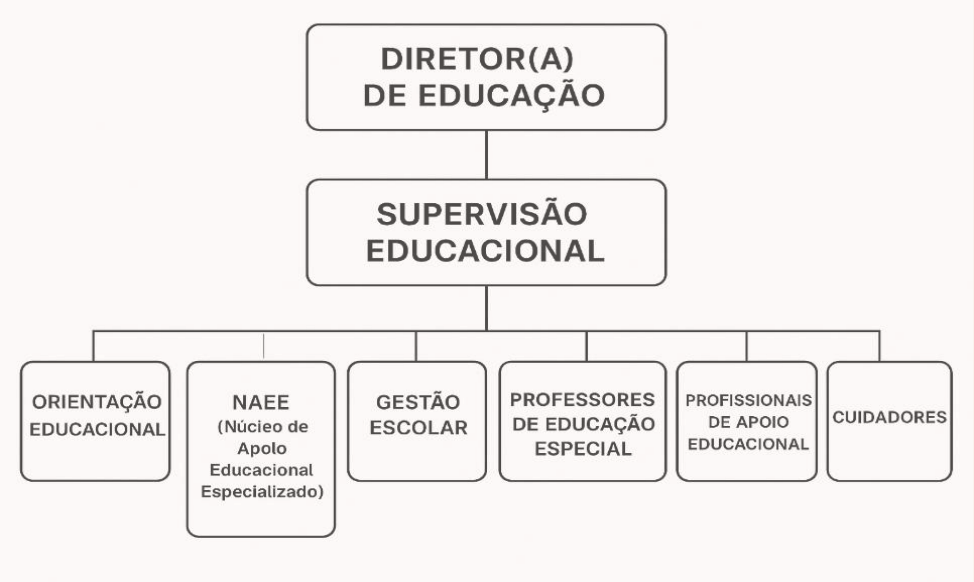
Quando valorizada e implementada com qualidade, a educação se constitui como base sólida para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Contribui diretamente para o fortalecimento do desenvolvimento nacional e se apresenta como um recurso estratégico no enfrentamento das desigualdades sociais, na superação da pobreza e no combate a todas as formas de discriminação.

Na primeira infância, a educação exerce um papel fundamental ao favorecer a inserção da criança na vida social, criando condições para a aprendizagem e para o desenvolvimento integral de suas múltiplas potencialidades. Essa etapa abrange o período que vai do nascimento até os cinco anos completos de idade (5 anos, 11 meses e 30 dias) e é reconhecida como uma das fases mais sensíveis e determinantes na trajetória formativa do sujeito.

Nesse contexto, a Educação Infantil ocupa um lugar central tanto no processo de desenvolvimento humano quanto nos discursos políticos, nas representações sociais, na legislação educacional e no planejamento estratégico das políticas públicas. Sua finalidade está assegurada pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, que em seu Artigo 29 estabelece que a Educação Infantil deve promover “o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família”.

Compete à Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os demais setores da gestão pública local, a responsabilidade de formular e implementar políticas, programas, planos, projetos e diretrizes que assegurem os direitos das crianças à educação, com foco na qualidade, equidade e no respeito à sua condição de sujeito de direitos desde o nascimento.

Organograma Funcional



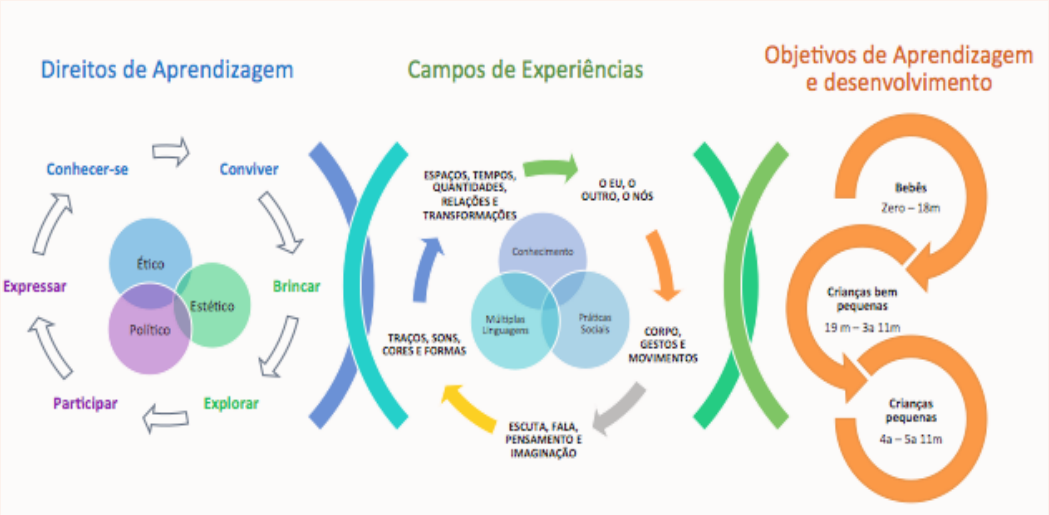
A arquitetura curricular brasileira, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem nortear a educação em todo o país, assegurando às crianças uma formação integral, pautada na equidade e na valorização das infâncias. No estado de São Paulo, o Currículo Paulista amplia e contextualiza essas diretrizes, articulando-as às realidades regionais e às práticas pedagógicas dos municípios.

No caso de Holambra, o município construiu sua identidade pedagógica própria, expressa em um currículo que dialoga com a BNCC e o Currículo Paulista, mas que também reflete as especificidades culturais, sociais e educacionais locais. Essa proposta pedagógica fundamenta-se nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento - conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se -, nos cinco campos de experiências que organizam o trabalho na Educação Infantil e nos três agrupamentos etários (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas), respeitando as particularidades de cada fase do desenvolvimento.

O currículo municipal reconhece o cuidar e o educar como ações indissociáveis, entendendo que ambos se entrelaçam no cotidiano das instituições, garantindo o bem-estar, a segurança e as aprendizagens significativas das crianças. A brincadeira é assumida como a atividade principal da infância, espaço privilegiado para o desenvolvimento da imaginação, da linguagem, das relações sociais e da autonomia.

A proposta pedagógica de Holambra posiciona-se comprometida com uma educação voltada às infâncias, no plural, que acolhe, valoriza e potencializa as múltiplas formas de ser e aprender das crianças em seus primeiros anos de vida.

Para melhor explicitar esta perspectiva, segue o quadro síntese do organizador curricular que organiza o trabalho no município.



Para maior e melhor compreensão do trabalho pedagógico com foco nas vivências e experiências das crianças, apresentam-se os Campos de Experiências presentes no Currículo Municipal.

O EU, O OUTRO E O NÓS

É na interação com outras crianças e adultos que as crianças vão se constituindo como alguém com um modo próprio de agir, sentir e pensar. Conforme vivem suas primeiras experiências de cuidado pessoal e outras práticas sociais recíprocas, na família, na instituição educacional ou na coletividade, constroem percepções e perguntas sobre si, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se com os demais. Nesse processo, as crianças aprendem a distinguir e a expressar sensações, percepções, emoções e pensamentos, o que lhes possibilita, posteriormente, considerem o ponto de vista do outro, se oporem ou concordarem com seus pares, entendendo os sentimentos, os motivos, as ideias e o cotidiano dos parceiros. Ao mesmo tempo em que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, o contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas, amplia o modo de a criança perceber a si e ao outro, levando-a a não assumir preconceitos, garantindo o diálogo, a valorização de sua identidade e o reconhecimento e o respeito às diferenças que nos constituem como seres humanos.

CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

O corpo carrega não só aspectos físicos e biológicos, mas também marcas sociais que refletem nossa identidade e experiências relacionadas a gênero, etnia, classe, religião e sexualidade. Desde bebês, as crianças exploram o mundo com o corpo, por meio dos sentidos, gestos e movimentos, expressando-se, relacionando-se e construindo conhecimento. Na infância, o corpo é meio de comunicação e expressão por diversas linguagens, como a música, a dança, o teatro e as brincadeiras simbólicas. É também através dele que as crianças percebem suas capacidades e limites, desenvolvendo consciência corporal, segurança e autonomia. Na Educação Infantil, o corpo tem papel central nas práticas pedagógicas, que valorizam o cuidado, a liberdade e a expressão. Crianças vivenciam uma ampla gama de movimentos e interações, como engatinhar, correr, escalar e equilibrar-se, sempre guiadas pelo brincar e pelas relações com o outro e com o espaço.

ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

Desde o nascimento, as crianças participam de interações comunicativas que favorecem a apropriação da linguagem materna. O choro, os gestos, os olhares e os sons são formas iniciais de comunicação, que ganham sentido com a resposta do outro. Aos poucos, a linguagem oral (ou em Libras) torna-se seu principal meio de expressão e pensamento. As múltiplas linguagens - oral, gestual, corporal, gráfica, musical, plástica e escrita - ampliam as formas de comunicação e participação cultural das crianças, estimulando a criatividade, a expressão e a construção do conhecimento. Na Educação Infantil, a vivência com a cultura oral e escrita é essencial. Por meio de histórias, conversas, narrações e brincadeiras, a criança se desenvolve como sujeito singular e social. A imersão na linguagem escrita deve partir de suas experiências, curiosidades e hipóteses, favorecendo o contato com letras, palavras, imagens e números de forma significativa e prazerosa.

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

As crianças constituem sua identidade pessoal e social nas interações que estabelecem com diversos atores sociais, durante as quais elas aprendem a se expressar, por meio de múltiplas linguagens, como as artes visuais, dança, música e teatro.

É importante que, desde bebês, as crianças tenham oportunidades de conviver com as diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da escola, pois, a partir dessas experiências diversificadas, elas podem fruir e recriar um universo de experiências, práticas e conceitos singulares. Ao explorarem distintos materiais, recursos tecnológicos, audiovisuais e multimídia, as crianças realizam suas produções culturais, exercitando a autoria - coletiva e individual - com gestos, sons, traços, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, constituindo senso estético e crítico. Desenvolver a sensibilidade, a criatividade, a expressão pessoal, apropriando-se e reconfigurando, permanentemente, a cultura e potencializando as suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar a experiência e a vivência artísticas.

ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

Desde o nascimento, as crianças se comunicam com as pessoas ao seu redor, apropriando-se gradualmente da língua materna. O choro, junto a olhares, gestos e movimentos, é uma das primeiras formas de linguagem, ganhando significado na interação com o outro. Com o tempo, ampliam seu repertório vocal e se apropriam da linguagem oral (ou Libras), que se torna central para o pensamento e a comunicação. As diferentes formas de expressão, como gestos, brincadeiras, música, desenho, escrita e dramatização, fortalecem o pensamento, a criatividade e a participação cultural da criança. Na Educação Infantil, vivências com a cultura oral e escrita são fundamentais para que ela se constitua como sujeito singular e social. A imersão na linguagem escrita deve respeitar o conhecimento prévio e a curiosidade da criança, estimulando a formulação de hipóteses, o diálogo e a participação em práticas significativas de leitura e escrita, ampliando sua compreensão do mundo simbólico.

ESPAÇOS, TEMPOS, RELAÇÕES, QUANTIDADES E TRANSFORMAÇÕES

As crianças são naturalmente curiosas e atentas, buscando compreender o mundo ao seu redor. Desde cedo, exploram elementos da natureza e da cultura, elaborando explicações sobre como e por que as coisas acontecem. Ainda bebês, percebem o próprio corpo, o espaço, o tempo e desenvolvem a consciência corporal por meio de sensações e experiências. Interessam-se por fenômenos da natureza, como luz, som, chuva, vento e crescimento dos seres vivos, e, incentivadas por adultos, investigam, experimentam e constroem noções intuitivas sobre esses temas. Inseridas em uma cultura permeada por conhecimentos matemáticos, demonstram interesse em contar, medir, comparar e resolver problemas do cotidiano. Ao interagir com saberes científicos, tradicionais e ambientais, desenvolvem uma relação de pertencimento, respeito ao planeta e à construção da própria identidade.

Nossas escolas

Escola Municipal Colméia
R: Leandro Gonçalves, 300, Holambra - SP, 13825-000 Quantidade de alunos: 100
Atendimento: de berçário I à maternal II

Escola Municipal Rural Favo de Mel
Estrada Municipal Hbr 323, Gleba 17, no Bairro Fundão
Quantidade de alunos: 80
Atendimento: de berçário I à nível II

Escola Municipal Rural Abelhinha
Estrada Vicinal Municipal Hbr 210, Rua Palmeiras Holambra - SP CEP: 13825-000
Quantidade de alunos: 110
Atendimento: de berçário I à nível I

Escola Municipal Abelha Rainha
RUA CORDILINE, 228 RUA. GROOT.
CEP:. 13825-000 Holambra
Quantidade de alunos: 100
Atendimento: de berçário I à maternal I

Escola Municipal Creche Escola Irmã Anette
RUA CORDILINE, 58 GROOT. 13825-000 Holambra
Quantidade de alunos: 130
Atendimento: de Maternal II à nível II

Escola Municipal Maria Therezinha Meielles Kors
R. Schoenmaker, 71 - Parque Res. Imigrantes, Holambra - SP, 13825-000 Quantidade de alunos: 287
Atendimento: de Berçário I à Nível II

Nossas matrículas

A tabela a seguir análise das matrículas na Educação Infantil no município de Holambra, entre os anos de 2013 e 2024, revela um cenário de estabilidade e compromisso contínuo do poder público municipal com a garantia do direito à educação na primeira infância. Os dados apresentados na tabela demonstram que,

ao longo de toda a série histórica, a totalidade das matrículas esteve sob a responsabilidade da rede municipal de ensino, evidenciando a ausência de oferta por parte das redes estadual, federal ou particular neste segmento educacional.

TABELA 8: Matrículas na Educação Infantil 2013– 2024

Ano	Educação Infantil						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2013	-	-	-	651	-	199	850
2014	-	-	-	681	-	208	889
2015	-	-	-	673	-	228	901
2016	-	-	-	697	-	219	916
2017	-	-	-	720	-	198	918
2018	-	-	-	737	-	222	959
2019	-	-	-	778	-	209	987
2020	-	-	-	813	-	188	1.001
2021	-	-	-	773	-	168	941
2022	-	-	-	847	-	226	1.073
2023	-	-	-	850	-	217	1.067
2024	-	-	-	851	-	230	1.081

***Fonte**: MEC/Inep – Sinopse Estatística de Educação Básica e Secretaria da Educação de Estado de São Paulo/Seduc-SP – Cadmec. Disponível em :*
https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322&AspxAutoDetectCookieSupport=1 Acesso: 10/8/2025

TABELA 9: Número de matrículas na Educação Infantil (2024 – 2025)

Agrupamentos etários	2024	2025
Berçário I	94	80
Berçário II	146	156
Maternal I	160	152
Maternal II	142	178
Etapa I	174	162
Etapa II	174	175
TOTAL	**890**	**903**

***Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2025)*

Cenários dos nossos bebês e crianças bem pequenas

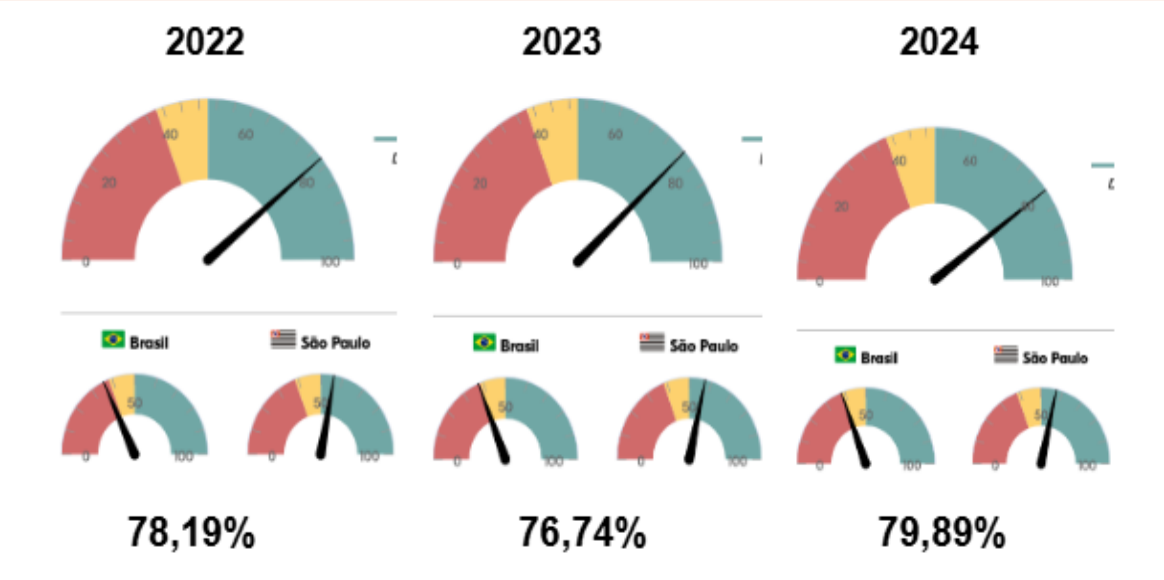
Esta parte do documento detém-se à apresentação das matrículas de crianças em idade de creche e de pré-escola. Para tanto, foram utilizadas como fonte de pesquisa o Caderno de Dados Educacionais, organizado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e a plataforma organizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

TABELA 10: Matrícula na Creche por dependência administrativa 2013 – 2024

Ano	Creche						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2013	-	-	-	339	-	96	435
2014	-	-	-	374	-	108	482
2015	-	-	-	359	-	103	462
2016	-	-	-	369	-	92	461
2017	-	-	-	402	-	95	497
2018	-	-	-	425	-	87	512
2019	-	-	-	467	-	73	540
2020	-	-	-	453	-	57	510
2021	-	-	-	425	-	59	484
2022	-	-	-	485	-	113	598
2023	-	-	-	487	-	98	585
2024	-	-	-	499	-	100	599

***Fonte**: MEC/Inep – Sinopse Estatística de Educação Básica e Secretaria da Educação de Estado de São Paulo/Seduc-SP – Cadmec. Disponível em https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322&AspxAutoDetectCookieSupport=1 Acesso: 10/8/2025*

GRÁFICO 16: Percentual de atendimento em creches - 0 a 3 anos (2022-2024)



***Fonte**: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/ Acesso: 10/8/2025*

Rotina semanal das crianças

ATIVIDADE	HORÁRIOS
Horário de entrada	7h00
Servido café da manhã;	7h30
Fruta	9h00
Almoço	10h00
Horário do descanso	11h00 às 12h45
Lanche	13h00
Jantar	14h45
Despedida	16h30

***Fonte**: Departamento Municipal de Educação (setembro/2025)*

MATRIZ CURRICULAR - CRECHE

Ano: 2025 Turnos: Integral Módulo: 50 semanas
Carga Horária: 2.250 horas anuais

Direitos de Aprendizagem	CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS Componentes curriculares	Horas semanais			
		Berçário I	**Berçário II**	**Maternal I**	**Maternal II**
	O eu, o outro e o nós	5	5	5	4
	Corpo, gestos e movimentos	4	4	4	3
	Traços, sons, cores e formas	3	3	3	3
	Escuta, fala, pensamento e imaginação	3	3	3	5
	Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	5	5	5	5
Práticas de Cuidados: alimentar, vestir, dormir, higienizar		25	25	25	25

***Fonte:** Departamento Municipal de Educação (setembro/2025)*

Cenário das nossas crianças pequenas

TABELA 11: Matrícula na pré-escola (2013 - 2024)

Ano	Pré-escola						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2013	-	-	-	312	-	103	415
2014	-	-	-	307	-	100	407
2015	-	-	-	314	-	125	439
2016	-	-	-	328	-	127	455
2017	-	-	-	318	-	103	421
2018	-	-	-	312	-	135	447
2019	-	-	-	311	-	136	447
2020	-	-	-	360	-	131	491
2021	-	-	-	348	-	109	457
2022	-	-	-	362	-	113	475
2023	-	-	-	363	-	119	482
2024	-	-	-	352	-	130	482

***Fonte**: MEC/Inep – Sinopse Estatística de Educação Básica e Secretaria da Educação de Estado de São Paulo/Seduc-SP – Cadmec. Disponível em* https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322&AspxAutoDetectCookieSupport=1 *Acesso: 10/8/2025*

GRÁFICO 17: Percentual de atendimento em pré-escola - 4 a 5 anos (2022-2024)

***Fonte:** Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/holambra-sp/ Acesso: 10/8/2025*

Matriz Curricular - PRÉ-ESCOLA

Ano: 2025 Turnos: manhã Módulo: 40 semanas Carga Horária: 1000 horas anuais.

	CAMPOS DE APRENDIZAGENS Componentes curriculares	Nº AULAS	
		Nível I	Nível II
DIREITOS DE APRENDIZAGEM BASE COMUM	O eu, o outro e o nós	6	6
	Corpo, gestos e movimentos	3	3
	Traços, sons, cores e formas	3	3
	Escuta, fala, pensamento e imaginação	3	3
	Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	5	5
	Total da Base Comum	**20**	**20**
PARTE DIVERSIFICADA	Arte	2	2
	Educação Física	2	2
	Língua estrangeira (Inglês)	1	1
Total da Parte Diversificada		**05**	**05**
TOTAL GERAL		**25**	**25**

Fonte: *Departamento Municipal de Educação (setembro/2025)*

Cenário da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

A educação inclusiva em Holambra assegura que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e outras necessidades educacionais especiais, tenham acesso ao processo de aprendizagem em ambientes regulares. Desde a primeira infância, a identificação precoce das necessidades de cada criança é fundamental para promover seu desenvolvimento integral e participação ativa na comunidade escolar.

Atualmente, 72 crianças, de 0 a 5 anos, com necessidades educacionais especiais estão matriculadas nas escolas de Educação Infantil, da Rede Municipal de Ensino de Holambra, sendo atendidas e acompanhadas pelo Núcleo de Apoio Educacional Especializado (NAEE). O NAEE conta com uma equipe multiprofissional composta por fonoaudióloga, psicólogas, psicopedagoga e terapeuta ocupacional (TO), que atua de forma integrada com as escolas e famílias para garantir o desenvolvimento global dos estudantes e o fortalecimento das práticas inclusivas.

Além do atendimento especializado do NAEE, a rede municipal dispõe de Professores de Educação Especial, que elaboram e acompanham o Plano Educacional Individualizado (PEI) para cada aluno, assegurando o suporte pedagógico conforme suas necessidades específicas. Também fazem parte dessa rede de apoio os Profissionais de Apoio Educacional (agentes escolares), responsáveis por auxiliar nas atividades de vida diária e promover a autonomia e a inclusão dos alunos no ambiente escolar.

Em parceria com a APAE de Jaguariúna, a Prefeitura de Holambra firmou convênio para ampliar o atendimento aos alunos da Educação Especial, especialmente aqueles

que necessitam de serviços complementares fora do ambiente escolar. A colaboração inclui o transporte adaptado, realizado por meio de van equipada com monitor especializado, garantindo a mobilidade e o acompanhamento das crianças até a unidade da APAE. Importante destacar que a APAE não realiza o atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, concentrando suas ações em estudantes de outras etapas da Educação Básica.

O município investe continuamente na formação de profissionais da educação, com foco na implementação de práticas pedagógicas adaptadas, estratégias de acessibilidade e apoio individualizado. As formações continuadas destinadas à equipe escolar — professores, coordenadores pedagógicos e cuidadores — são promovidas pelas Orientadoras Educacionais do município, que planejam e conduzem ações formativas voltadas ao fortalecimento das práticas inclusivas nas unidades escolares.
Embora o número exato de crianças com necessidades especiais atendidas de 0 a 5 anos não esteja disponível publicamente, estima-se que, considerando o percentual de 8,86% da população de Holambra na faixa etária de 0 a 6 anos (conforme o programa Primeira Infância Primeiro), uma parcela significativa dessas crianças possa apresentar necessidades educacionais especiais.

O trabalho desenvolvido pela Equipe Técnica do Departamento Municipal de Educação, juntamente com as escolas e o NAEE fortalecem a rede de apoio municipal, proporcionando serviços especializados que complementam as ações nas unidades de educação infantil. Essa colaboração é essencial para garantir igualdade de oportunidades, o direito ao brincar e à aprendizagem, consolidando uma cultura de respeito à diversidade desde os primeiros anos de vida.

TABELA 12: Número Total de alunos por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns (inclusos) e classes exclusivas 2013-2024

Tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	Ano											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Baixa Visão	-	-	1	2	4	2	1	1	1	1	1	3
Surdez	3	3	3	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Deficiência Auditiva	3	3	2	2	1	1	1	2	3	4	4	1
Surdo-cegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deficiência Física	2	4	4	4	5	5	7	7	9	9	8	13
Deficiência Intelectual	75	61	68	57	102	104	112	137	140	139	121	143
Deficiência Múltipla	-	-	-	-	1	2	1	2	3	4	1	4
Transtorno do Espectro Autista	5	3	2	4	8	11	1	25	36	36	37	44
Síndrome de Asperger	-	-	-	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Síndrome de Rett	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transtorno Desintegrativo da Infância - TDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Altas Habilidades/Superdotação	-	-	-	1	1	1	15	1	1	2	2	2
Total Geral	88	74	80	69	118	121	134	165	182	184	169	200

***Fonte**: MEC/Inep – Sinopse Estatística de Educação Básica e Secretaria da Educação de Estado de São Paulo/Seduc-SP*

TABELA 13: Número de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (2024)

Educação Infantil	**Total**	**10**
	Creche	2
	Pré-escola	8

***Fonte**: MEC/Inep – Sinopse Estatística de Educação Básica e Secretaria da Educação de Estado de São Paulo/Seduc-SP*

O que fazem as crianças em nossas escolas?

No cotidiano, as crianças exploram, criam, interagem e aprendem brincando, em experiências que favorecem sua autonomia, socialização e curiosidade no cotidiano.

Expressam-se por meio da arte e da criatividade

Explorando formas, cores e relações espaciais

Passeio de Trem - Semana da Criança

Crianças ouvindo uma história em roda
Ampliando a imaginação e desenvolvendo a linguagem

Vivenciando movimentos e descobrindo as possibilidades do corpo

Atividade Sensorial conhecer e interagir

SETEMBRO
VERDE

Nosso projeto “Movimento Abraçar Valores Humanos”

Semeando o bem na Infância

O "Movimento Abraçar Valores Humanos" é mais do que um projeto pedagógico; é uma filosofia de vida que busca construir um futuro mais humano e harmonioso. Com o foco na primeira infância, a iniciativa trabalha o desenvolvimento do caráter por meio da vivência de valores essenciais, como amor, respeito, solidariedade, empatia e paz. Baseado em metodologias comprovadas e fundamentadas na neurociência, o movimento se dedica a semear qualidades positivas no período mais fértil da vida, antes dos sete anos de idade.

Metodologia que transforma

O projeto, idealizado pelo professor Carlos Andriani e executado pela Associação Douglas Andreani (ADA), atua com uma metodologia simples e replicável, que capacita educadores para que se tornem multiplicadores de valores. A abordagem é prática e se integra à rotina escolar, transformando atividades cotidianas em momentos de aprendizado e reflexão. O programa inclui uma série de oficinas e práticas pedagógicas, como:

Acolhimento: O acolhimento na Educação Infantil é um momento essencial para a construção de vínculos afetivos e de confiança entre crianças, educadores e famílias. Esse processo vai além da simples recepção: envolve escuta sensível, observação atenta e cuidado com as emoções e necessidades de cada criança. O ambiente é organizado de forma acolhedora, segura e convidativa, permitindo que a chegada à escola seja vivida com tranquilidade e alegria. O acolhimento é, portanto, um gesto pedagógico e humano que favorece a adaptação, a socialização e o sentimento de pertencimento ao grupo.

Meditação (Acalmar o coração): O momento da meditação na Educação Infantil é uma prática que contribui para o desenvolvimento do autoconhecimento e do equilíbrio emocional das crianças. Por meio de exercícios de respiração, relaxamento e atenção plena, as crianças aprendem a reconhecer e nomear suas emoções, desenvolvendo estratégias para lidar com elas de f8orma positiva. Essa vivência na rotina das crianças ajuda a promover a concentração, a serenidade e o respeito aos próprios limites e aos do outro, fortalecendo o bem-estar e a convivência harmoniosa no ambiente escolar.

Círculo do Amor: O círculo do amor é uma proposta pedagógica voltada à construção de relações afetivas pautadas na empatia, no respeito e na amorosidade. Durante esse momento, as crianças se reúnem em roda para compartilhar sentimentos, gestos de carinho, agradecimentos e reflexões sobre a convivência. Essa prática estimula a escuta ativa, o diálogo e o reconhecimento do outro como sujeito de valor, criando um ambiente de confiança e cooperação. O círculo do amor fortalece o senso de comunidade e ajuda as crianças a compreenderem que o cuidado mútuo é essencial para uma convivência saudável.

Hora do Conto: A hora do conto é um momento mágico de encontro com a literatura, em que a imaginação, a linguagem e a sensibilidade se entrelaçam. Ao ouvir histórias, as crianças ampliam o vocabulário, desenvolvem a escuta atenta e são convidadas a refletir sobre emoções, valores e experiências humanas. Além de favorecer o gosto pela leitura, esse momento cria oportunidades para o diálogo, a criatividade e a expressão artística. Contar histórias é, assim, um ato educativo e cultural que alimenta a fantasia e contribui para a formação integral das crianças.

Momento Cívico: O momento cívico na Educação Infantil tem como objetivo despertar nas crianças o sentimento de pertencimento à comunidade e o respeito aos símbolos e valores que representam a coletividade. Por meio de gestos simples, como o hasteamento da bandeira, o canto do hino ou conversas sobre datas comemorativas, as crianças são introduzidas aos princípios da cidadania, da solidariedade e do respeito às diferenças. Mais do que uma formalidade, o momento cívico é uma vivência educativa que promove o reconhecimento da importância de cada um na construção de uma sociedade mais justa e participativa.

A adesão ao movimento é feita por meio de parcerias com o poder público, o setor privado e a comunidade, garantindo a sua sustentabilidade e abrangência. A formação de professores é um pilar central, garantindo que a metodologia seja aplicada de forma consistente e com resultados comprovados. A Terra Viva é a empresa parceira, que nos deu suporte na implantação, capacitando educadores e realizando visitas técnicas.

Um futuro mais justo e digno

O "Movimento Abraçar Valores Humanos" demonstra o potencial transformador de uma educação que vai além do conteúdo tradicional. Ao focar na formação do caráter, ele prepara crianças para serem cidadãos mais conscientes, empáticos e responsáveis, capazes de construir uma sociedade mais justa e digna para todos. É um investimento no futuro que começa no presente, um abraço de esperança que se expande por onde passa.

INDICADORES DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

A infância que floresce em cada canto de Holambra

Brincar, correr, explorar e sonhar fazem parte da infância — e em Holambra, cada bairro, praça e parque se transforma em um espaço especial para que essas experiências aconteçam em meio à natureza e à comunidade.

Nas praças urbanas, o colorido das flores se mistura às risadas das crianças, que ocupam os brinquedos, os gramados e os caminhos arborizados com imaginação e alegria. Já nas áreas rurais, o contato com o verde, os animais e o ar puro convidam a uma infância mais livre, próxima da terra e das tradições que fazem parte da nossa cidade.

O projeto da Primeira Infância, em parceria com o Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, valoriza esses espaços públicos como lugares de convivência, cuidado e descobertas. Cada visita, cada foto e cada brincadeira mostram a importância de garantir que as crianças cresçam em ambientes saudáveis, acolhedores e cheios de vida.

Porque em Holambra, a infância floresce em todos os cantos — da cidade ao campo, das praças aos parques, dos sonhos às pequenas grandes aventuras de ser criança.

Cada praça e parque da nossa cidade é um convite para brincar, correr e sonhar!

Esses espaços foram pensados com carinho para que as crianças cresçam cercadas de natureza, alegria e convivência.

Praça do Parque dos Ipês

Entre árvores, cores e risadas, as crianças transformam este cantinho em um mundo de aventuras. Um espaço simples e cheio de vida, onde a infância floresce em cada brincadeira e o bairro se enche de alegria.

Praça do Bairro Groot

Colorida e cheia de vida, esta praça é um refúgio de brincadeiras e encontros. Entre escorregadores, risadas e o verde que abraça, as crianças descobrem a alegria de crescer cercadas por natureza e amizade.

Praça do Jardim das Tulipas

Sob a sombra das grandes árvores e o colorido dos brinquedos, as crianças transformam o Jardim das Tulipas em um espaço de descobertas e imaginação.
Aqui, cada risada ecoa entre as copas verdes, lembrando que a infância floresce ainda mais bonita quando está perto da natureza e do cuidado da comunidade.

Praça do Jardim Holanda

Um espaço onde o verde acolhe os sonhos das crianças, e cada cantinho convida para brincar, aprender e crescer com alegria e segurança.

Praça dos Imigrantes

Um lugar de encontro e brincadeiras, onde as crianças descobrem a beleza da convivência e a força da diversidade, rodeadas pelo verde que inspira sonhos e esperança.

Praça Osvaldo Pedroso de Morais

Um cantinho especial onde as crianças encontram diversão e aconchego, cercadas pela natureza que transforma cada momento em um sorriso e uma nova amizade.

O Departamento Municipal de Meio Ambiente de Holambra desenvolve um trabalho contínuo voltado à formação da consciência ambiental e ao respeito ao ecossistema, promovendo ações educativas que estimulam a responsabilidade individual e coletiva na preservação da natureza.

Essas iniciativas buscam sensibilizar a comunidade, especialmente as crianças pequenas, para a importância de cuidar do planeta, valorizando os recursos naturais e incentivando práticas sustentáveis no cotidiano.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, o município dedica-se à construção de um futuro mais equilibrado e justo, por meio de projetos que integram educação, cidadania e meio ambiente. A realização da Conferência das Partes (COP) no Brasil, em 2025, surge como um marco inspirador, impulsionando a ampliação das políticas locais e das ações educativas voltadas à sustentabilidade.

Seguem as ações realizadas direta e/ou indiretamente com as crianças com idades até 6 anos:

Organograma

Nossos projetos com as crianças

Plantio de Mudas com Crianças

Atividade educativa realizada com crianças para promover a conscientização ambiental e a importância da arborização. As crianças participaram do plantio de mudas de árvores em espaços públicos, incentivando o cuidado com o meio ambiente desde a infância.

Educação sobre Reciclagem

Ação realizada com o apoio de carretas itinerantes que visitaram escolas, levando conhecimento sobre a separação correta dos resíduos, os tipos de materiais recicláveis e o impacto positivo da reciclagem no meio ambiente.

Projeto "Tampinha Legal"

Iniciativa voltada para a arrecadação de tampinhas plásticas, com o objetivo de promover a reciclagem e contribuir com causas sociais. A campanha, realizada anualmente, envolveu escolas e a comunidade local, incentivando a coleta seletiva e o engajamento ambiental. O material

Gestão de Resíduos Sólidos

Foram promovidas ações práticas e informativas sobre o descarte correto de resíduos sólidos:

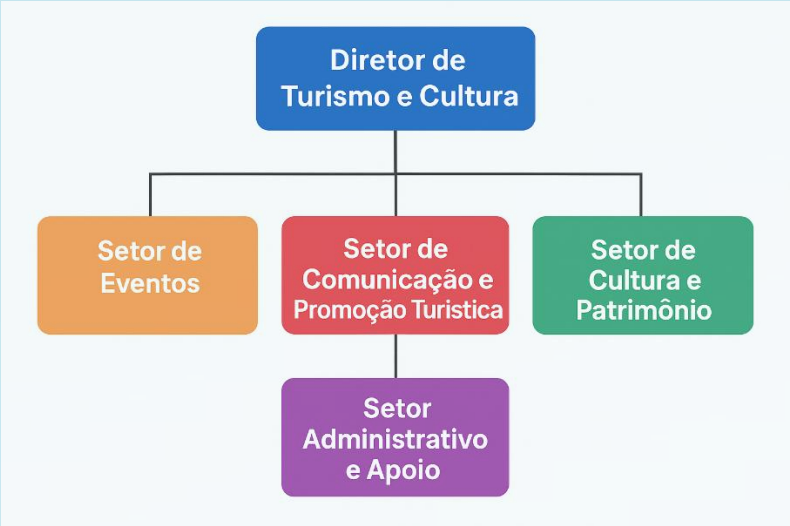
Cata-bagulhos: coleta de resíduos volumosos em datas específicas.
Coleta porta a porta de recicláveis: incentivo à separação e destinação correta dos resíduos recicláveis.
Ecoponto: ponto fixo de entrega voluntária de materiais recicláveis e resíduos especiais.

Programa de Alimentação Escolar

Apoiado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que fortalece a agricultura familiar e promove a alimentação saudável e sustentável nas escolas. A iniciativa também inclui ações de educação alimentar e nutricional voltadas à sustentabilidade e ao combate ao desperdício de alimentos.

INDICADORES DE LAZER, CULTURA E TURISMO

Organograma



O Departamento é responsável pela elaboração, organização e execução de eventos culturais e turísticos do município, além da preservação e promoção do patrimônio histórico e cultural de Holambra.

Natal Mágico de Holambra

Evento temático natalino que celebra o espírito de Natal, com apresentações musicais, decoração especial e chegada do Papai Noel.
Quando: Anualmente, de novembro a dezembro.
Onde: Praça dos Pioneiros e Toda região Central do Município
Objetivo: Proporcionar momentos de lazer e encanto para as famílias, promovendo a cultura local e o turismo natalino.
Quem participou: Famílias holambrenses e visitantes de diversas cidades.
Média de público: Aproximadamente 700 mil pessoas durante todo o período do evento.
Ações voltadas às crianças: Chegada do Papai Noel, distribuição de presentes, Parada de Natal com fanfarra infantil, apresentações de corai, apresentações de teatros musicais, apresentações musicais e grupos de danças.

Festa de Aniversário de Holambra

Evento comemorativo ao aniversário da cidade, com shows, atividades culturais e espaço para recreação infantil. **Quando:** Final de outubro (anualmente). **Onde:** Praça Bento Euzébio Tobias - Bentão, Rua Coberta - Rua da Amizade, e entorno do Moinho Povos Unidos. **Objetivo:** Celebrar a emancipação política e valorizar a identidade cultural e comunitária da cidade. **Quem participou:** Comunidade local, escolas, artistas e visitantes. **Média de público:** Cerca de 20 mil pessoas ao longo dos dias de programação. **Ações voltadas às crianças:** Espaço kids com brinquedos infláveis, pintura facial, apresentações de grupos mirins de dança e música.

Expoflora e Parada das Flores

Maior exposição de flores da América Latina, com desfiles, apresentações culturais e espaços interativos.

Quando: Anualmente, entre agosto e setembro.

Onde: Parque Expoflora e ruas centrais de Holambra.

Objetivo: Valorizar a floricultura local e fomentar o turismo cultural e familiar.

Quem participou: Famílias, escolas e turistas de todo o país.

Média de público: Aproximadamente + de 500 mil visitantes.

Ações voltadas às crianças: Desfile das Flores com participação de escolas, oficinas educativas sobre plantas, e áreas temáticas infantis com parque de diversões.

Páscoa

Celebração da Páscoa com decoração temática, apresentações culturais, personagens animados e caça aos ovos para as crianças. Além da entrega em um ambiente todo temático para proporcionar experiência as famílias dos municípios e o turismo regional.

Quando: março ou abril, conforme calendário anual.

Onde: Cidade Parque das Crianças e Praça dos Pioneiros.

Objetivo: Promover a integração familiar e estimular o sentimento de comunidade e diversão entre as crianças e o turismo local.

Quem participou: Famílias, escolas do município e Turistas.

Média de público: Aproximadamente 10 mil pessoas durante os dias do evento.

Dia das Crianças

Evento especial em comemoração ao Dia das Crianças, com atividades recreativas, brinquedos, apresentações culturais e apresentações infantis.

Quando: 12 de outubro (anualmente).

Onde: Parque Cidade das Crianças

Objetivo: Oferecer lazer gratuito e fortalecer os vínculos comunitários.

Quem participou: Crianças de Holambra e região.

Média de público: 1.500 pessoas.

Oficinas infantis

Aulas de Viola caipira, Violão, Teatro e Artes.
Quando: aulas semanais durante o ano.
Onde: Biblioteca e teatro municipal
Objetivo: Oferecer aulas gratuitas, ajudar no desenvolvimento intelectual e artísticos das crianças e fortalecer os vínculos comunitários.
Quem participou: Crianças de Holambra e região.
Média de público: Cerca de 50 crianças.

Semana Cultural Piet Schoenmaker nas escolas

Semana Cultural de homenagem póstuma ao Piet Schoenmaker um dos fundadores da cidade.
Quando: 1 semana por ano em agosto.
Onde: Escola municipal de Holambra
Objetivo: Apresentações de dança circular nas escolas para desenvolver o senso artístico.
Quem participou: Crianças de Holambra e região.
Média de público: Cerca de 100 crianças.

PROCESSO DE ESCUTA DAS CRIANÇAS

A escuta ativa das crianças pequenas, em suas diferentes linguagens, é um dos pilares para a construção de uma Educação Infantil de qualidade. Escutar a criança não se resume a ouvir suas palavras, mas envolve estar atento às múltiplas formas de expressão que ela utiliza — o gesto, o olhar, o desenho, o movimento, o silêncio, a brincadeira. Cada uma dessas linguagens comunica sentimentos, ideias e descobertas sobre o mundo, revelando como a criança pensa e aprende.

Quando o educador pratica a escuta sensível e atenta, reconhece a criança como protagonista do processo educativo e respeita seu tempo, suas experiências e sua maneira singular de se relacionar com o conhecimento. Essa postura favorece um ambiente acolhedor, onde as interações e brincadeiras se tornam oportunidades de aprendizado significativo.

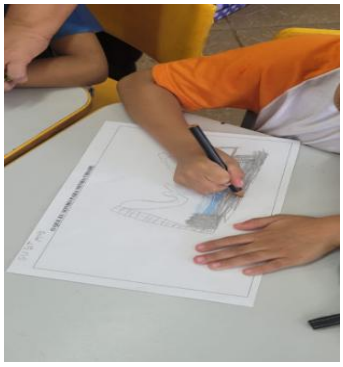
Assim, a escuta ativa não é apenas uma estratégia pedagógica, mas um compromisso ético com a infância. Ela garante que as vozes das crianças sejam realmente consideradas na organização do currículo, na escolha das propostas e na construção das rotinas, contribuindo para uma Educação Infantil que valoriza a participação, o diálogo e a formação integral de cada criança.

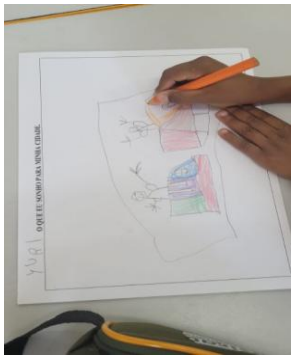
Embasados nesse conceito, entendemos que, se o Município está debruçado nas necessidades reais das crianças que aqui residem, para que tenham um desenvolvimento integral, de qualidade e equidade, nada mais necessário do que ouvi-las em seus anseios e opiniões.

Assim, apresentamos às nossas crianças três tópicos, como objetivo de desenvolver o conceito de cidadania, pertencimento e responsabilidade social:

- ***"O que eu mais gosto na minha cidade"***
- ***"O que eu não gosto na minha cidade"***
- ***"O que eu sonho para minha cidade"***

momento de conversa e escuta ativa sobre o PMPI





O QUE EU MAIS GOSTO NA MINHA CIDADE

BRINQUEDO DA EXPOFLORA

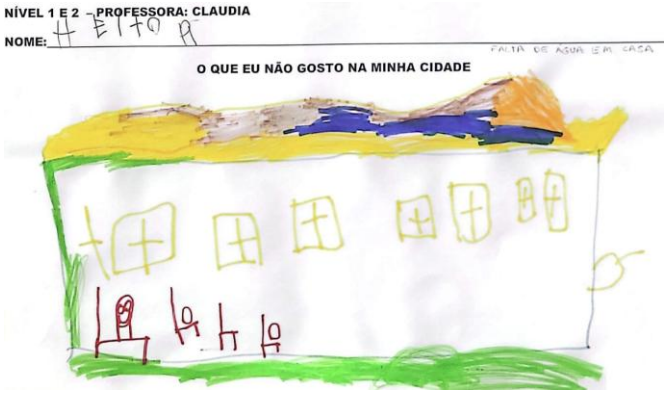
"RUA DOS GUARDA-CHUVAS"

MOINHO DOS POVOS UNIDOS

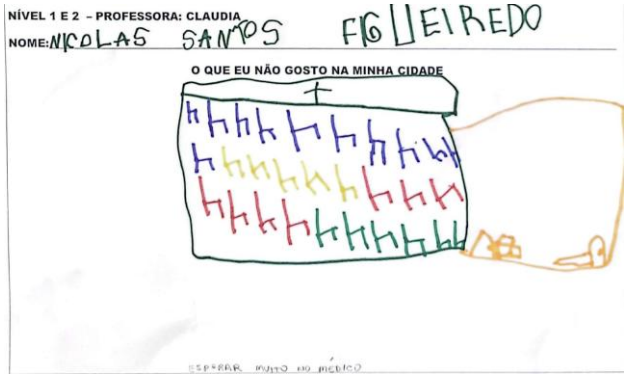
MOINHO, TULIPO E FLORA

O QUE EU NÃO GOSTO NA MINHA CIDADE

QUANDO FAZEM QUEIMADAS



FALTA DE ÁGUA EM CASA



ESPERAR MUITO NO MÉDICO

RUA E ESTRADA ESBURACADA

QUANDO JOGAM LIXO NAS RUAS

NÃO GOSTA DE GALINHAS

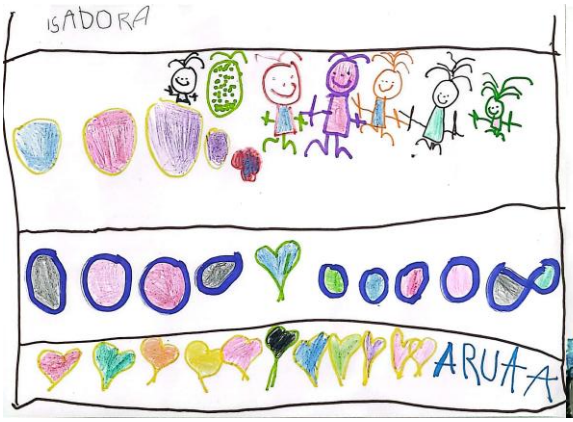
QUANDO OS BRINQUEDOS DO PARQUE ESTÃO QUEBRADOS

O QUE EU SONHO PARA MINHA CIDADE

PISTA DE CORRIDA

UM PARQUE AQUÁTICO

UM SHOPPING DE SUPER-HERÓIS



UMA FAMÍLIA FELIZ

UM MC DONALDS

EIXOS TEMÁTICOS

METAS E ESTRATÉGIAS

EIXO TEMÁTICO I:
EDUCAÇÃO INFANTIL

O Eixo Temático “Educação Infantil” constitui-se como um dos pilares centrais do Plano Municipal pela Primeira Infância de Holambra, ao reconhecer a educação como direito fundamental e como base estruturante do desenvolvimento humano integral. As metas que o compõem expressam o compromisso do município com a concretização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, que visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Nesse sentido, o fica expressa a necessidade de garantir o acesso universal e equitativo à Educação Infantil de qualidade, assegurando que cada criança tenha a oportunidade de aprender, brincar, conviver e se desenvolver plenamente, em contextos educativos acolhedores, estimulantes e significativos.

As metas e estratégias previstas abrangem desde a ampliação do atendimento e a valorização dos profissionais que atuam com a primeira infância até o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras, que integram o cuidar e o educar como dimensões indissociáveis do processo educativo. Também se articulam ao ODS 3, ao promover condições que assegurem uma vida saudável e o bem-estar das crianças, contemplando a oferta de alimentação escolar adequada, práticas de educação alimentar e nutricional, hábitos saudáveis e experiências corporais e afetivas que favorecem o desenvolvimento físico, emocional e social desde os primeiros anos de vida.

O eixo relaciona-se ainda ao ODS 11, ao reconhecer a cidade como um território educativo, onde os espaços urbanos e naturais devem ser pensados de forma inclusiva, segura e estimulante para o brincar, o aprender e o conviver. Nessa perspectiva, a Educação Infantil transcende os muros da escola e se expande para o território, articulando-se a políticas de sustentabilidade, consumo consciente e valorização da produção local, em consonância com os ODS 12 e 13, que propõem padrões de vida e consumo responsáveis e ambientalmente equilibrados.

Ao ampliar o acesso, promover a qualidade e fortalecer a equidade, o eixo “Educação Infantil” contribui diretamente para a redução das desigualdades sociais e educacionais (ODS 10), reafirmando o compromisso de Holambra com uma infância digna, plena de oportunidades e profundamente respeitosa das singularidades de cada criança. Trata-se, portanto, de um eixo que une política pública, sensibilidade pedagógica e compromisso ético com o direito de toda criança de viver uma infância rica em experiências, aprendizagens e cuidado humano.

ODS relacionados às metas

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1	Garantir Educação Infantil de qualidade às crianças, a fim de promover seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento
INDICADORES	**Indicador 1A:** Existência de indicadores de qualidade da educação infantil no âmbito da Rede Municipal de Ensino. **Indicador 1B**: Percentual de famílias que avaliam positivamente o atendimento e as práticas pedagógicas da Educação Infantil, conforme instrumentos de escuta e avaliação municipal.
ESTRATÉGIAS	1.1. Efetivar a entrega do kit escolar para o desenvolvimento do ensino; 1.2. Entrega de uniforme para padronização e segurança dos alunos; 1.3. Ampliar vagas do cargo agente escolar de creche para atendimento às crianças de 0 a 3 anos, conforme ampliação da rede municipal; 1.4. Garantir que o Projeto Político pedagógicos das unidades escolares promova ações potencializando os eixos Brincadeiras e interações; 1.5. Sensibilizar as famílias sobre a importância das crianças ingressarem no ambiente escolar desde a mais tenra idade para favorecer o seu máximo desenvolvimento; 1.6. Conscientizar as famílias da necessidade de as crianças nessa faixa etária frequentarem ativamente a escola por ser ensino obrigatório, diminuindo assim o número de faltas na educação infantil; 1.7. Implementar o Currículo Municipal por meio de práticas inovadoras que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas; 1.8. Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar; 1.9. Desenvolver programas de formação continuada para os profissionais da educação com foco no desenvolvimento integral da criança; 1.10. Ampliar na rede municipal de ensino as equipes de profissionais de educação para atender à demanda do processo de escolarização de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professoras

	(es) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares; 1.11. Ofertar para as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e o atendimento Educacional especializado, com salas de recursos multifuncionais; 1.12. Realizar acompanhamento da vida Escolar dos alunos público-alvo da educação especial, pela Equipe Multidisciplinar da Diretoria Municipal de Educação; 1.13. Adquirir utensílios, brinquedos, equipamentos eletrônicos e materiais pedagógicos que sejam adequados ao público-alvo, tanto da Educação Especial, quanto da Educação Infantil.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Governo Municipal

META 2	Garantir, até o final de vigência do plano, atendimento a 100% de crianças de 0 a 3 anos
INDICADORES	**Indicador 2A:** Taxa de matrícula de crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil (creche). **Indicador 2B:** Percentual de crescimento anual das vagas ofertadas em creches municipais.
ESTRATÉGIAS	2.1. Ampliar o número de vagas em creches municipais, por meio da construção, ampliação e readequação de unidades escolares, de acordo com o crescimento populacional e os estudos de demanda; 2.2. Promover a formação continuada de profissionais da Educação Infantil, com foco no desenvolvimento integral da criança de 0 a 3 anos e na qualificação do atendimento; 2.3. Fortalecer a articulação intersetorial entre as secretarias municipais de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, garantindo ações integradas de cuidado e apoio às famílias.
PREVISÃO	Ampliação gradual do atendimento até atingir 100% da demanda ao final do período de vigência do Plano Municipal de Educação (2036).
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Assistência Social

META 3	Contratar professores, com formação em licenciatura, para atuar nos berçários das creches municipais
INDICADORES	**Indicador 3A:** Percentual de professores atuando nos berçários com formação mínima em licenciatura plena. **Indicador 3B:** Número de novas contratações realizadas conforme os parâmetros do plano.
ESTRATÉGIAS	3.1. Realizar concurso público ou processo seletivo específico para a contratação de professores licenciados para os berçários das unidades de Educação Infantil; 3.2. Garantir formações continuadas voltadas ao cuidado, ao desenvolvimento e às práticas pedagógicas adequadas à faixa etária de 0 a 3 anos; 3.3. Reestruturar o quadro de pessoal das creches, assegurando a presença de professores em número suficiente para o atendimento qualificado em todos os berçários; 3.4. Fortalecer a valorização profissional, assegurando condições adequadas de trabalho, planejamento e acompanhamento pedagógico aos docentes atuantes nos berçários.
PREVISÃO	curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento de Municipal Educação Poder Legislativo Governo Municipal

META 4	Acompanhar, de forma contínua, a permanência e êxito escolar das crianças de 4 a 5 anos
INDICADOR	**Indicador 4A:** Percentual de crianças com desenvolvimento esperado, conforme registros avaliativos qualitativos.
ESTRATÉGIAS	4.1. Ampliar conforme possibilidade e com base na legislação vigente o quantitativo de vagas nas unidades escolares, atendendo e respeitando a capacidade disponível; 4.2. Divulgar na mídia local a obrigatoriedade dessa etapa de ensino à comunidade, com objetivo de realizar novas matrículas à faixa etária; 4.3. Implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Conselho Tutelar Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) Pais e responsáveis

META 5	Desenvolver e manter políticas públicas que assegurem o cuidar e educar como ações indissociáveis, promovendo a infância como tempo de direitos, brincadeira e aprendizagens significativas.
INDICADOR	**Indicador 5A:** Existência e implementação de políticas municipais que contemplem o princípio do cuidar e educar integrados.
ESTRATÉGIAS	5.1. Acompanhar e apoiar as unidades escolares de educação Infantil para que a organização dos ambientes ofereça oportunidades para múltiplas experiências, visando a aprendizagem e desenvolvimento por meio de interações e brincadeiras; 5.2. Assegurar os direitos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando promover experiências que favoreçam a imersão nas crianças em suas diferentes linguagens; 5.3. Priorizar o direito ao brincar, considerando a criança como sujeito desse direito, com suas necessidades e características próprias; 5.4. Subsidiar o trabalho dos gestores educacionais e profissionais da educação, capacitando-os em horários de trabalho pedagógico coletivo e momentos de estudo, de acordo com normativas da rede de ensino; 5.5. Incentivar a participação dos pais e/ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares, favorecendo o estreitamento das relações entre família e escola.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Pais e responsáveis

META 6	Garantir a formação de servidores para atuarem de maneira ativa e intencional no atendimento à população da primeira infância
INDICADORES	**Indicador 6A:** Oferta de formações sobre o desenvolvimento integral na primeira infância. **Indicador 6B:** Número de ações formativas intersetoriais realizadas anualmente.

ESTRATÉGIAS	6.1. Ofertar no decorrer do ano letivo plano de formação continuada para professores de educação infantil e demais colaboradores com foco no desenvolvimento integral da criança; 6.2. Desenvolver Oficinas Pedagógicas voltadas a primeira infância, buscando o aperfeiçoamento profissional; 6.3. Promover formação dos profissionais da educação em Primeiros Socorros com base na lei de nº 3.346, de 16 de julho de 2018; 6.4. Acompanhar as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala e nos espaços escolares no intuito de garantir que os direitos de aprendizagem estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Currículo Paulista e Currículo Municipal
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação

META 7	Adquirir acervo de livros infantis, brinquedos e outros materiais para qualificação das práticas pedagógicas
INDICADORES	**Indicador 6A:** Número de livros, brinquedos e materiais pedagógicos adquiridos e distribuídos às unidades de Educação Infantil. **Indicador 6B:** Percentual de escolas com acervo atualizado conforme diretrizes de qualidade e faixa etária.
ESTRATÉGIAS	7.1. Inscrever-se em Programas Federais que disponham de verbas para que as escolas possam criar espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o brincar e as múltiplas experiências; 7.2. Adquirir livros, brinquedos e outros materiais adaptados ao apoio das práticas pedagógicas; 7.3. Planejar o uso de recursos federais, com propósito de oportunizar a aquisição de materiais pedagógicos diversificados
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Governo municipal

META 8	Garantir a qualidade da alimentação escolar e sua adequação às necessidades de desenvolvimento da criança
INDICADORES	**Indicador 8A:** Frequência na aplicação de testes de aceitabilidade pelas crianças

	Indicador 8B: Índice de satisfação das famílias com a alimentação escolar.
ESTRATÉGIAS	8.1. Garantir o planejamento por meio da equipe técnica municipal de nutrição, priorizando a elaboração de cardápio de forma a respeitar as necessidades nutricionais de cada fase do desenvolvimento da criança; 8.2. Proporcionar atendimento e apoio às crianças com necessidades nutricionais e restrições e seletividade alimentares; 8.3. Desenvolver plano de ação e diálogo para a Educação Nutricional, com apoio multidisciplinar, para a conscientização de crianças e adultos em relação à alimentação saudável, saúde e aprendizagem; 8.4. Organizar espaços e momentos junto às famílias, por meio de reunião de pais, oficinas, palestras, para o conhecimento do cardápio escolar e hábitos saudáveis;
PREVISÃO	Continuamente
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Equipe de nutrição escolar Conselho Municipal da Alimentação Escolar (CAE) Governo Municipal

META 9	Construir creche e ampliar pré-escola no município e redefinir necessidades de acordo com as demandas que aparecerão no período de vigência do plano.
INDICADORES	**Indicador 9A:** Número de novas unidades e ampliações construídas ao longo do plano. **Indicador 9B:** Percentual de aumento da capacidade de atendimento da rede municipal de Educação Infantil.
ESTRATÉGIAS	9.1. Construir novas creches e ampliar unidades existentes de pré-escola, priorizando a qualidade dos espaços educativos; 9.2. Ampliar o número de vagas em creches, com foco em regiões de maior vulnerabilidade social; 9.3. Realizar diagnóstico periódico das demandas por vagas, considerando o crescimento populacional e as mudanças demográficas; 9.4. Buscar parcerias e recursos estaduais e federais para execução das obras e expansão da rede.
PREVISÃO	Até o final da vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de obras Departamento Municipal de Educação Governos municipal, estadual e federal (regime de colaboração)

META 10	Fortalecer a parceria entre escola e família
INDICADORES	**Indicador 10A:** Percentual de famílias que participam de reuniões, projetos ou atividades escolares. **Indicador 10B:** Número de ações voltadas à aproximação entre famílias e unidades educacionais.
ESTRATÉGIAS	10.1. Convidar a família para participar da construção do Projeto Político Pedagógico; 10.2. Envolver as famílias e responsáveis nos projetos educativos e eventos das escolas; 10.3. Construir com as famílias uma nova concepção acerca do papel da instituição de Educação Infantil nos cuidados e na educação de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas
PREVISÃO	Até o final da vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Familiares e responsáveis pelas crianças

META 11	Fazer melhor uso possível dos espaços internos e externos das instituições de Educação Infantil para ampliar as possibilidades de vivências e experiências
INDICADOR	**Indicador 11A:** Percentual de unidades escolares que reorganizaram ou ampliaram seus espaços pedagógicos para uso diversificado.
ESTRATÉGIAS	11.1. Acolher todas as crianças, sem exceção e de forma indistinta, por meio de orientações assertivas aos profissionais que atuam nas instituições de ensino e da parceria com as famílias; 11.2. Diversificar a organização dos espaços existentes para que as crianças conheçam, interajam e explorem diferentes locais de aprendizagem; 11.3. Realizar contextos significativos de investigações em ambientes externos às instituições, levando as crianças a se apropriarem dos diferentes espaços do território municipal.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Pais e responsáveis

META 12	Aperfeiçoar a oferta da Educação Integral em tempo integral às crianças da etapa da Educação Infantil
INDICADORES	**Indicador 12A:** Percentual de matrículas em tempo integral na Educação Infantil. **Indicador 12B:** Número de unidades escolares com jornada ampliada e oferta de atividades integradas.
ESTRATÉGIAS	12.1 Reformular a matriz curricular; 12.2 Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola; 12.3 Ampliar gradativamente o número de matrículas de alunos da Pré-Escolas em tempo integral, por meio de construção de novas Unidades Escolares.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação

META 13	Garantir a continuidade do Projeto “Movimento abraçar” nas escolas de educação infantil
INDICADOR	**Indicador 13A:** Percentual de unidades que implementam as ações previstas no projeto.
ESTRATÉGIAS	13.1. Promover ações intersetoriais que assegurem o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos, com foco nos cuidados, vínculos, na aprendizagem e a formação em valores humanos desde os primeiros anos de vida; 13.2. Promover ações educativas nas escolas que estimulem a vivência dos valores humanos no cotidiano através da vivência dos Valores Humanos na Educação Infantil; 13.3. Garantir formações contínuas para os profissionais da educação infantil, abordando práticas pedagógicas que incentivem o respeito, a empatia e a escuta ativa; 13.4. Desenvolver projetos interativos que fortaleçam vínculos afetivos, promovendo ambientes de paz, amor e acolhimento nas unidades escolares; 13.5. Estimular a cooperação entre escola, família e comunidade, para que os valores humanos estejam presentes em todas as esferas da vida da criança; 13.6. Acompanhar e avaliar o impacto das ações realizadas, ajustando as práticas do projeto no cotidiano da escola e na família
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação

META 14	Implantar um sistema municipal de avaliação qualitativa da Educação Infantil, voltado ao acompanhamento do desenvolvimento das crianças e à reflexão das práticas pedagógicas, sem caráter classificatório.
INDICADORES	**Indicador 14A:** Sistema municipal de avaliação qualitativa implantado (sim/não). **Indicador 14B:** Percentual de unidades que utilizam instrumentos de avaliação qualitativa para acompanhamento do desenvolvimento infantil.
ESTRATÉGIAS	14.1. Elaborar, de forma participativa, o documento orientador do Sistema Municipal de Avaliação da Educação Infantil, envolvendo gestores, professores e equipe técnica da Secretaria de Educação; 14.2. Capacitar os profissionais da rede municipal sobre os princípios, objetivos e instrumentos da avaliação qualitativa, com foco na observação e registro do desenvolvimento integral das crianças; 14.3. Implementar instrumentos de acompanhamento e registro que subsidiem a reflexão das práticas pedagógicas e a elaboração de estratégias de aprimoramento do ensino; 14.4. Promover momentos de estudo e devolutivas pedagógicas nas unidades escolares, garantindo o uso dos resultados da avaliação como ferramenta de formação, planejamento e melhoria das práticas educativas.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação

META 15	Consolidar programas de incentivo à leitura e à literatura infantil, ampliando acervos literários e espaços de leitura nas escolas e na comunidade.
INDICADORES	**Indicador 15A:** Número de programas e ações de incentivo à leitura implementados. **Indicador 15B:** Percentual de escolas e espaços comunitários com áreas de leitura acessíveis e acervos ampliados.
ESTRATÉGIAS	15.1. Ampliar e atualizar os acervos literários das escolas e bibliotecas municipais, priorizando obras de qualidade e diversidade cultural, incluindo autores locais e regionais; 15.2. Implantar e fortalecer projetos permanentes de leitura, como rodas de leitura, contação de histórias e feiras literárias, envolvendo alunos, famílias e a comunidade; 15.3. Formar e apoiar mediadores de leitura, professores e demais profissionais da Educação, promovendo práticas pedagógicas que estimulem o gosto pela leitura desde a Educação Infantil; 15.4. Estabelecer parcerias com instituições culturais e setores da sociedade civil, promovendo ações conjuntas para a democratização do acesso ao livro e à literatura.
PREVISÃO	curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Governo municipal Autores literários da região

META 16	Estimular o uso de práticas pedagógicas inovadoras, com ênfase na ludicidade, nas artes, na natureza e nas tecnologias educativas de forma mediada e responsável.
INDICADORES	**Indicador 16A:** Relação de unidades escolares que desenvolvem projetos pedagógicos com metodologias inovadoras. **Indicador 16B:** Número de formações sobre práticas pedagógicas inovadoras realizadas por ano.

ESTRATÉGIAS	16.1. Promover formações continuadas voltadas ao uso de metodologias ativas e práticas inovadoras, integrando ludicidade, expressões artísticas, natureza e tecnologias digitais; 16.2. Estimular projetos pedagógicos interdisciplinares que utilizem o brincar, as linguagens artísticas e a exploração do ambiente natural como eixos do processo educativo; 16.3. Equipar e adequar os espaços escolares, favorecendo ambientes criativos, com materiais diversos, recursos tecnológicos e áreas externas para experiências significativas; 16.4. Incentivar a troca de experiências pedagógicas entre unidades escolares, fortalecendo uma cultura de inovação e de reflexão coletiva sobre as práticas educativas.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação

META 17	Promover projetos de educação ambiental e alimentação saudável nas creches e pré-escolas, articulando o trabalho da equipe pedagógica com o Departamento de Meio Ambiente e de Nutrição.
INDICADORES	**Indicador 16A:** Número de projetos de educação ambiental e alimentar desenvolvidos por ano. **Indicador 16B:** Percentual de escolas que articulam ações conjuntas com os departamentos envolvidos.
ESTRATÉGIAS	17.1. Desenvolver projetos pedagógicos integrados sobre sustentabilidade, cuidado com o meio ambiente e hábitos alimentares saudáveis, adequados à faixa etária da Educação Infantil; 17.2. Fortalecer a parceria entre as Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Saúde/Nutrição, promovendo ações conjuntas, oficinas e campanhas educativas; 17.3. Implantar e manter hortas pedagógicas nas unidades escolares, envolvendo as crianças em atividades de plantio, colheita e alimentação consciente; 17.4.
PREVISÃO	Durante vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Governo municipal Equipe de nutrição escolar e da saúde

EIXO TEMÁTICO II:
A CRIANÇA E A SAÚDE

O Eixo Temático “A Criança e a Saúde” compreende a saúde como um direito fundamental e uma condição indispensável para o desenvolvimento pleno das crianças. Inspirado nos princípios do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), o eixo articula políticas e ações voltadas à promoção do bem-estar físico, emocional, cognitivo e social, reconhecendo que cuidar da saúde das crianças é investir no presente e no futuro de toda a sociedade.

As metas que integram este eixo estão diretamente relacionadas ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que propõe assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Assim, o eixo enfatiza a importância da atenção integral desde a gestação, do acompanhamento pré-natal de qualidade, da vacinação, da nutrição adequada e do acesso aos serviços de saúde física e mental, consolidando uma rede de cuidado humanizado e contínuo.

Conectado também ao ODS 4 – Educação de Qualidade, o eixo reconhece que saúde e educação são dimensões indissociáveis no processo de desenvolvimento infantil. A promoção de hábitos saudáveis, a prevenção de doenças e o acesso à informação fortalecem as aprendizagens e ampliam as oportunidades de crescimento integral. Ao dialogar com o ODS 5 – Igualdade de Gênero, o eixo evidencia o papel central das mulheres, especialmente das gestantes e mães, assegurando-lhes o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e o respeito aos seus direitos, de modo a fortalecer sua autonomia e promover o cuidado compartilhado.

Por fim, em consonância com o ODS 10 – Redução das Desigualdades, o eixo “A Criança e a Saúde” busca garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde e o enfrentamento das desigualdades que afetam as condições de vida e desenvolvimento das crianças.

ODS relacionados às metas

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1	**Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos**
INDICADORES	**Indicador 1A:** Percentual de crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo, conforme o calendário nacional de imunização. **Indicador 2B:** Taxa de cobertura vacinal por tipo de vacina (BCG, pentavalente, poliomielite, tríplice viral etc.) no grupo etário de 0 a 5 anos.
ESTRATÉGIAS	1.1. Registrar de forma adequada as doses de vacinas aplicadas no dia em nossos sistemas de informação; 1.2. Realizar a busca ativa dos faltosos, através de visitas domiciliares, consultas e grupos educativos; 1.3. Monitorar a caderneta de vacina das crianças e vacinar nas escolas, quando necessário, a fim de aumentar a cobertura vacinal acompanhado do monitoramento da caderneta da criança.
PREVISÃO	Imediato
RESPONSÁVEIS	Equipe de imunização Departamento Municipal de Educação Conselho Tutelar Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) Conselho Municipal da Saúde (CMS)

META 2	**Reduzir a desnutrição e obesidade de gestantes e crianças de 0 a 6 anos**
INDICADORES	**Indicador 2A:** Percentual de gestantes e crianças de 0 a 6 anos acompanhadas com estado nutricional adequado, segundo os parâmetros do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). **Indicador 2B:** Taxa de prevalência de desnutrição (baixo peso/baixo IMC para a idade) e de excesso de peso/obesidade, entre gestantes e crianças de 0 a 6 anos, com base em dados coletados nas unidades básicas de saúde.
ESTRATÉGIAS	2.1. Intensificar o incentivo e apoio ao aleitamento materno nas consultas de pré-natal, de puericultura, visitas domiciliares agentes comunitárias e em toda rede de saúde; 2.2. Capacitar 100% das equipes de atenção básica para a promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável; 2.3. Monitorar o estado nutricional da população atendida na atenção básica: abrangência de 80% de crianças de 0 a

	6 anos para marcadores antropométricos e 80% para informação de aleitamento materno em crianças de 0 a 1 anos, dessa população; 2.4. Realizar monitoramento efetivo das crianças desnutridas e obesas, através do Projeto de avaliação nutricional e alimentação saudável nas escolas e encaminhar para consulta médica e nutricional.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Equipe da Atenção Primária Equipe de nutrição escolar

META 3	**Prevenir a gravidez precoce na adolescência**
INDICADORES	**Indicador 3A:** Taxa de gestação em adolescentes de 10 a 19 anos, por mil habitantes da mesma faixa etária. **Indicador 3B:** Número de ações educativas, oficinas e campanhas preventivas sobre saúde sexual e reprodutiva realizadas anualmente nas escolas e unidades de saúde.
ESTRATÉGIAS	3.1. Trabalhar junto a todas as equipes de atenção primária o fortalecimento de vínculo com os adolescentes; 3.2. Acolher de forma adequada o adolescente na atenção básica; 3.3. Divulgar e facilitar acesso à informação e aos mais diversos métodos anticoncepcionais oferecidos; 3.4. Trabalhar os direitos sexuais e reprodutivos no Programa Saúde na Escola.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Equipe da Atenção Primária Departamento Municipal de Educação – unidades escolares Conselho Tutelar Departamento de Desenvolvimento Social Setor de comunicação da prefeitura

META 4	Manter zerado nossa taxa de índice de mortalidade materno infantil
INDICADORES	**Indicador 4A:** Taxa de mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano por mil nascidos vivos). **Indicador 4B:** Taxa de mortalidade materna (óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos), com acompanhamento sistemático de causas evitáveis.

ESTRATÉGIA	4.1. Aumentar o acesso à informação, trabalhar de forma efetiva o planejamento familiar, aumentar o acesso aos diversos métodos anticoncepcionais disponíveis na rede; 4.2. Realizar busca ativa que garanta a captação precoce (até a 12ª semana) das gestantes para iniciar o pré-natal; 4.3. Realizar sete ou mais consultas de pré-natal para 80% das gestantes; 4.4. Realizar a primeira consulta do recém-nascido na atenção básica ou em visita puerperal em domicílio em até 7 dias após o nascimento.
PREVISÃO	Imediato
RESPONSÁVEIS	Equipe da Atenção Primária Setor de comunicação da prefeitura

META 5	**Garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade a gestantes e crianças de 0 a 6 anos**
INDICADORES	**Indicador 5A:** Percentual de gestantes com, no mínimo, seis consultas de pré-natal realizadas. **Indicador 5B:** Percentual de crianças de 0 a 6 anos acompanhadas regularmente pela Atenção Primária à Saúde (consultas, vacinação, crescimento e desenvolvimento).
ESTRATÉGIAS	5.1. Garantir acesso às consultas de pré-natal através de agendamento prévio e demanda espontânea conforme a necessidade da gestante; 5.2. Acolher e garantir acesso oportuno e rápido a consulta a todas as crianças sempre que necessário; 5.3. Manter a qualidade de nossos atendimentos, acolhendo a gestante, criança e família em todas suas necessidades; 5.4. Ofertar e garantir acesso a exames complementares para todas as gestantes e crianças que tiverem necessidade; 5.5. Encaminhar a gestante para pré-natal de alto risco em tempo oportuno sempre que necessário.
PREVISÃO	Imediato
RESPONSÁVEIS	Equipe da Atenção Primária

META 6	**Reduzir os casos de sífilis durante a gestação**
INDICADORES	**Indicador 6A:** Taxa de detecção de sífilis gestacional por mil nascidos vivos. **Indicador 6B:** Percentual de gestantes testadas para sífilis no pré-natal e tratadas conforme protocolo clínico.

ESTRATÉGIAS	6.1. Captar precocemente as gestantes com sífilis no pré-natal (até a 12ª semana de gestação); 6.2. Realizar teste rápido para sífilis para 100% das gestantes quando cadastradas no pré-natal do SUS (abertura do sis pré--natal); 6.3. Garantir tratamento adequado e intensificar a vigilância das gestantes com sífilis durante o pré-natal; 6.4. Manter sempre o estoque disponível de testes rápidos para sífilis em todas as unidades.
PREVISÃO	Imediato
RESPONSÁVEIS	Equipe da Atenção Primária

META 7	**Ofertar atendimento em saúde mental a gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias**
INDICADORES	**Indicador 1:** Número de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos atendidas em ações de saúde mental (acolhimentos, consultas psicológicas ou psiquiátricas). **Indicador 2:** Percentual de casos identificados com necessidade de intervenção em saúde mental que receberam acompanhamento contínuo pela rede de atenção psicossocial.
ESTRATÉGIAS	7.1. Fortalecer a equipe de saúde, rede de apoio na comunidade e na família para detectar precocemente o sofrimento mental das gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias em tempo oportuno; 7.2. Encaminhar aos serviços de saúde mental (CAPS municipal, Caism, especialidades do município (apoio psicológico ou atendimento psiquiátrico).
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Equipe da Atenção Primária Conselho Tutelar Departamento Municipal de Desenvolvimento Social

META 8	**Diminuir os índices de crianças com dentes cariados, perdidos e obturados**
INDICADORES	**Indicador 8A:** Índice médio de CPO-D (dentes cariados, perdidos e obturados) em crianças de 5 e 12 anos, conforme metodologia do Ministério da Saúde. **Indicador 8B:** Percentual de crianças de 0 a 6 anos com atendimento odontológico preventivo realizado nos últimos 12 meses.

ESTRATÉGIAS	8.1. Intensificar as ações educativas de saúde bucal nas escolas (Projeto Boquinha saudável); 8.2. Sensibilizar pais e responsáveis sobre importância de levar as crianças para avaliação odontológica preventiva e quando necessário para tratamento (dor); 8.3. Intensificar as ações curativas em todas as unidades.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Equipe de Saúde Bucal Departamento Municipal de Educação – Unidades escolares Pais e responsáveis

META 9	**Ampliar ações educativas, fortalecendo os projetos existentes e implantando novos projetos relacionados à saúde da criança**
INDICADORES	**Indicador 9A:** Número de projetos e ações educativas desenvolvidos anualmente voltados à promoção da saúde infantil. **Indicador 9B:** Percentual de escolas, creches e unidades de saúde participantes de programas intersetoriais de educação em saúde voltados à primeira infância.
ESTRATÉGIAS	9.1. Fortalecer projeto Boquinha Saudável e Primeiros Olhares; 9.2. Implantar Projeto de triagem auditiva nas escolas.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Equipe da Atenção Primária Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Educação

EIXO TEMÁTICO III:
SEGURANÇA E PROTEÇÃO À CRIANÇA

O Eixo Temático “Segurança e Proteção à Criança” apresenta um conjunto de metas relacionado à garantia dos direitos e a promoção da dignidade das crianças em seus primeiros anos de vida, as quais traduzem a compreensão de que a proteção da infância é um dever coletivo e intersetorial, exigindo ações coordenadas entre as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura e justiça, para assegurar que toda criança cresça em um ambiente seguro, acolhedor e livre de negligência, violência ou exclusão.

As metas e estratégias previstas dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, em especial com o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ao fortalecer a proteção social das famílias com crianças pequenas, prevenindo a reprodução intergeracional da pobreza e assegurando o acesso a direitos básicos, como renda, alimentação, moradia e cuidado. Relaciona-se também ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ao promover políticas preventivas de saúde integral da gestante e da criança, que reduzem vulnerabilidades e fortalecem os vínculos familiares e comunitários.

A dimensão formativa deste eixo conecta-se ao ODS 4 (Educação de Qualidade), na medida em que propõe capacitações e ações intersetoriais voltadas à qualificação dos profissionais que atuam diretamente com a primeira infância. Esse investimento em formação amplia o olhar sensível e técnico sobre a criança, garantindo um atendimento humanizado e eficiente. Em sintonia com o ODS 5 (Igualdade de Gênero), o eixo valoriza as ações de apoio à maternidade e à parentalidade compartilhada, fortalecendo o papel da mulher com autonomia, proteção social e corresponsabilidade no cuidado.

De forma transversal, as metas convergem para o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao assegurar equidade no acesso aos direitos e priorizar o atendimento às famílias e crianças em maior situação de vulnerabilidade, e para o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao reafirmar o papel do Estado na proteção da infância e na articulação entre políticas públicas que garantam ambientes seguros e promotores de direitos.

ODS relacionados às metas

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1	**Garantir que 100% das famílias atendidas pelo CRAS receba orientação sobre práticas de cuidado e fortalecimento do vínculo familiar.**
INDICADORES	**Indicador 1A:** Percentual de famílias acompanhadas pelo CRAS que participaram de ações ou encontros de orientação familiar. **Indicador 1B:** Número de atividades formativas e grupos de convivência realizados sobre vínculos familiares e cuidados parentais.
ESTRATÉGIAS	1.1. Realizar oficinas de educação parental com foco em práticas de cuidado, comunicação familiar e desenvolvimento infantil; 1.2. Executar visitas domiciliares periódicas para acompanhamento individualizado das famílias, promovendo apoio e escuta qualificada.; 1.3. Desenvolver ações de orientação e sensibilização sobre direitos da criança, prevenção de violências e fortalecimento das relações familiares; 1.4. Promover ações intersetoriais com Saúde e Educação, assegurando suporte integral às famílias em vulnerabilidade social.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Centro de Referência da Assistência Social Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Educação Conselho Tutelar

META 2	Promover encontros e atividades familiares para, pelo menos, 80% das crianças de 0 a 6 anos atendidas nos serviços socioassistenciais.
INDICADOR	**Indicador 2A:** Percentual de crianças de 0 a 6 anos atendidas em serviços socioassistenciais cujas famílias participam de encontros, oficinas ou eventos familiares. **Indicador 2B:** Número total de encontros e oficinas familiares promovidos anualmente.
	2.1. Organizar encontros familiares e grupos de convivência, com atividades que valorizem o

ESTRATÉGIAS	diálogo, o afeto e a corresponsabilidade na educação das crianças; 2.2. Realizar oficinas e atividades lúdicas intergeracionais em centros comunitários, escolas e espaços públicos, estimulando a interação entre família e infância; 2.3. Desenvolver campanhas e ações de sensibilização sobre a importância da presença e do vínculo familiar no desenvolvimento integral da criança; 2.4. Integrar as ações com as políticas de Educação, Saúde e Assistência Social, garantindo acompanhamento e apoio continuado às famílias participantes.
PREVISÃO	Médio prazo
RESPONSÁVEIS	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde

META 3	**Capacitar 100% dos profissionais da assistência social, educação infantil e saúde sobre primeira infância até o final do plano.**
INDICADOR	**Indicador 3A:** Percentual de profissionais capacitados sobre temas da primeira infância em relação ao total de servidores ativos nas três áreas.
ESTRATÉGIAS	3.1. Promover formações continuadas intersetoriais, abordando aspectos do desenvolvimento infantil, proteção integral e práticas humanizadas de cuidado; 3.2. Oferecer cursos, palestras e oficinas temáticas com especialistas e instituições parceiras, fortalecendo o conhecimento técnico e científico das equipes; 3.3. Incentivar a troca de experiências e boas práticas entre os profissionais das diferentes áreas, por meio de encontros, seminários e grupos de trabalho; 3.4. Avaliar periodicamente os resultados das capacitações, assegurando a aplicação prática dos conteúdos e o aprimoramento dos serviços prestados.
PREVISÃO	Até o final de vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Educação

META 4	Implementar programas de orientação para 90% das gestantes e famílias de crianças de 0 a 6 anos.
INDICADORES	**Indicador 4A:** Percentual de gestantes e famílias com crianças pequenas que participam de programas de orientação sobre desenvolvimento infantil, saúde e parentalidade positiva. **Indicador 4B:** Número de encontros ou ações educativas realizadas no período.
ESTRATÉGIAS	4.1. Realizar palestras, oficinas e workshops educativos sobre parentalidade responsável, desenvolvimento infantil e cuidados na primeira infância; 4.2. Incentivar a participação ativa de pais e mães desde a gestação, promovendo ações que valorizem o envolvimento paterno e materno no cuidado cotidiano; 4.3. Desenvolver materiais informativos e campanhas de conscientização sobre o papel da família na formação emocional e social da criança; 4.4. Articular ações intersetoriais entre Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, integrando os programas de gestantes, grupos familiares e ações comunitárias.
PREVISÃO	Curto Prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Educação

META 5	**Identificar e encaminhar todas as famílias em situação de vulnerabilidade para benefícios e serviços adequados.**
INDICADORES	**Indicador 5A:** Percentual de famílias vulneráveis identificadas e inseridas em programas de transferência de renda ou serviços de acompanhamento. **Indicador 5B:** Tempo médio entre a identificação e o encaminhamento efetivo para atendimento.
ESTRATÉGIAS	5.1. Realizar busca ativa e mapeamento territorial contínuo para identificação de famílias em vulnerabilidade social e risco pessoal;

	5.2. Encaminhar as famílias identificadas aos programas e benefícios disponíveis, como Bolsa Família, VivaLeite, BPC e auxílios eventuais. 5.3. Garantir acompanhamento técnico e psicossocial das famílias pelos CRAS, promovendo inclusão produtiva e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; 5.4. Articular ações intersetoriais entre Desenvolvimento Social, Educação e Saúde, visando respostas integradas e sustentáveis às situações de vulnerabilidade.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Educação

META 6	**Garantir que 100% dos casos suspeitos de negligência ou violência infantil sejam acompanhados e encaminhados pelo CRAS e Conselho Tutela**
INDICADORES	**Indicador 6A:** Percentual de casos notificados de negligência, violência ou abuso infantil que receberam acompanhamento intersetorial. **Indicador 6B:** Número de encaminhamentos realizados e acompanhamentos concluídos com plano de ação definido.
ESTRATÉGIAS	6.1. Realizar campanhas educativas permanentes de conscientização sobre prevenção e denúncia de casos de violência e negligência infantil; 6.2. Capacitar profissionais da educação, saúde e assistência social para identificação precoce de sinais de abuso, negligência e outras violações de direitos; 6.3. Fortalecer o fluxo intersetorial de encaminhamento e acompanhamento entre CRAS, Conselho Tutelar, Saúde, Educação e Ministério Público; 6.4. Garantir acompanhamento psicossocial das vítimas e das famílias, assegurando atendimento humanizado e continuidade das ações protetivas.
PREVISÃO	Médio prazo
RESPONSÁVEIS	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Conselho Tutelar Departamento Municipal de Segurança

	Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

META 7	**Acompanhar 100% das gestantes cadastradas, garantindo atendimento pré-natal, orientações e participação em grupos**
INDICADORES	**Indicador 7A:** Percentual de gestantes com acompanhamento pré-natal completo e registro de orientações recebidas. **Indicador 7B:** Número médio de encontros e grupos de gestantes realizados por semestre.
ESTRATÉGIAS	7.1. Realizar visitas domiciliares periódicas, assegurando o acompanhamento integral das gestantes e o encaminhamento adequado aos serviços de saúde; 7.2. Promover grupos de gestantes com encontros regulares, abordando temas sobre gestação, parto, puerpério, aleitamento materno e cuidados com o bebê; 7.3. Oferecer orientações sobre saúde, nutrição e direitos da gestante, fortalecendo a autonomia e o acesso à informação; 7.4. Estabelecer articulação entre a Secretaria de Saúde e o CRAS, garantindo atendimento intersetorial e suporte social às gestantes em situação de vulnerabilidade.
PREVISÃO	ANUALMENTE
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Saúde

META 8	**Ampliar a cobertura dos serviços socioassistenciais do município, com novas parcerias e serviços até o final do plano.**
INDICADOR	**Indicador 8A:** Número de novas parcerias e serviços socioassistenciais criados durante a vigência do plano. **Indicador 8B:** Percentual de aumento da cobertura territorial e populacional dos serviços ofertados.
ESTRATÉGIAS	8.1. Implantar novos serviços socioassistenciais conforme diagnóstico das demandas territoriais e das vulnerabilidades identificadas; 8.2. Fortalecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), ampliando a oferta de programas e projetos voltados à primeira infância e às famílias em vulnerabilidade;

	8.3. Expandir a capacidade de atendimento dos CRAS, garantindo equipe técnica adequada e cobertura em todas as áreas do município; 8.4. Buscar captação de recursos estaduais e federais, além de parcerias institucionais, para sustentação e ampliação da rede socioassistencial.
PREVISÃO	Longo prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Organização da Sociedade Civil

META 9	**Distribuir leite e garantir acompanhamento nutricional para todas as crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses de famílias que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo programa**
INDICADOR	**Indicador 9A:** Percentual de crianças beneficiárias que recebem regularmente o leite e participam do acompanhamento nutricional.
ESTRATÉGIAS	9.1. Realizar o mapeamento ativo das famílias não cadastradas com perfil para recebimento do benefício, em parceria com o CRAS e unidades de saúde; 9.2. Divulgar amplamente o programa nas escolas, unidades de saúde e meios comunitários, incentivando a adesão das famílias elegíveis; 9.3. Garantir a distribuição regular do leite e o acompanhamento nutricional das crianças beneficiárias, com registro e controle contínuo; 9.4. Articular o Programa VivaLeite com outras ações de segurança alimentar e nutricional, fortalecendo o impacto social e educativo da política pública.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Saúde Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Governos municipal e estadual

META 10	**Atualizar e monitorar 100% dos cadastros de famílias com crianças pequenas, assegurando cumprimento das condicionalidades**

INDICADOR	**Indicador 9A:** Percentual de cumprimento das condicionalidades (saúde, educação, vacinação e acompanhamento familiar).
ESTRATÉGIAS	10.1. Realizar atualização contínua dos cadastros das famílias com crianças pequenas, garantindo a veracidade das informações e a manutenção dos benefícios; 10.2. Monitorar o cumprimento das condicionalidades de saúde e educação, em articulação entre as secretarias responsáveis; 10.3. Orientar as famílias sobre seus direitos e deveres, promovendo encontros informativos e campanhas de conscientização; 10.4. Fortalecer o trabalho intersetorial entre as equipes do CadÚnico, Educação e Saúde para aprimorar o acompanhamento integral das famílias beneficiárias.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Departamento Municipal de Desenvolvimento Social

META 11	**Realizar reuniões trimestrais entre saúde, educação e assistência social para definição e acompanhamento das ações integradas.**
INDICADOR	**Indicador 11A:** Número de reuniões intersetoriais realizadas por ano. **Indicador 11B:** Percentual de encaminhamentos ou deliberações das reuniões efetivamente executados.
ESTRATÉGIAS	11.1. Promover reuniões trimestrais intersetoriais, com registro de pautas, decisões e encaminhamentos conjuntos; 11.2. Elaborar planos de ação integrados, com metas compartilhadas entre as secretarias e definição de responsabilidades específicas; 11.3. Monitorar os resultados das ações intersetoriais, avaliando impactos e aprimorando fluxos de comunicação entre os setores; 11.4. Incentivar a troca de informações e boas práticas entre as equipes técnicas, fortalecendo a rede de proteção e promoção do desenvolvimento integral da criança.
PREVISÃO	Médio prazo

RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Educação

META 12	**Identificar e encaminhar 100% das crianças em situação de trabalho infantil para proteção e reinserção educacional**
INDICADORES	**Indicador 12A:** Percentual de casos de trabalho infantil identificados e encaminhados para proteção e reinserção escolar. **Indicador 12B:** Tempo médio entre identificação e atendimento do caso.
ESTRATÉGIAS	12.1. Fiscalização, campanhas educativas, acompanhamento de famílias em situação de risco; 12.2. Realizar busca ativa intersetorial envolvendo Educação, Assistência Social, Saúde e Conselho Tutelar para identificar casos de trabalho infantil no município; 12.3. Manter atualizado um sistema de registro e monitoramento dos casos identificados, respeitando a confidencialidade e o sigilo das informações; 12.4. Garantir atendimento prioritário às famílias em situação de vulnerabilidade por meio dos serviços socioassistenciais (CRAS e programas de transferência de renda); 12.5. Fortalecer a articulação com o Ministério Público, Conselho Tutelar e rede de proteção para acompanhamento dos casos e responsabilização de situações reincidentes; 12.6. Desenvolver projetos de reinserção escolar e acompanhamento pedagógico individualizado das crianças afastadas do trabalho.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Conselho Tutelar Ministério Público Governo Municipal Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

META 13	**Garantir que todas as crianças com deficiência elegíveis sejam cadastradas e acompanhadas para acesso ao benefício.**
INDICADORES	**Indicador 13A:** Percentual de crianças com deficiência cadastradas no Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou programas correlatos.
ESTRATÉGIAS	13.1. Realizar o mapeamento ativo das crianças com deficiência por meio da articulação entre escolas, unidades de saúde e CRAS; 13.2. Oferecer orientação às famílias sobre os direitos sociais e os critérios de acesso ao BPC, fortalecendo a inclusão e a proteção social; 13.3. Acompanhar de forma intersetorial os processos de solicitação e manutenção do benefício, garantindo atualização constante dos cadastros; 13.4. Promover ações de formação continuada para profissionais da rede municipal sobre o atendimento a crianças com deficiência e os procedimentos de encaminhamento ao BPC.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Departamento Municipal de Desenvolvimento Social

META 14	**Capacitar 100% dos profissionais de serviços de acolhimento em proteção infantil, primeiros socorros e desenvolvimento infantil.**
INDICADORES	**Indicador 14A:** Percentual de profissionais dos serviços de acolhimento capacitados nas temáticas de proteção, primeiros socorros e desenvolvimento. **Indicador 14B:** Número de ações formativas realizadas no período.
ESTRATÉGIAS	14.1. Promover formações continuadas e oficinas práticas sobre proteção infantil, protocolos de segurança e primeiros socorros em situações emergenciais; 14.2. Realizar encontros intersetoriais com profissionais da saúde, assistência social e educação para ampliar o olhar sobre o desenvolvimento e o cuidado integral da criança acolhida; 14.3. Disponibilizar materiais orientativos e guias de boas práticas, fortalecendo o conhecimento técnico e o acolhimento humanizado;

	14.4. Estabelecer parceria com órgãos de proteção, conselhos e instituições de ensino, garantindo atualização constante das formações e acompanhamento técnico das equipes.
PREVISÃO	Até o final de vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Desenvolvimento Social

META 15	**Acompanhar 100% das gestantes cadastradas, garantindo atendimento pré-natal, orientações e participação em grupos**
INDICADORES	**Indicador 15A:** Percentual de gestantes com acompanhamento pré-natal completo e registro de orientações recebidas. **Indicador 15B:** Número médio de encontros e grupos de gestantes realizados por semestre.
ESTRATÉGIAS	15.1. Realizar visitas domiciliares periódicas, assegurando o acompanhamento integral das gestantes e o encaminhamento adequado aos serviços de saúde; 15.2. Promover grupos de gestantes com encontros regulares, abordando temas sobre gestação, parto, puerpério, aleitamento materno e cuidados com o bebê; 15.3. Oferecer orientações sobre saúde, nutrição e direitos da gestante, fortalecendo a autonomia e o acesso à informação; 15.4. Estabelecer articulação entre a Secretaria de Saúde e o CRAS, garantindo atendimento intersetorial e suporte social às gestantes em situação de vulnerabilidade.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Departamento Municipal de Saúde

META 16	**Implementar e monitorar 100% dos programas federais e estaduais voltados à primeira infância em regime de colaboração.**
INDICADORES	**Indicador 16A:** Percentual de programas federais e estaduais voltados à primeira infância efetivamente implantados e em funcionamento no município, em relação ao total de programas disponíveis para adesão. **Indicador 16B:** Percentual de programas implementados que possuem monitoramento intersetorial ativo, com relatórios periódicos de execução e avaliação de resultados elaborados em parceria entre as secretarias municipais envolvidas (educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, entre outras).
ESTRATÉGIAS	16.1. Implementar e acompanhar a execução dos programas federais e estaduais voltados à primeira infância, assegurando adesão integral do município; 16.2. Monitorar as metas e indicadores de cada programa, garantindo o cumprimento dos objetivos e a melhoria dos resultados educacionais; 16.3. Realizar a prestação de contas e relatórios periódicos de forma transparente e alinhada às diretrizes dos órgãos estaduais e federais; 16.4. Fortalecer o diálogo e a cooperação técnica entre Município, Estado e União, visando o compartilhamento de boas práticas, recursos e formações voltadas à primeira infância.
PREVISÃO	Até o final de vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Educação Governos municipal, estadual e federal

Eixo temático IV:
A CRIANÇA E O DIREITO DE BRINCAR

O Eixo Temático “A Criança e o Direito de Brincar” posiciona o brincar como um direito essencial e inalienável da infância, conforme assegurado pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*, pela *Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Currículo Paulista (CP), Currículo Municipal* e pelos princípios da *Agenda 2030*. Nesse contexto, o brincar é compreendido não apenas como uma atividade lúdica, mas como uma forma de aprender, de conviver e de ser no mundo, constituindo-se como fundamento do desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais e simbólicos.

As metas deste eixo dialogam com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reafirmando o compromisso de Holambra com a construção de uma cidade que respeita, valoriza e potencializa a infância. Em consonância com o ODS 4 (Educação de Qualidade), o brincar é reconhecido como um caminho privilegiado para a aprendizagem significativa, pois permite que as crianças explorem o mundo por meio da curiosidade, da imaginação e da experimentação. Ao mesmo tempo, o ODS 10 (Redução das Desigualdades) é materializado quando o município assegura que todas as crianças tenham acesso equitativo a espaços e oportunidades de brincar, sem distinções de origem, gênero, condição física ou social.

Essas metas também se vinculam ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao promover o planejamento urbano com foco na infância, que prioriza praças, parques e espaços de convivência acessíveis, seguros e estimulantes, garantindo o direito das crianças à cidade e à ocupação criativa dos espaços públicos. Tal compromisso se articula ao ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e ao ODS 15 (Vida Terrestre), ao incentivar práticas que unem o brincar à natureza, estimulando o contato com ambientes verdes e o desenvolvimento de uma consciência ambiental desde cedo.

Além disso, o eixo enfatiza a dimensão intersetorial e colaborativa da política pública, em sintonia com o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), convocando diferentes setores da administração pública a atuarem de forma integrada para transformar Holambra em uma “Cidade do Brincar”, onde cada espaço se converte em território educativo, inclusivo e afetivo.

ODS relacionados às metas

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1	Assegurar o Direito ao Brincar aos bebês e crianças
INDICADORES	**Indicador 1ª:** Percentual de unidades de Educação Infantil e demais equipamentos públicos (como CRAS e unidades de saúde) que promovem atividades regulares de brincadeira livre e mediada. **Indicador 1B:** Número médio de atividades lúdicas planejadas por semana nas instituições voltadas à primeira infância. **Indicador 1C:** Percentual de famílias que relatam oportunidades adequadas de brincar para as crianças, conforme pesquisa local de satisfação ou escuta comunitária.
ESTRATÉGIAS	1.1. Oportunizar espaços e tempos que favoreçam as brincadeiras, nas unidades escolares e em diferentes espaços na cidade; 1.2. Preservar os espaços lúdicos, culturais e de lazer para aumentar gradualmente a oferta; 1.3. Disseminar a organização de brinquedotecas nas escolas; 1.4. Preservar os espaços destinados a primeira infância, com a contribuição das famílias; 1.5. Incluir os conteúdos, informações e práticas lúdicas nos programas de formação continuada de professores e profissionais que atuam com crianças de até 6 anos
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Obras

META 2	Realizar um mapeamento dos espaços públicos urbanos e rurais do município (praças, parques, áreas de lazer e convivência), identificando condições estruturais, de segurança e de acessibilidade, com o objetivo de planejar ações de revitalização e criação de novos ambientes voltados à infância.
INDICADORES	**Indicador 2A:** Existência de mapeamento municipal dos espaços públicos voltados à infância (sim/não). **Indicador 2B:** Percentual de praças, parques e áreas de lazer diagnosticadas quanto à segurança, acessibilidade e adequação ao brincar infantil.
	2.1. Levantar e georreferenciar todos os espaços públicos existentes no município, incluindo zonas urbanas e rurais;

META 2	Realizar um mapeamento dos espaços públicos urbanos e rurais do município (praças, parques, áreas de lazer e convivência), identificando condições estruturais, de segurança e de acessibilidade, com o objetivo de planejar ações de revitalização e criação de novos ambientes voltados à infância.
INDICADORES	**Indicador 2A:** Existência de mapeamento municipal dos espaços públicos voltados à infância (sim/não). **Indicador 2B:** Percentual de praças, parques e áreas de lazer diagnosticadas quanto à segurança, acessibilidade e adequação ao brincar infantil.
ESTRATÉGIAS	2.2. Elaborar diagnóstico técnico com registro fotográfico e avaliação dos itens de segurança, acessibilidade e adequação à faixa etária infantil; 2.3. Promover consultas públicas e escutas com famílias, escolas e conselhos municipais sobre as necessidades e prioridades de cada território; 2.4. Definir plano de revitalização dos espaços com base no diagnóstico, priorizando áreas com maior concentração de crianças; 2.5. Buscar parcerias com setores públicos e privados para implementação das ações de melhoria e criação de novos espaços.
PREVISÃO	Curto Prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Departamento Municipal de Meio Ambiente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

META 3	Garantir que os projetos de construção e reforma de praças, parques e demais equipamentos públicos contemplem critérios de acessibilidade, segurança e estímulo ao brincar, assegurando o uso por todas as crianças, independentemente de idade, condição física ou local de residência.
INDICADOR	**Indicador 3A:** Existência de projetos de construção e reforma de espaços públicos que incorporam critérios de acessibilidade e estímulo ao brincar.
ESTRATÉGIAS	3.1. Percentual de projetos de construção e reforma de praças, parques e equipamentos públicos que atendem aos critérios de acessibilidade, segurança e estímulo ao brincar; 3.2. Inserir diretrizes de acessibilidade e inclusão nos editais e projetos arquitetônicos de obras públicas; 3.3. Adotar normas técnicas de acessibilidade e segurança em todos os projetos voltados à infância;

PREVISÃO	Curto Prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano

META 4	Implantar e revitalizar espaços públicos destinados ao brincar infantil, com estruturas lúdicas, sombreadas, seguras e integradas à natureza, promovendo o encontro entre as crianças e suas famílias e fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território.
INDICADORES	**Indicador 4A:** Número de espaços públicos destinados ao brincar infantil implantados ou revitalizados durante a vigência do plano. **Indicador 4B:** Percentual de bairros com pelo menos um espaço público adequado para o brincar e a convivência familiar. **Indicador 4C:** Grau de satisfação das famílias e crianças com a qualidade dos espaços lúdicos (aferido por consulta ou pesquisa municipal).
ESTRATÉGIAS	4.1. Identificar áreas prioritárias em bairros urbanos e comunidades rurais para implantação e revitalização de espaços de brincar; 4.2. Garantir que os espaços incluam áreas sombreadas, bancos e pontos de descanso acessíveis para famílias e cuidadores; 4.3. Estimular o envolvimento da comunidade local na construção, manutenção e uso dos espaços, promovendo ações de pertencimento e corresponsabilidade; 4.4. Buscar parcerias com empresas locais, conselhos municipais e entidades da sociedade civil para apoio à execução e manutenção dos espaços;
PREVISÃO	Médio Prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Departamento Municipal de Meio Ambiente Comunidade em geral

META 5	Disponibilizar materiais e brinquedos lúdicos nas escolas, unidades de saúde e demais equipamentos públicos (como CRAS e bibliotecas), ampliando as possibilidades de exploração, imaginação e convivência das crianças durante os atendimentos e momentos de espera.

INDICADORES	**Indicador 5A:** Percentual de equipamentos públicos que dispõem de brinquedos, materiais lúdicos ou espaços interativos para as crianças. **Indicador 5B:** Frequência de reposição, manutenção ou renovação dos acervos lúdicos.
ESTRATÉGIAS	5.1. Levantar e identificar os espaços públicos que recebem crianças regularmente (salas de espera, bibliotecas, áreas externas e pátios); 5.2. Definir critérios e orientações para seleção de brinquedos e materiais seguros, educativos e adequados às diferentes idades; 5.3. Criar kits lúdicos e cantinhos do brincar para uso nos equipamentos públicos, priorizando os locais de maior circulação infantil; 5.4. Promover formações para servidores das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social sobre o valor pedagógico e emocional do brincar; 5.5. Estabelecer parcerias com grupos comunitários e empresas locais para doação e manutenção dos materiais; 5.6. Monitorar o uso e conservação dos brinquedos, garantindo a reposição periódica e a segurança dos usuários.
PREVISÃO	Médio Prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Educação Setor de compras da prefeitura Departamento Municipal de Saúde

META 6	Incentivar vivências lúdicas no interior das modalidades esportivas, articulando o brincar ao movimento corporal e às práticas de esporte e lazer, de forma a respeitar os ritmos, interesses e expressões próprias da infância.
INDICADORES	**Indicador 6A:** Número de eventos e atividades esportivas com enfoque lúdico realizadas anualmente. **Indicador 6B:** Índice de participação das crianças de 0 a 6 anos nas ações esportivas e recreativas promovidas pelo município.

ESTRATÉGIAS	6.1 Inserir a abordagem lúdica nas atividades esportivas desenvolvidas com crianças de 0 a 6 anos nos programas municipais; 6.2 Capacitar instrutores, professores e monitores de esporte e lazer para o trabalho com metodologias que valorizem o brincar e a livre expressão corporal; 6.3 Promover ações intersetoriais entre Educação, Esporte e Cultura para desenvolver eventos, festivais e oficinas de jogos e brincadeiras tradicionais; 6.4 Criar espaços e materiais que incentivem a experimentação de movimentos variados (correr, pular, equilibrar, escalar, arremessar) de forma espontânea e segura; 6.5 Integrar atividades esportivas com propostas educativas e culturais, reforçando o prazer do movimento, a cooperação e o respeito às diferenças; 6.6 Garantir a inclusão de crianças com deficiência nas atividades, com adaptações necessárias de materiais e espaços.
PREVISÃO	Médio Prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Esportes Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano

META 7	Instituir o Programa Municipal “Holambra Cidade do Brincar”, articulando políticas públicas de urbanismo, educação, cultura, esporte e meio ambiente, com o objetivo de transformar os espaços públicos em territórios educativos, inclusivos e afetivos, que garantam o direito ao brincar e à convivência comunitária.
INDICADORES	**Indicador 7A:** Programa “Holambra Cidade do Brincar” instituído e em funcionamento (sim/não). **Indicador 7B:** Grau de participação comunitária nas ações do programa (número de famílias, escolas e organizações envolvidas).

ESTRATÉGIAS	7.1. Elaborar e aprovar, por decreto municipal, a criação do Programa “Holambra Cidade do Brincar”, com definição de objetivos, eixos de ação e instâncias de gestão; 7.2. Integrar departamentos municipais (Educação, Obras, Cultura, Esporte, Meio Ambiente e Promoção Social) em um comitê gestor do programa; 7.3. Mapear e planejar intervenções em praças, parques, áreas de lazer e vias públicas, priorizando ambientes acessíveis, seguros e verdes; 7.4. Desenvolver campanhas de sensibilização e mobilização da comunidade sobre a importância do brincar livre, da natureza e da convivência comunitária.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Esportes Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Municipal de Obras e Planejamento Urbano Governo Municipal Poder Legislativo

Eixo temático V:
A CRIANÇA E O CONSUMISMO

As metas que compõem este eixo estão alinhadas, especialmente aos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), 15 (Vida Terrestre) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Ao apontar em metas o consumo responsável, objetiva-se formar uma consciência crítica desde a infância, estimulando o discernimento diante das influências publicitárias e das dinâmicas de mercado que associam valor e felicidade à posse de bens materiais. Essa formação crítica se consolida por meio de ações que favoreçam o diálogo, a reflexão e a experimentação, aproximando as crianças de noções de sustentabilidade, solidariedade e respeito ao meio ambiente — princípios que se articulam diretamente ao ODS 12.

As metas também reconhecem que o consumismo e o uso abusivo de telas têm produzido impactos significativos sobre a saúde física e mental das crianças, contribuindo para o sedentarismo, a ansiedade e os distúrbios alimentares. Dessa forma, as ações visam promover o bem-estar físico, emocional e social, em consonância com o ODS 3, valorizando experiências de vida que priorizem o brincar, o convívio, o movimento e o vínculo afetivo como fundamentos de uma infância saudável e plena.

Ao fomentar a educação crítica e reflexiva (ODS 4), o eixo favorece o desenvolvimento da autonomia intelectual e ética de crianças e famílias, capacitando-as para compreender e questionar as relações entre consumo, desigualdade e sustentabilidade. Assim, o enfrentamento ao consumismo não se limita à restrição do consumo em si, mas à promoção de valores humanos, culturais e solidários, que colocam a vida, o cuidado e o coletivo acima da lógica mercadológica (ODS 10), que busca reduzir desigualdades e assegurar oportunidades justas a todos.

Além disso, ao incentivar o reaproveitamento, o consumo sustentável e a preservação ambiental, o eixo contribui para a formação de uma consciência ecológica e de responsabilidade planetária, em coerência com os ODS 13 e 15, que visam enfrentar as mudanças climáticas e proteger os ecossistemas terrestres. Por fim, o caráter intersetorial e colaborativo das metas evidencia a importância das parcerias entre o poder público, a sociedade civil e as famílias (ODS 17), de modo que a transformação dos hábitos de consumo e das práticas educativas ocorra de forma participativa e contínua.

ODS relacionados às metas

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1	Promover ações educativas intersetoriais voltadas à conscientização das famílias e educadores sobre os impactos do consumismo infantil, abordando temas como o excesso de telas, publicidade direcionada às crianças e hábitos de consumo responsáveis.
INDICADORES	**Indicador 1A:** Número de ações intersetoriais (palestras, oficinas, campanhas, rodas de conversa) realizadas anualmente sobre consumismo infantil e uso consciente de tecnologias. **Indicador 1B**: Percentual de famílias e educadores participantes das ações em relação ao público-alvo estimado.
ESTRATÉGIAS	1.1. Realizar campanhas educativas e encontros formativos com famílias e educadores, promovendo o debate sobre o consumismo infantil, o uso equilibrado de tecnologias e o papel da mídia; Integrar as secretarias municipais de Educação, Saúde, Cultura e Assistência Social na construção de projetos e ações conjuntas voltadas à promoção de hábitos de consumo conscientes 1.2. Incluir nas práticas pedagógicas da Educação Infantil atividades reflexivas e lúdicas que abordem a sustentabilidade, o cuidado com o meio ambiente e o valor do brincar sem apelo ao consumo; 1.3. Estabelecer parcerias com instituições e especialistas que possam contribuir com palestras, oficinas e materiais educativos voltados ao tema.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Esportes Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

META 2	Elaborar e divulgar materiais informativos e campanhas municipais sobre os efeitos do tempo excessivo de exposição às telas
INDICADORES	**Indicador 2A:** Quantidade de materiais informativos (cartilhas, vídeos, folders, postagens) produzidos e divulgados anualmente.

	Indicador 2B: Alcance das campanhas (número de famílias, escolas e profissionais atingidos).
ESTRATÉGIAS	2.1. Orientar sobre limites saudáveis de uso e incentivando o brincar livre, as interações presenciais e o contato com a natureza; 2.2. Produzir materiais educativos (folders, vídeos, cartazes e conteúdos digitais) que informem famílias, educadores e a comunidade sobre os impactos físicos, emocionais e sociais do uso excessivo de telas; 2.3. Orientar sobre limites saudáveis de uso, incentivando o brincar livre, as interações presenciais e o contato com a natureza como alternativas ao tempo de tela; 2.4. Promover palestras, oficinas e rodas de conversa com profissionais da saúde, educação e psicologia, voltadas à conscientização sobre o uso equilibrado das tecnologias; 2.5. Integrar as ações de conscientização ao currículo escolar e às campanhas intersetoriais, fortalecendo o compromisso coletivo com o desenvolvimento saudável na infância.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Setor de Comunicação da prefeitura Governo Municipal

META 3	Incentivar, nas creches e pré-escolas, o uso de brinquedos não estruturados e materiais naturais ou reaproveitados, valorizando a imaginação, a criatividade e a sustentabilidade, em substituição a brinquedos industrializados e de apelo comercial.
INDICADORES	**Indicador 3A:** Percentual de unidades escolares que utilizam regularmente brinquedos não estruturados e materiais naturais nas práticas pedagógicas. **Indicador 3B:** Número de formações ou oficinas realizadas com professores sobre o uso de materiais sustentáveis e criativos.
ESTRATÉGIAS	3.1. Promover formações e orientações pedagógicas sobre o uso de brinquedos não estruturados e materiais naturais, destacando seu valor no desenvolvimento infantil e nas práticas sustentáveis;

	3.2. Organizar espaços pedagógicos criativos que privilegiem o brincar livre, a exploração de materiais diversos e o contato com a natureza; 3.3. Estimular projetos escolares de reaproveitamento de materiais, envolvendo as famílias e a comunidade na coleta e confecção de brinquedos sustentáveis; 3.4. Integrar o tema da sustentabilidade e do consumo consciente às práticas pedagógicas e aos projetos institucionais da Educação Infantil;
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Esportes Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

META 4	Fortalecer projetos de alimentação saudável em parceria com a equipe de nutrição
INDICADOR	**Indicador 4A:** Percentual de unidades escolares com cardápios atualizados e supervisionados pela equipe de nutrição conforme diretrizes do PNAE.
ESTRATÉGIAS	4.1. Promover atividades de educação alimentar e nutricional com as crianças, famílias e profissionais da rede, incentivando hábitos alimentares equilibrados desde a primeira infância; 4.2. Implantar e manter hortas escolares pedagógicas, integrando o cultivo de alimentos às práticas de aprendizagem e à sensibilização sobre sustentabilidade e alimentação natural; 4.3. Realizar feiras, oficinas e eventos educativos voltados à valorização de alimentos in natura e minimamente processados, desestimulando o consumo de ultraprocessados e bebidas açucaradas; 4.4. Fortalecer a articulação entre a Secretaria de Educação e o Departamento de Nutrição Escolar, garantindo acompanhamento técnico e apoio contínuo aos projetos nas unidades.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Esportes Departamento Municipal de Educação Equipe de nutrição escolar

META 5	Capacitar educadores, profissionais de saúde e famílias para reconhecer e intervir precocemente em comportamentos de dependência tecnológica.
INDICADORES	**Indicador 5A:** Número de capacitações realizadas sobre uso consciente da tecnologia e dependência digital. **Indicador 5B:** Percentual de profissionais e famílias formadas em relação ao total de participantes esperados.
ESTRATÉGIAS	5.1. Promover formações intersetoriais com especialistas das áreas de educação, saúde e psicologia, abordando os riscos do uso excessivo de telas e estratégias de prevenção da dependência tecnológica; 5.2. Desenvolver materiais informativos e campanhas educativas voltadas às famílias e à comunidade, incentivando o uso responsável das tecnologias e o fortalecimento das interações presenciais; 5.3. Incluir o tema nas práticas pedagógicas e reuniões escolares, orientando educadores e famílias sobre a importância do brincar, do movimento e da convivência como experiências essenciais ao desenvolvimento infantil; 5.4. Criar um protocolo municipal de orientação e encaminhamento, em parceria com a rede de saúde, para identificação precoce e apoio a crianças com sinais de uso problemático de tecnologias.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Educação Setor de comunicação da prefeitura Governo municipal

META 6	Implantar o Programa Municipal “Infância Consciente”, com ações articuladas entre educação, saúde, cultura e assistência social para o combate ao consumismo precoce, incentivo à sustentabilidade e fortalecimento da cultura do brincar livre.
INDICADORES	**Indicador 6A**: Existência e funcionamento do Programa “Infância Consciente” (sim/não). **Indicador 6B:** Número de ações intersetoriais realizadas anualmente no âmbito do programa. **Indicador 6C**: Percentual de metas cumpridas em cada ciclo anual do programa.

ESTRATÉGIAS	6.1. Criar e regulamentar o Programa Municipal “Infância Consciente” 6.2. Promover campanhas educativas sobre consumo consciente e sustentabilidade; 6.3. Desenvolver materiais pedagógicos, oficinas, exposições e atividades comunitárias que abordem temas como consumo responsável, reaproveitamento de materiais, reciclagem e respeito ao meio ambiente, incentivando hábitos sustentáveis desde a primeira infância; 6.4. Fomentar o brincar livre e criativo em espaços públicos e escolares; 6.5. Criar ambientes de brincar espontâneo, com materiais não estruturados e reutilizáveis, e eventos como a Semana do Brincar Consciente, valorizando o tempo livre, a imaginação e a convivência entre crianças e famílias, sem estímulos ao consumo de brinquedos industrializados; 6.6. Integrar ações formativas e comunitárias sobre infância e consumo; 6.7. Realizar formações intersetoriais com profissionais e famílias, discutindo o impacto do consumismo precoce no desenvolvimento infantil e promovendo estratégias educativas e culturais que reforcem a importância do ser, brincar e conviver, em oposição à lógica do ter e do possuir.
PREVISÃO	Médio prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Esportes Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano

META 7	Consolidar práticas educativas que valorizem o tempo, o afeto e as relações humanas como bens essenciais da infância, promovendo uma cultura municipal que privilegie o ser sobre o ter, em harmonia com os princípios da infância saudável e sustentável.
INDICADORES	**Indicador 7A:** Número de práticas pedagógicas e projetos identificados que priorizam o brincar livre, o vínculo afetivo e a convivência.

	Indicador 7B: Percentual de escolas e instituições que desenvolvem atividades voltadas à educação para valores e convivência. **Indicador 7C**: Índice de satisfação das famílias e profissionais com a qualidade das interações e práticas promovidas.
ESTRATÉGIAS	7.1. Promover formações e reflexões sobre o valor do tempo e do afeto na educação infantil; 7.2. Estimular práticas pedagógicas que respeitem o tempo e a singularidade de cada criança; 7.3. Integrar o conceito de infância sustentável ao cotidiano escolar e comunitário; 7.4. Criar campanhas e ações municipais pela valorização do ser e das relações humanas.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Cultura e Turismo Conselho tutelar Conselho Municipal de Educação (CME) Governo municipal

Eixo temático VI:
A CRIANÇA E O ESPAÇO

As metas que compõem este eixo reconhecem o espaço, seja físico, social, natural e simbólico, como dimensão educativa fundamental, capaz de promover experiências sensoriais, cognitivas e afetivas que sustentam a formação humana desde os primeiros anos de vida. Ao considerar a criança como sujeito ativo, curioso e participante da vida coletiva, este eixo reafirma o compromisso com a construção de cidades educadoras, sustentáveis e acolhedoras, nas quais cada rua, praça, horta e paisagem se tornam oportunidades de encontro, descoberta e pertencimento.

Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), 15 (Vida Terrestre) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação), o eixo "A Criança e o Espaço" reconhece a importância de ambientes que favoreçam a vida em sua plenitude e diversidade. Trata-se de compreender o território não apenas como cenário, mas como um espaço vivo que educa, acolhe e forma.

Essas metas ampliam o conceito de educação, extrapolando os limites das instituições escolares e convidando a comunidade a transformar o espaço público em campo de aprendizagem significativa, no qual o contato direto com a natureza, a cultura local e as relações sociais promovem o desenvolvimento integral das crianças. Essa perspectiva dialoga com o ODS 4, ao promover uma educação de qualidade ancorada na experiência, na curiosidade e na convivência.

Ao mesmo tempo, o eixo enfatiza o papel do planejamento urbano humanizado e inclusivo, coerente com o ODS 11, que defende cidades seguras, acessíveis e sustentáveis. Pensar o espaço a partir do olhar da criança significa projetar cidades que priorizem o brincar, a mobilidade ativa, a segurança e a convivência comunitária, reafirmando o direito de todas as infâncias a ocupar e transformar o território.

As metas também evidenciam o compromisso com o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade, promovendo o contato com a natureza, o cultivo e a observação dos ciclos da vida, aspectos que fortalecem o ODS 13 e o ODS 15. Ao estimular desde cedo a consciência ecológica e o respeito pela biodiversidade, essas ações contribuem para a formação de cidadãos comprometidos com o cuidado da Terra, compreendendo-se como parte dela.

Cabe ressaltar que este eixo elucida ainda a importância da intersetorialidade e da cooperação, expressas no ODS 17, convocando diferentes políticas públicas e conselhos municipais a atuarem de modo integrado na criação de ambientes educativos, saudáveis e sustentáveis. Essa articulação entre educação, urbanismo, cultura, saúde e meio ambiente consolida a visão de que o desenvolvimento infantil é responsabilidade coletiva e que a cidade deve ser pensada como um grande espaço de convivência, aprendizagem e cuidado mútuo.

Assim, o eixo propõe transformar Holambra em um território vivo e educador, onde cada espaço desperte nas crianças o encantamento, a curiosidade e o sentido de pertencimento. Ao reconhecer que o espaço educa, implica uma concepção de infância que se desenvolve em diálogo com o mundo, na relação afetiva com o lugar e na experiência sensível de habitar o planeta com responsabilidade e respeito.

ODS relacionados às metas

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1	Desenvolver ao menos uma atividade semanal que envolva o contato das crianças com o meio ambiente natural
INDICADORES	**Indicador 1A:** Percentual de turmas da Educação Infantil que realizam semanalmente atividades pedagógicas ao ar livre ou em contato com elementos naturais. **Indicador 1B:** Número médio de atividades ambientais realizadas por mês em cada unidade escolar.
ESTRATÉGIAS	1.1. Explorar os elementos naturais nos momentos de brincadeira livre, favorecendo a curiosidade, a imaginação e o cuidado com o meio ambiente; 1.2. Promover rodas de conversa e registros de observação, estimulando as crianças a expressarem percepções, sentimentos e descobertas sobre o ambiente natural; 1.3. Realizar atividades ao ar livre, como plantio, cuidado com jardins e hortas, trilhas educativas e observação de fenômenos da natureza; 1.4. Fortalecer a parceria com o Departamento de Agricultura e Meio Ambiente e com as famílias, incentivando ações conjuntas de educação ambiental e sustentabilidade.
PREVISÃO	Trimestral (renovação a cada trimestre letivo)
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação – Unidades escolares Departamento de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Esportes Famílias

META 2	Implantar e manter uma horta escolar com participação ativa das crianças
INDICADOR	**Indicador 2A:** Percentual de escolas com horta implantada e em funcionamento.
ESTRATÉGIAS	2.1. Construir canteiros com materiais reaproveitáveis, estimulando a criatividade e o uso sustentável dos recursos disponíveis; 2.2. Envolver as crianças em todas as etapas do processo, como plantio, rega, cuidado e colheita, promovendo o senso de responsabilidade e pertencimento; 2.3. Utilizar a horta como recurso pedagógico interdisciplinar, articulando o tema a diversas áreas do conhecimento, como ciências, linguagem, matemática e alimentação saudável; 2.4. Fortalecer parcerias com o Departamento de Agricultura e Meio Ambiente e com o setor de Nutrição Escolar, garantindo acompanhamento técnico e integração das ações educativas.
PREVISÃO	1º semestre do ano letivo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Equipe de nutrição escolar Famílias

META 3	Promover projetos de educação ambiental voltados para sustentabilidade
INDICADOR	**Indicador 3A**: Percentual de unidades educacionais que integram a sustentabilidade e a educação ambiental ao seu planejamento pedagógico.
ESTRATÉGIAS	3.1. Organizar campanhas sobre separação do lixo e economia de água; 3.2. Criar murais e exposições com produções das crianças; 3.3. Convidar profissionais ou representantes ambientais para palestras.
PREVISÃO	Ao longo do ano letivo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Famílias

META 4	Integrar o Plano Municipal pela Primeira Infância às políticas de desenvolvimento urbano e ambiental, garantindo que o planejamento da cidade seja amigo das crianças.
INDICADOR	**Indicador 4A**: Existência de diretrizes e dispositivos do Plano Municipal pela Primeira Infância incorporados em instrumentos de planejamento urbano (Plano Diretor, PPA, LDO).
ESTRATÉGIAS	4.1. Promover o planejamento urbano com foco na infância; 4.2. Integrar as diretrizes do PMPI aos planos e instrumentos de gestão territorial, assegurando que o desenho dos espaços públicos, a infraestrutura e os serviços urbanos considerem as necessidades das crianças, especialmente no que se refere à segurança, acessibilidade e mobilidade; 4.3. Criar e qualificar espaços públicos de convivência e lazer infantil; 4.4. Inserir a perspectiva ambiental e educativa nas ações do município; 4.5. Desenvolver programas intersetoriais de educação ambiental e sustentabilidade, promovendo o contato das crianças com a natureza, hortas escolares e comunitárias, campanhas de preservação ambiental e ações voltadas à consciência ecológica desde a primeira infância; 4.6. Instituir um comitê intersetorial de planejamento urbano e infância; 4.7. Criar um grupo permanente de trabalho com representantes das áreas de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Educação, Saúde e Assistência Social, para avaliar projetos e obras públicas sob a ótica da criança, garantindo que toda intervenção urbana seja planejada considerando o direito ao brincar, à segurança, à mobilidade e à qualidade ambiental.
PREVISÃO	Até o final de vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano

META 5	Mapear e diagnosticar os espaços públicos urbanos e rurais do município, identificando áreas de convivência, lazer, circulação e risco, a fim de subsidiar ações voltadas à melhoria dos ambientes frequentados pelas crianças e suas famílias.
INDICADOR	**Indicador 5A**: Percentual de áreas públicas mapeadas e avaliadas quanto à segurança, acessibilidade e adequação às crianças.
ESTRATÉGIAS	5.1. Realizar um levantamento intersetorial dos espaços públicos; 5.2. Desenvolver um diagnóstico territorial participativo, com o envolvimento das Secretarias de Planejamento, Obras, Educação, Saúde e Assistência Social, para mapear praças, parques, ruas, calçadas, escolas, áreas rurais e demais espaços frequentados pelas crianças, identificando condições de infraestrutura, acessibilidade, segurança e conservação; 5.3. Elaborar um mapa georreferenciado da infância Produzir um mapa digital ou físico que identifique, de forma visual, os principais espaços de convivência, lazer e risco para a primeira infância, subsidiando decisões para intervenções urbanas e sociais; 5.4. Promover escutas e consultas comunitárias; 5.5. Elaborar um plano de ação para requalificação dos espaços mapeados.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Governo municipal

META 6	Implantar sinalização educativa e acessível em áreas públicas, como praças, parques, escolas e unidades de saúde, com linguagem visual adequada à infância, incentivando o respeito, o cuidado com o meio ambiente e a segurança no trânsito.
INDICADOR	**Indicador 6A**: Número de espaços públicos com sinalização educativa e acessível implantada.
	6.1. Desenvolver um projeto de sinalização inclusiva e educativa;

ESTRATÉGIAS	6.2. Implantar sinalização adaptada em espaços públicos e escolares; 6.3. Envolver as crianças e a comunidade na criação das sinalizações; 6.4. Desenvolver campanhas permanentes de educação e sensibilização.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Setor de comunicação da prefeitura

META 7	Desenvolver projetos de pertencimento e identidade territorial, aproximando as crianças da história, da cultura e dos espaços de Holambra, por meio de passeios educativos, vivências com a natureza e atividades que valorizem o lugar onde vivem.
INDICADOR	**Indicador 7A**: Percentual de escolas e turmas da Educação Infantil que participam de atividades externas e passeios educativos relacionados à cultura e à história local.
ESTRATÉGIAS	7.1. Promover projetos interdisciplinares sobre a história e a cultura local; 7.2. Desenvolver ações conjuntas entre as Secretarias de Educação, Cultura e Turismo para aproximar as crianças das tradições, da arquitetura e dos símbolos culturais de Holambra, valorizando elementos da imigração, das flores, da agricultura e da vida comunitária por meio de contações de histórias, produções artísticas e rodas de conversa; 7.3. Organizar passeios educativos e vivências com a natureza; 7.4. Criar o projeto “Minha Cidade, Meu Lugar”; 7.5. Fortalecer parcerias intersetoriais e comunitárias.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano

META 8	Integrar as políticas de educação, cultura, meio ambiente, turismo e urbanismo, promovendo o conceito de "Holambra: cidade que educa e acolhe", em que cada espaço é visto como oportunidade de aprendizagem, convivência e encantamento.
INDICADORES	**Indicador** 8**A**: Existência e implementação do programa intersetorial "Holambra: cidade que educa e acolhe" (sim/não). **Indicador 8B:** Número de ações intersetoriais desenvolvidas anualmente envolvendo os departamentos municipais mencionados. **Indicador 8C:** Percentual de espaços públicos utilizados em projetos educativos e culturais voltados à primeira infância.
ESTRATÉGIAS	8.1. Consolidar o conceito de cidade educadora e acolhedora nas políticas públicas; 8.2. Criar um comitê intersetorial de gestão da cidade educador; 8.3. Desenvolver roteiros e trilhas educativas pela cidade interativa; 8.4. Fomentar campanhas e eventos que celebrem o aprender fora da escola.
PREVISÃO	Até o final de vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Conselhos municipais Governo municipal Poder Legislativo

Eixo temático VII:
A CRIANÇA, A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO

O eixo “A Criança, a Diversidade e a Inclusão” constitui um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, justa e plural, em que todas as infâncias possam se desenvolver em igualdade de condições, oportunidades e reconhecimento. A centralidade, tão fortemente presente, dos direitos humanos e da dignidade da pessoa desde a primeira infância, desdobra-se no respeito às diferenças de raça, etnia, gênero, cultura, deficiência e condição social como elementos indissociáveis da formação humana e da convivência cidadã.

As metas que compõem este eixo dialogam, especialmente, com os ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Reconhecer que todas as infâncias são diversas significa compreender que cada criança traz consigo modos singulares de ser, sentir e interagir com o mundo, e que cabe ao poder público, à comunidade e às instituições educativas garantir que essas singularidades sejam respeitadas e valorizadas.

Em consonância com o ODS 10, o eixo assume o princípio da inclusão plena, orientando ações que buscam eliminar barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, de modo a promover equidade no acesso a direitos e oportunidades. A promoção da diversidade é entendida, aqui, não apenas como política de reconhecimento, mas também como prática de justiça social, capaz de combater desigualdades estruturais e romper ciclos de exclusão que atravessam gerações.

A vinculação com o ODS 5 destaca a importância de superar estereótipos de gênero e combater toda forma de discriminação desde a infância, consolidando bases para uma cultura de equidade e respeito mútuo. Nesse sentido, a educação é vista como força transformadora, que ensina crianças a reconhecer o outro como legítimo em sua diferença, cultivando a empatia, a solidariedade e o diálogo como valores essenciais da vida coletiva.

As metas também expressam o compromisso com o ODS 4, ao garantir uma educação de qualidade que seja inclusiva, acessível e significativa, fortalecendo o direito de aprender em ambientes que acolhem a pluralidade humana e estimulam a convivência democrática. Do mesmo modo, o ODS 11 se concretiza na criação de cidades acessíveis e amigas das crianças, onde o espaço urbano se torna mais humano, acolhedor e equitativo.

O eixo ainda se ancora no ODS 16, ao promover o ideal de uma sociedade pacífica, participativa e institucionalmente justa, na qual a infância é reconhecida como sujeito de direitos e partícipe da vida comunitária. Esse compromisso se fortalece por meio da articulação prevista no ODS 17, que incentiva parcerias intersetoriais entre políticas públicas, conselhos e sociedade civil, assegurando que a promoção da diversidade e da inclusão seja uma responsabilidade compartilhada e permanente.

ODS relacionados às metas

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1	Assegurar a prática da Educação Antirracista em todas as etapas da educação infantil
INDICADOR	**Indicador 1A**: Percentual de unidades de Educação Infantil que incorporam práticas, projetos ou conteúdos voltados à educação antirracista e à valorização da diversidade cultural no currículo. **Indicador 1B**: Número de formações docentes e materiais pedagógicos com abordagem antirracista produzidos ou utilizados nas escolas municipais.
ESTRATÉGIAS	1.1. Integrar conteúdos sobre diversidade, história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares; 1.2. Promover formação continuada de professores e profissionais da educação sobre temas de racismo, preconceito e discriminação; 1.3. Incentivar projetos pedagógicos que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam a inclusão; 1.4. Garantir a presença de livros, materiais e recursos didáticos que representem diferentes culturas e histórias; 1.5. Organizar atividades, eventos e celebrações que reforcem a valorização da diversidade cultural no município; 1.6. Estimular a participação das famílias e da comunidade na construção de práticas educativas antirracistas.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Cultura e Turismo

META 2	Ofertar atendimento especializado e intervenções às crianças de 0 a 6 anos
INDICADORES	**Indicador 2A**: Percentual de crianças de 0 a 6 anos com necessidades específicas que recebem atendimento educacional especializado (AEE) ou acompanhamento multiprofissional. **Indicador 2B**: Quantidade de profissionais especializados atuando no atendimento direto à primeira infância.

ESTRATÉGIAS	2.1. Oportunizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) as crianças a partir de 3 anos, a fim de estimular os aspectos do desenvolvimento específicos da primeira infância; 2.2. Garantir orientações do professor especialista de educação especial com professor de ensino regular sobre as crianças de 0 a 6 anos, com intuito de auxiliar práticas pedagógicas inclusivas respeitando a faixa etária.
PREVISÃO	Anualmente
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Conselho tutelar Governo municipal

META 3	Realizar formações continuadas intersetoriais voltadas aos profissionais da educação, saúde e assistência social sobre diversidade, relações étnico-raciais, inclusão e combate ao preconceito
INDICADOR	**Indicador 3A**: Número de formações realizadas anualmente com abordagem intersetorial sobre diversidade, inclusão e equidade. **Indicador 3B**: Percentual de profissionais participantes das formações em relação ao total de servidores dos setores envolvidos.
ESTRATÉGIAS	3.1. Planejar e implementar um programa intersetorial de formação continuada; 3.2. Estabelecer parcerias com universidades e órgãos especializados; 3.3. Promover ações de sensibilização e reflexão nos espaços de trabalho, por meio de encontros pedagógicos, rodas de conversa e campanhas educativas nas escolas, unidades de saúde e equipamentos socioassistenciais; 3.4. Garantir o monitoramento e a continuidade das formações, assegurando que as aprendizagens se traduzam em mudanças reais nas práticas profissionais e que os temas da diversidade e da equidade sejam incorporados aos planos de ação das secretarias envolvidas.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Cultura e Turismo

META 4	Garantir que todos os equipamentos públicos de atendimento à primeira infância estejam adequadamente acessíveis a crianças com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidades específicas.
INDICADORES	**Indicador 4A**: Percentual de equipamentos públicos (escolas, CRAS, unidades de saúde, espaços culturais e de lazer) com condições adequadas de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal. **Indicador 4B**: Quantidade de adequações estruturais e tecnológicas realizadas anualmente nos equipamentos públicos.
ESTRATÉGIAS	4.1. Adequar estruturalmente a acessibilidade das escolas, unidades de saúde, espaços culturais, esportivos e de lazer, conforme legislação vigente; 4.2. Assegurar a presença de recursos de acessibilidade comunicacional e pedagógica, como materiais adaptados, sinalização visual e tátil, e mobiliário inclusivo; 4.3. Promover formações continuadas aos profissionais da educação e demais áreas envolvidas, sobre inclusão, acessibilidade e atendimento às necessidades específicas da primeira infância; 4.4. Fortalecer a articulação intersetorial entre Educação, Saúde, Obras, Desenvolvimento Social e Cultura, para planejar e acompanhar as ações de acessibilidade de forma integrada.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Esportes Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Setor de comunicação da prefeitura Governo municipal Poder legislativo

META 5	Implementar projetos educativos e culturais voltados à valorização das identidades e das diferenças, com foco nas culturas afro-brasileira, indígena e nas diversas formas de expressão social, artística e linguística das crianças.

INDICADORES	**Indicador 5A**: Número de projetos educativos e culturais realizados com enfoque nas identidades culturais e étnicas. **Indicador 5B**: Percentual de unidades escolares e culturais que desenvolvem ações sobre culturas afro-brasileiras, indígenas e populares.
ESTRATÉGIAS	5.1. Desenvolver projetos pedagógicos e culturais sobre diversidade e ancestralidade; 5.2. Promover formações e vivências para profissionais e comunidade; 5.3. Integrar manifestações culturais ao calendário municipal da infância; 5.4. Incluir nas ações e eventos do município a Semana Municipal do Brincar, feiras culturais e festivais escolares, visando à valorização a diversidade étnica, linguística e artística das crianças, promovendo o encontro entre culturas e a expressão livre da infância; 5.5. Fomentar produções artísticas e pedagógicas das crianças; 5.6. Incentivar projetos de arte, literatura e expressão corporal que permitam às crianças manifestar suas vivências, origens e visões de mundo, por meio de desenhos, dramatizações, músicas e narrativas, reconhecendo o brincar e a criação artística como formas legítimas de expressão cultural e identidade.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Esportes Governo municipal

META 6	Desenvolver campanhas municipais de conscientização sobre o combate ao bullying, ao racismo e a qualquer forma de discriminação, incentivando atitudes de empatia, solidariedade e respeito no convívio entre as crianças e suas famílias.
INDICADORES	**Indicador 6A**: Número de campanhas de conscientização realizadas por ano. **Indicador 6B**: Percentual de escolas e equipamentos públicos que aderem às campanhas e registram atividades relacionadas ao tema.

ESTRATÉGIAS	6.1. Articular os setores de Educação, Cultura, Comunicação, Saúde e Assistência Social para planejar e executar campanhas permanentes de sensibilização sobre o respeito às diferenças e o combate a toda forma de preconceito; 6.2. Incluir atividades educativas nas escolas e creches, como contação de histórias, rodas de conversa, projetos de convivência, produções artísticas e materiais pedagógicos que abordem a diversidade étnico-racial, cultural, de gênero e de condições físicas; 6.3. Oferecer formações continuadas e encontros reflexivos voltados a educadores, servidores públicos e famílias, abordando temas como relações étnico-raciais, bullying, discriminação, mediação de conflitos e empatia; 6.4. Estimular práticas cotidianas de escuta, diálogo e acolhimento das diferenças, tanto nos ambientes educativos quanto nas relações familiares e comunitárias.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Cultura e Turismo Setor de comunicação da prefeitura

META 7	Criar protocolos de acolhimento e acompanhamento familiar, em parceria com os setores de saúde e assistência social, assegurando suporte emocional, orientações e escuta ativa às famílias de crianças com deficiência ou em situação de vulnerabilidade.
INDICADORES	**Indicador 7A**: Existência e aplicação de protocolo municipal de acolhimento às famílias de crianças com deficiência ou em vulnerabilidade. **Indicador 7B**: Percentual de famílias atendidas que relatam acesso ao suporte e acompanhamento previstos.
	7.1. Constituir um grupo de trabalho intersetorial com representantes da Saúde, Educação e Assistência Social, além de conselhos e entidades da sociedade civil, para elaborar um protocolo padronizado de acolhimento e acompanhamento das famílias;

ESTRATÉGIAS	7.2. Definir fluxos de atendimento, responsabilidades dos setores, instrumentos de registro e comunicação entre equipes, assegurando um atendimento integrado contínuo e humanizado às famílias de crianças com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social; 7.3. Oferecer formações regulares a profissionais das redes municipal e intersetorial sobre acolhimento empático, escuta ativa, apoio emocional e orientação familiar, considerando as especificidades das deficiências, das vulnerabilidades socioeconômicas e das dinâmicas familiares; 7.4. Qualificar o atendimento, fortalecendo vínculos de confiança entre famílias e profissionais, além de favorecer práticas pautadas na ética do cuidado, no respeito e na equidade; 7.5. Instituir uma rede de apoio às famílias com ações integradas de atendimento psicossocial, orientação parental, grupos de convivência e acompanhamento domiciliar, conforme as necessidades identificadas; 7.6. Promover o acesso a direitos, o empoderamento das famílias e a inclusão social das crianças em seus diferentes contextos de vida, por meio de espaço de escuta, partilha e fortalecimento emocional.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Conselhos municipais

META 8	Instituir o Programa “Holambra Inclusiva”, articulando ações permanentes entre os diferentes setores públicos para garantir o direito à cidade para todas as crianças, com acessibilidade física, comunicacional e atitudinal em todos os espaços urbanos e rurais.
INDICADORES	**Indicador 8A**: Programa “Holambra Inclusiva” instituído e em funcionamento (sim/não). **Indicador 8B**: Número de ações intersetoriais implementadas anualmente no âmbito do programa.
	8.1. Constituir um comitê gestor intersetorial composto por representantes das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Obras, Cultura, Esporte e Meio Ambiente, além de membros da sociedade civil e conselhos municipais;

ESTRATÉGIAS	8.2. Planejar, acompanhar e integrar ações que garantam a acessibilidade universal em todos os espaços urbanos e rurais, articulando políticas, projetos e investimentos públicos com foco na primeira infância inclusiva; 8.3. Realizar um mapeamento técnico e participativo dos espaços urbanos e rurais do município para identificar barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais; 8.4. Implementar ações de adequação e melhoria, garantindo infraestruturas seguras, sinalizadas, acessíveis e acolhedoras, que favoreçam a circulação, o brincar e a convivência de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Saúde Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Conselhos municipais Sociedade Civil Governo municipal

META 9	Promover a participação das crianças e de suas famílias nos processos de construção das políticas públicas, fortalecendo práticas de escuta ativa e representatividade, de modo que suas vozes orientem decisões sobre espaços, serviços e convivência social.
INDICADORES	**Indicador 9A**: Número de consultas públicas, escutas ou fóruns realizados com participação direta de crianças e famílias. **Indicador 9B**: Percentual de políticas, planos ou programas municipais que registram contribuições advindas dessas escutas participativas.
ESTRATÉGIAS	9.1. Instituir grupos, fóruns e assembleias da infância nas unidades de educação infantil, espaços culturais e comunitários, com metodologias lúdicas e acessíveis que permitam às crianças expressar suas ideias, sentimentos e desejos sobre a cidade em que vivem; 9.2. Promover ações formativas e encontros participativos com as famílias, de modo a incentivar o diálogo entre

	poder público, educadores e comunidade, fortalecendo a corresponsabilidade na garantia dos direitos das crianças; 9.3. Oferecer formação continuada aos profissionais da rede municipal sobre metodologias de escuta sensível, documentação pedagógica participativa e mediação dialógica, de forma a qualificar as práticas cotidianas de interação com as crianças e suas famílias.
PREVISÃO	Durante a vigência do plano
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação – Unidades escolares Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Cultura e Turismo Governo municipal

META 10	Consolidar uma política municipal de equidade e justiça social que assegure o acesso igualitário a oportunidades de desenvolvimento integral, educação de qualidade, cultura e lazer, reconhecendo as especificidades das infâncias diversas que habitam Holambra.
INDICADORES	**Indicador 10A**: Existência de política municipal formalizada com diretrizes de equidade e inclusão (sim/não). **Indicador 10B**: Percentual de programas públicos com metas e indicadores voltados à equidade de acesso e resultados entre diferentes grupos infantis.
ESTRATÉGIAS	10.1. Promover a democratização dos espaços culturais e de lazer, como bibliotecas, praças e equipamentos públicos, garantindo acessibilidade física, comunicacional e programática; 10.2. Incentivar projetos culturais e artísticos voltados à primeira infância, com ênfase nas expressões locais, nas tradições da comunidade e na valorização da diversidade cultural de Holambra; 10.3. Ofertar formações permanentes aos profissionais da rede municipal sobre equidade, diversidade, inclusão e justiça social, abordando temáticas como relações étnico-raciais, gênero, deficiência e vulnerabilidade social; 10.4. Criar e fortalecer espaços de escuta e participação social — como fóruns, conselhos e assembleias comunitárias — que envolvam famílias, gestores e educadores na construção de políticas públicas voltadas à primeira infância;

	10.5. Promover momentos de escuta sensível das crianças, valorizando suas vozes na transformação dos espaços e serviços, e garantindo que suas experiências e percepções orientem as decisões municipais relacionadas à equidade e ao bem viver na infância.
PREVISÃO	Curto prazo
RESPONSÁVEIS	Departamento Municipal de Educação Departamento Municipal de Desenvolvimento Social Departamento Municipal de Cultura e Turismo Departamento Municipal de Obras e Planejamento Urbano Conselhos municipais Governo municipal Poder Legislativo

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento sistemático da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância é fundamental para assegurar que as políticas, programas e ações previstas neste documento estejam efetivamente contribuindo para a promoção dos direitos das crianças e o desenvolvimento integral na primeira infância. Para tanto, o monitoramento das metas ocorrerá de forma bienal, permitindo identificar avanços, desafios e ajustes necessários ao longo do período de vigência do plano, compreendido entre 2026 e 2036.

A avaliação do plano será realizada em momentos estratégicos: no 3º, 6º e 10º ano de implementação, possibilitando análises mais profundas sobre os impactos das ações e a efetividade das políticas públicas no atendimento às demandas da primeira infância. Este processo permitirá não apenas verificar a concretização das metas, mas também compreender como as estratégias adotadas contribuem para a garantia dos direitos das crianças, conforme previstos na legislação vigente e nos princípios delineados neste documento.

Para garantir a efetividade do monitoramento e da avaliação, será instituída por meio de ato legal uma Comissão Municipal responsável pelo Monitoramento e Avaliação, composta por representantes do poder público, sociedade civil, instituições de educação, saúde, assistência social e demais setores e segmentos que compõe a rede intersetorial de Holambra, e ainda poderá contar com especialistas na área da primeira infância. Esta comissão terá a responsabilidade de acompanhar a implementação das ações, propor ajustes, consolidar relatórios de progresso e assegurar que o plano permaneça alinhado aos princípios de equidade, inclusão e qualidade no atendimento à criança.

O monitoramento e a avaliação contínuos são instrumentos estratégicos para fortalecer o compromisso do município com o cumprimento integral dos direitos da criança, permitindo corrigir rumos, ampliar boas práticas e garantir que todas as crianças de Holambra tenham acesso a oportunidades equitativas de desenvolvimento integral, desde o nascimento até os seis anos de idade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 7/5/2025.

BRASIL. Decreto nº: 99.710/1990 - **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança** - Estabelece um novo paradigma de proteção à infância e à adolescência, determinando que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos titulares da chamada proteção integral. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm Acesso: 7/5/2025.

BRASIL. Lei nº: 8.069/1990 - **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** - Estabelece medidas concretas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso:7/5/2025.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - 2. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/saude-da-crianca-aleitamento-materno-e-alimentacao-complementar/view Acesso: 11/5/2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Estratégia global para a alimentação de lactentes e crianças de primeira infância.** São Paulo: IBFAN Brasil, 2005. Disponível em: https://ibfan.org.br/documentos/ibfan/doc-286.pdf Acesso: 7/5/2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento de Nutrologia. **Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola**. 2. ed. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2008. Disponível em https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/pdfs/14617a-PDManualNutrologia-Alimentacao.pdf Acesso: 11/5/2025.

BRASIL, Resolução n.º 163, de 13 de março de 2014. **Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.** Brasília, SEDH/CONANDA, 2014. Disponível em https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=268725 Acesso: 11/5/2025.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brincadeira e interações nas diretrizes curriculares para educação infantil: manual de orientação pedagógica**: módulo 1/ Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Brasília: MEC, SEB, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf Acesso:7/5/2025.

CARNEIRO, Maria Ângela Barbato e DODGE, Janine J. **A descoberta do brincar**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2007

Plano Nacional pela Primeira Infância - Rede Nacional Primeira Infância 2010-2022/2020- 2030 revisado e atualizado em 2020 aprovado pelo CONANDA - Brasília (DF) 20 de junho de 2020 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - Edição, 2017 - Brasília/DF – Disponível em https://www.observaprimeirainfancia.org.br/boas-praticas/660/rede-nacional-primeira-infancia-rnpi Acesso: 6/5/2025

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso: 10/5/2025

BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso: 7/5/2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Os acidentes são evitáveis e na maioria das vezes, o perigo está dentro de casa!** Manual de Orientação do Departamento Científico de Segurança Nº 4, abril de 2020. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22337c-ManOrient_-_Os_Acidentes_Sao_Evitaveis__1_.pdf

BRASIL, Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 - **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** - Reimpressão 2014- Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf Acesso em 5/5/2025.

Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), **Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 - 2030 -** 2ª ed. (revista e atualizada). - Brasília, DF: RNPI/ANDI. Acesso: https://www.observaprimeirainfancia.org.br/boas-praticas/660/rede-nacional-primeira-infancia-rnpi

BRASIL, Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016 - **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância** e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990(Estatuto da Criança e do Adolescente) Marco Legal da Primeira Infância. Brasília, 2016. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm Acesso: 5/5/2025

Brasil, Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004-**Norma Operacional Básica NOB/SUAS**-Brasília, novembro de 2005. Disponível em: https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/files/2015/06/Pol%c3%adtica-Nacional-de-Assist%c3%aancia-Social-PNAS1.pdf Acesso:7/5/2025.

FUNDAÇÃO - Maria Cecília Souto Vidigal – Primeira Infância Primeiro. **Por que as crianças de até 6 anos devem ser prioridade primeira-infância**- https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/primeira-infancia-primeiro-por-que-criancas-ate-6-anos-devem-ser-prioridade-planos-governo/ Acesso em: 11/5/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. - Brasília: MEC, SEB, 2010.

UNICEF BRASIL. **História dos direitos da criança**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca Acesso: 5/5/2025
SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Funções executivas e resiliência na primeira infância. Documento científico do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Nº9, setembro de 2020.

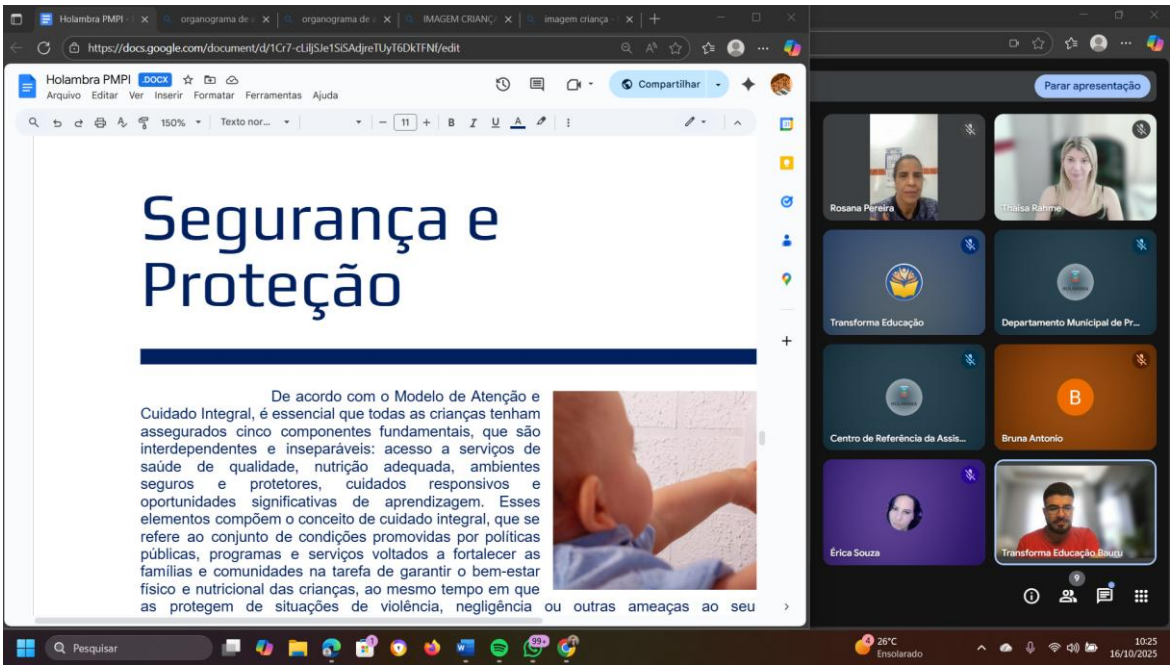
ANEXO

Nosso percurso de construção do PMPI

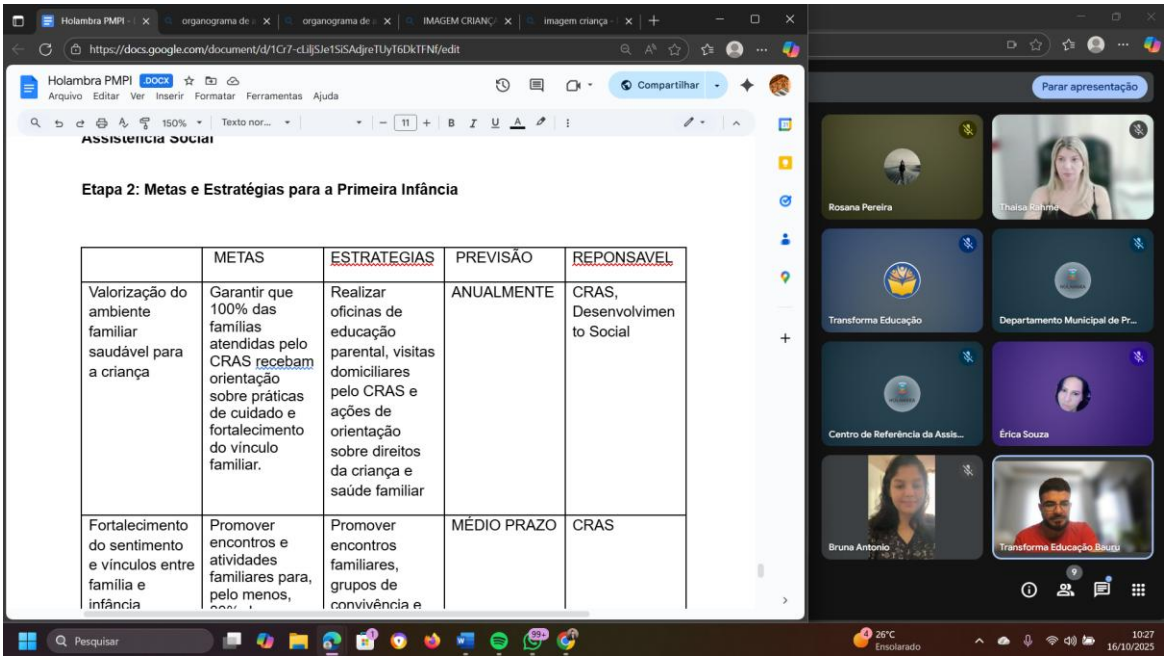
Registros da 1ª reunião técnica com a Comissão Municipal Intersetorial para apresentação das etapas de construção do plano e orientações sobre as informações, dados e indicadores importantes para elaboração da etapa de diagnóstico

Membros da Comissão Municipal responsável pela sistematização do documento, instituída pelo Decreto Municipal nº 1.985/2025 de 13 de junho de 2025

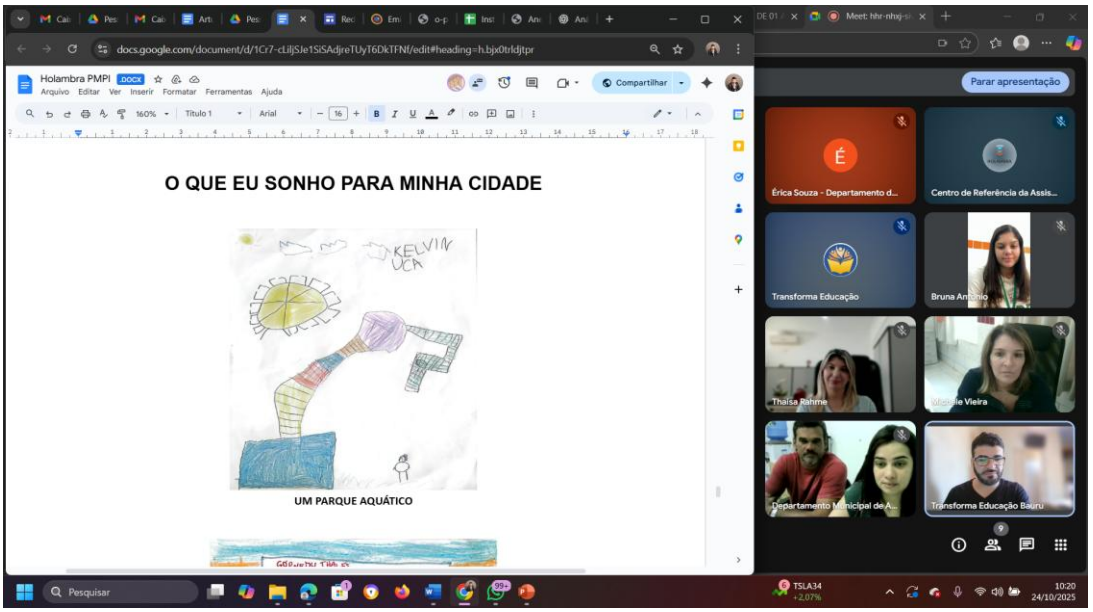
Reunião realizada dia 4/9/2025, com a Comissão Municipal, para acompanhamento e auxílio na elaboração da etapa do diagnóstico do PMPI



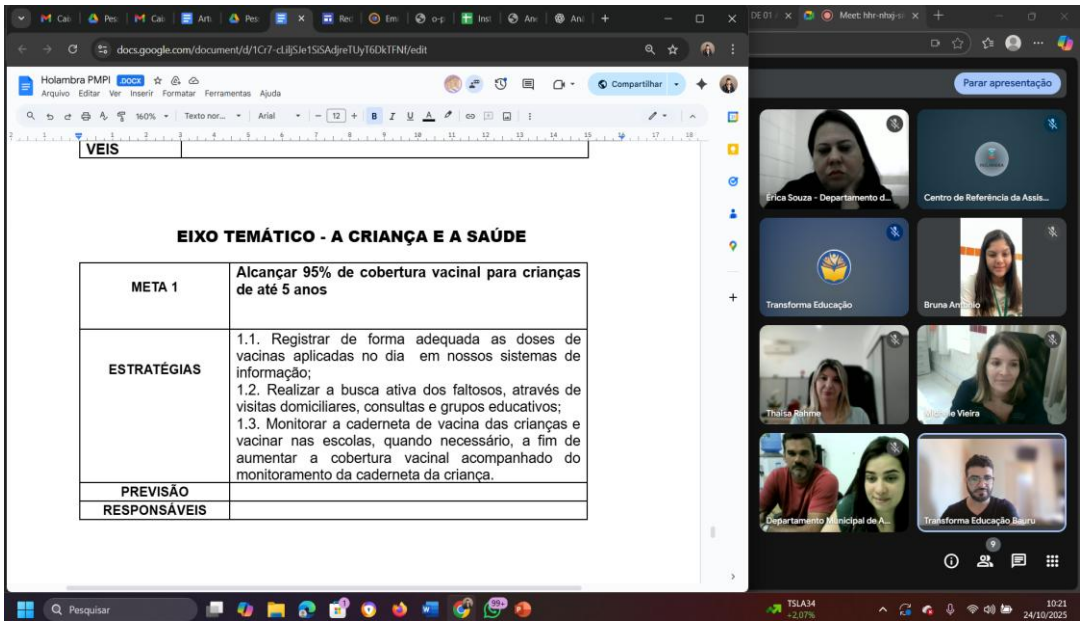
Reunião com a Comissão, realizada dia 16/10/2025, para análise dos dados, indicadores e informações levantadas por cada setor e dos textos introdutórios



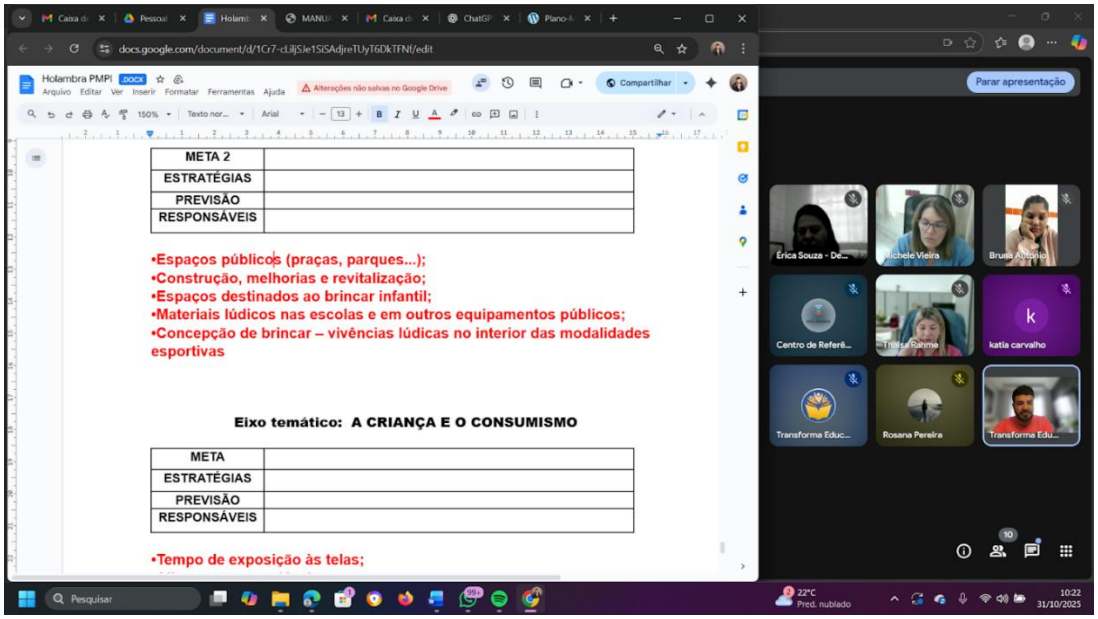
Discussão com o grupo a respeito das primeiras metas elaboradas pelos setores, a fim de estabelecer relações com o diagnóstico



Reunião realizada dia 24/10/205, às 10h, com a comissão e convidados para verificação e análise das contribuições das crianças, por meio da escuta realizada pelos profissionais da educação junto às crianças



Discussão sobre a Etapa de elaboração das metas de acordo com os Eixos Temáticos definidos pela Comissão (24/10/2025)



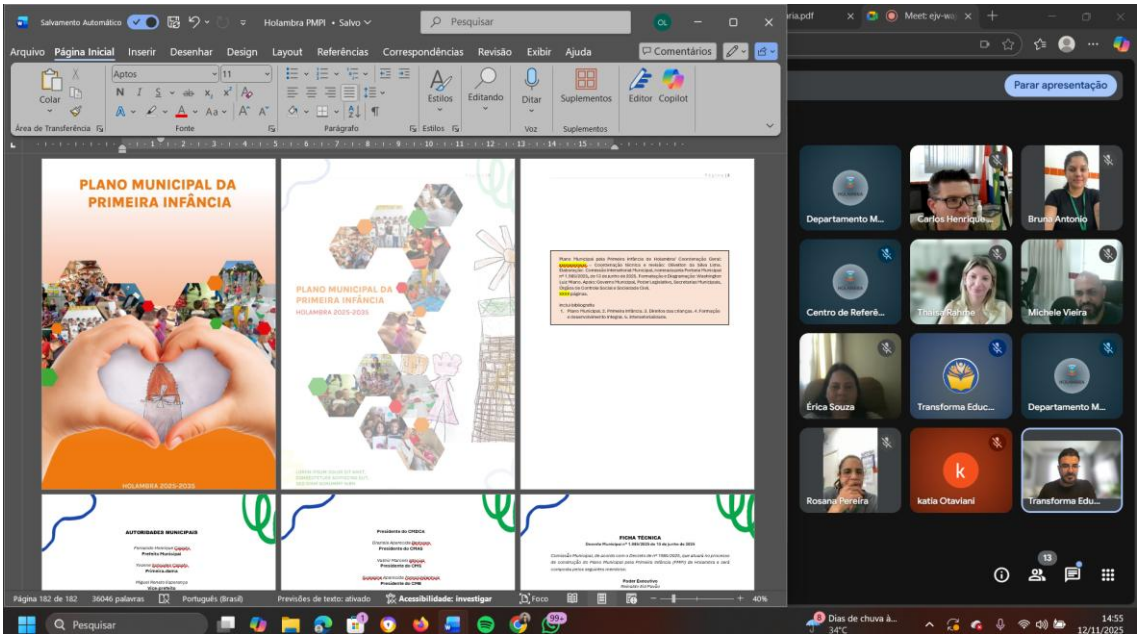
Reunião com a Comissão para finalização da Etapa de elaboração do quadro de metas e estratégias - versão preliminar do PMPI

Audiência Pública realizada dia 4/11/2025, às 18h, no Espaço Cultural Terra Viva

Registro do momento que o Diretor Municipal de Educação explana sobre a relevância do Plano para as crianças do município e o caminho percorrido para sua elaboração (foto 1); representantes da Comissão são apresentados ao público (foto 2)

Momento da audiência que a estrutura do documento é apresentada ao público, considerando a contextualização histórica, o diagnóstico a partir dos eixos temáticos e o conjunto de metas e estratégias

Participantes da Audiência Pública (4/11/2025)



Reunião com os Conselhos e Comissão Municipais para análise, deliberação e aprovação do PMPI, realizada dia 12/11/2025, às 13h30

Registro da reunião de aprovação do PMPI que deverá ser encaminhado à apreciação e aprovação pelo Poder Legislativo